

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MARCIA ELISA FREIRE MENECHINI**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ETIQUETA URBANA E AMBIENTAL:
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DO PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS (PROSAMIM).**

**MANAUS
2012**

MARCIA ELISA FREIRE MENEGHINI

**A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ETIQUETA URBANA E AMBIENTAL:
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DO PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS (PROSAMIM).**

Dissertação de Mestrado em Antropologia Social,
para obtenção do título de Mestre, apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
(PPGAS) /Museu Amazônico, da Universidade
Federal do Amazonas (UFAM).

Orientadora: Thereza Cristina Cardoso Menezes

**MANAUS
2012**

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

M541c

Meneghini, Marcia Elisa Freire

A construção de uma nova etiqueta urbana e ambiental:
um estudo etnográfico do Programa Social e Ambiental dos Igarapés
de Manaus (PROSAMIM)/Marcia Elisa Freire Meneghini. – Manaus,
AM : UFAM, 2012.

148f.: il. color. ;

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –
Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Thereza Cristina Cardoso
Menezes

1. Etnografia- PROSAMIM 2. Reassentamento-
Igarapé- Manaus 3. Estudo Etnográfico- Planejamento Urbano
I.Menezes,Thereza Cristina Cardoso (Orient.)II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

CDU

(1997)

39:572.08(811.3)(043.3)

MARCIA ELISA FREIRE MENEZHINI

**A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ETIQUETA URBANA E AMBIENTAL:
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DO PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS (PROSAMIM).**

Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Museu Amazônico, da Universidade Federal do Amazonas.

Banca Examinadora:

.....
Profª. Dra. Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFAM)

.....
Profª. Dra. Ana Carla dos Santos Bruno (INPA/ UFAM)

.....
Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima (UFRJ/ Museu Nacional)

Parecer final: Aprovada.

Manaus, 22 de março de 2012.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar meus agradecimentos a quem esteve presente durante a realização desta pesquisa e, sem dúvida, deixou importante contribuição. São eles: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); a Universidade Federal do Amazonas (UFAM); o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS); o Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia (NEPTA); os funcionários da Biblioteca da UFAM; os moradores do Parque Residencial Professor José Jefferson Carpinteiro Peres (PRJP); a assessoria de comunicação da Superintendência Estadual de Habitação (SUHAB); os técnicos da Unidade de Gerenciamento do Prosamim (UGPI); os amigos Willas Dias e Cristian Ávila; a minha orientadora, Thereza Cristina Cardoso Menezes; o tio Babá; o avô Naka; minha mãe, meu pai e meus irmãos; e, de modo especial, os moradores do Parque Residencial Manaus (PRM), que sempre me receberam em suas casas com carinho e merenda.

Volte para o seu lar

Aqui nessa casa
Ninguém quer a sua boa educação
Nos dias que tem comida
Comemos comida com a mão
E quando a polícia, a doença, a distância, ou alguma discussão
Nos separam de um irmão
Sentimos que nunca acaba
De caber mais dor no coração
Mas não choramos à toa
Não choramos à toa

Aqui nessa tribo
Ninguém quer a sua catequização
Falamos a sua língua,
Mas não entendemos o seu sermão
Nós rimos alto, bebemos e falamos palavrão
Mas não sorrimos à toa
Não sorrimos à toa

Aqui nesse barco
Ninguém quer a sua orientação
Não temos perspectivas
Mas o vento nos dá a direção
A vida que vai à deriva
É a nossa condução
Mas não seguimos à toa
Não seguimos à toa

Volte para o seu lar
Volte para lá

Volte para o seu lar
Volte para lá

Arnaldo Antunes

RESUMO

Este estudo buscou analisar o processo de pós-reassentamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim), a partir de uma etnografia realizada no Parque Residencial Manaus (PRM). O foco da investigação recaiu na análise comparativa das práticas de técnicos do governo do Estado, voltadas para a promoção de uma nova etiqueta urbana e social, como mecanismo para melhorar a vida dos moradores do PRM, e das novas modalidades de sociabilidades produzidas pelos próprios moradores internamente e com a sociedade abrangente.

Palavras-chave:

Prosamim; reassentamento, Parque Residencial Manaus; etiqueta urbana; Estado.

ABSTRACT

This study looks to analyze the post-reassentment process of the Social and Environment Program of Manaus Igarapés (Prosamim), as an ethnographic undertaking in the Manaus Residential Park (PRM). The focus of the investigation fell into the comparative analysis of the State government's technical practices, in view of promoting a new urban and social etiquette, as a mechanism for bettering the life of the PRM inhabitants, and in view of the new socialbility modalities produced internally by the very inhabitants and with an encompassing society.

Key-words:

Prosamim; reassentment; Manaus Residential Park; urban etiquette; State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do Parque Residencial Manaus	12
Figura 2: Mapa de localização de igarapés	13
Figura 3: Mapa de localização das Quadras do Parque Residencial Manaus	14
Figura 4: Foto de moradia palafita	24
Figura 5: Foto de moradia flutuante	24
Figura 6: Mapa de localização de área de intervenção do Prosamim I e II	28
Figura 7: Foto da entrada do Conjunto João Paulo II	32
Figura 8: Foto de casas do Conjunto João Paulo II	32
Figura 9: Foto de apartamentos modelo duplex do Prosamim	36
Figura 10: Foto de apartamentos modelo pavimento único do Prosamim	36
Figura 11: Foto de destelhamento no Parque Residencial Gilberto Mestrinho.....	71

LISTA DE SIGLAS

Afarprem - Associação dos Feirantes e Artesãos do Parque Residencial Manaus

AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas

ALEAM - Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas

Amoparma - Associação dos Moradores do Parque Residencial Manaus

Ampare - Associação dos Moradores do Parque Residencial Manaus Quadra III

AV - Agente de Vizinhança

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Chisam -Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio

Cohabs - Companhias de Habitação Popular

CRC - Comitê de Representante de Comunidade

CSC - Comunidade Santa Clara

CSE - Comunidade Santa Edwiges

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Detran-AM - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas

ELO - Escritório Local de Gestão Compartilhada

ENRE - Envoltória do Remanejamento de Populações

ESGC - Escritório de Sustentabilidade Socioambiental e Gestão Compartilhada do Prosamim

FVS - Fundação de Vigilância de Saúde

GAL - Grupo de Apoio Local

GEA - Governo do Estado do Amazonas

ITEC - Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia

IURD - Igreja Universal do Reino de Deus

MIR - Ministério da Restauração

IFAM - Instituto Federal do Amazonas

INCC - Índice Nacional de Custo da Construção

PDPJ - Parque Desembargador Paulo Jacob (ou Prosamim da Sete de Setembro)

PER - Projeto Específico de Remanejamento

PNV - Projeto Nova Veneza

PRGM - Parque Residencial Professor Gilberto Mestrinho

PRJP - Parque Residencial Professor José Jefferson Carpinteiro Peres

PRM - Parque Residencial Manaus

Prosamim - Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

ROP - Regulamento Operacional do Prosamim

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Semmas - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde

Semtrad - Secretaria Municipal do Trabalho

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Sinttel-AM - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Amazonas

SUHAB - Superintendência Estadual de Habitação

UEA - Universidade do Estado do Amazonas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UGPI - Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

UNATI - Universidade Aberta a Terceira Idade

Uninorte - Centro Universitário do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 MANAUS E A POLÍTICA CIVILIZADORA E DE ATERRO DE IGARAPÉS	19
1.1 UMA TAPERA ENTRE AS ÁGUAS	19
1.2 DE EDUARDO A EDUARDO: O EMBELEZAMENTO DA CIDADE	22
1.3 A REALIZAÇÃO DO SONHO	25
1.3.1 O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	26
1.3.2 O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim)	26
1.3.2.1 Os executores: a UGPI e a SUHAB	28
1.3.2.2 Os beneficiários e as soluções de remanejamento	30
1.3.2.3 Os princípios de sustentabilidade social e de gestão compartilhada	33
1.4 AS UNIDADES HABITACIONAIS	35
1.4.1 O Parque Residencial Manaus (PRM)	37
1.4.2 As associações de moradores	38
1.5 FUGIR PARA MELHORAR DE VIDA	40
1.6 A FAVELA DAQUI E A DE LÁ	44
2 PROSAMIM: PARA ARRUMAR O SEU LAR	52
2.1 O CURSO DE ETIQUETA URBANA E SOCIAL	52
2.2 O CURSO DE ETIQUETA INFANTIL	64
2.3 O PÓS-REASSENTAMENTO	65
2.3.1 Os técnicos e suas ações	66
2.3.2 O dia-a-dia no casarão	70
2.4 A NOVA VIDA	78
2.5 AS ETIQUETAS: URBANA E DE IGARAPÉ	82
2.6 AÍ TEM JACUTINGA	87
2.7 OS EFEITOS DA ETIQUETA	94
3 O MERCADO DO PROSAMIM	97
3.1 O DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE	97
3.2 A TROCA DE DONS	98
3.3 OS PARCEIROS	100
3.3.1 Universidade cidadã	101
3.3.2 Precisa de ajuda?	105
3.3.3 Já pensou em viver sem dor? Considere essa opção!	108
3.3.4 Mude: escolha o melhor	110
3.4 A VITRINE	111
3.5 DO ESTIGMA AO ENFRENTAMENTO	112
3.6 OS PRISIONEIROs	118
3.7 A RE-PRODUÇÃO DOS NOVOS CIDADÃOS	123
3.8 A RESISTÊNCIA	129
3.9 VOLTE PARA O SEU LAR	136
CONCLUSÃO	139
REFERÊNCIAS	142
ANEXOS	147

INTRODUÇÃO

Vou juntar-me aos meus irmãos:
Vou ver a nova cidade
Que vem brotando das ruínas (WERK, 1985, p.35).

Se hoje o retrato da cidade de Manaus está ligado a imagens de igarapés e palafitas, daqui a poucos anos isso poderá ser parte de um passado, revisitado em livros de literatura amazonense e fotografias antigas. Saudoso, para quem teve a oportunidade de tomar banho, quando criança, em suas águas limpas. Passou bons anos de sua vida morando na beirada, em palafita ou casa de alvenaria. Desumano, para outros, que também ali moraram, mas se desesperavam cada vez que chovia um bocado a mais e tudo alagava. Constrangedor, para quem por lá só passava, e da janela do carro sentia o cheiro de esgoto e via o lixo em volta das casas.

Atualmente, onde antes havia lixo, mau cheiro, esgoto e aquelas moradias de madeira sobre as águas dos igarapés, há blocos de apartamentos laranja-avermelhados, padronizados, com áreas de lazer e de uso comunitário; ou parques públicos, com jardins, equipamentos urbanos, venda de alimentos e totens da *Belle Époque* manauense. Desde 2003, o Governo do Estado do Amazonas (GEA) realiza obras para tratamento e canalização dos igarapés, e urbanização de suas áreas de abrangência, por meio do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) – visto como o maior programa de intervenção urbana da história da cidade.

Este estudo etnográfico pretende examinar a política de reordenamento territorial efetuada pelo GEA, nos últimos nove anos, para solucionar problemas ambientais, sociais e urbanísticos da população situada nas áreas dos igarapés de Manaus. A execução do Prosamim se deve a recursos públicos e empréstimos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As ações de reassentamento involuntário¹ do Programa ultrapassam a esfera da transferência de populações. Incluem práticas relativas à

¹ É o reassentamento causado por fatores externos, caracterizado por maior risco de empobrecimento e maior período durante o qual o impacto pode ser sentido e deve ser avaliado. Involuntário, embora possa ser desejável em última análise. É o caso de projetos de desenvolvimento, como o Prosamim, que são planejados e deliberados. Há controle governamental e apoio do setor privado; oportunidade para participação da comunidade e para avaliar os resultados negativos. Torna o plano de reassentamento uma oportunidade para melhorar as condições econômicas e sociais, leis locais e contexto institucional do país (BID, 1998).

responsabilidade ambiental, inclusão social, geração de emprego, sustentabilidade, cidadania e educação.

Após remanejar famílias para novas moradias, o Prosamim continua o trabalho de atendimento a essas pessoas em suas novas residências, realizando visitas de acompanhamento social, cursos e palestras para capacitação e sensibilização. Tudo tem o objetivo de adequar estas famílias ao novo ambiente que passam a ocupar, fortalecendo, principalmente, o aspecto da melhoria da qualidade de vida (PROSAMIM..., 2011. Não Paginado).

Em geral, os trabalhos acadêmicos que abordam a temática (Azevedo, 2006; Barbosa, 2008; Carvalho, 2009; Pinheiro, 2008; Souza, 2006) detêm-se nos efeitos do Prosamim, na produção de uma nova configuração do espaço urbano, ou no processo de desenraizamento social que preside sua implementação. Aqui, ao contrário dos estudos acima, examino as iniciativas de difusão desse novo comportamento, manifesto no suporte para readaptação das famílias, e expresso na promoção de práticas de normalização das convivências entre vizinhos e com o meio ambiente. Tais iniciativas compõem a denominada etapa de acompanhamento pós-reassentamento do Prosamim, cujo escritório administrativo, com equipe multidisciplinar de técnicos do GEA, localiza-se na unidade habitacional mais antiga, construída no âmbito do Programa: o Parque Residencial Manaus (PRM).

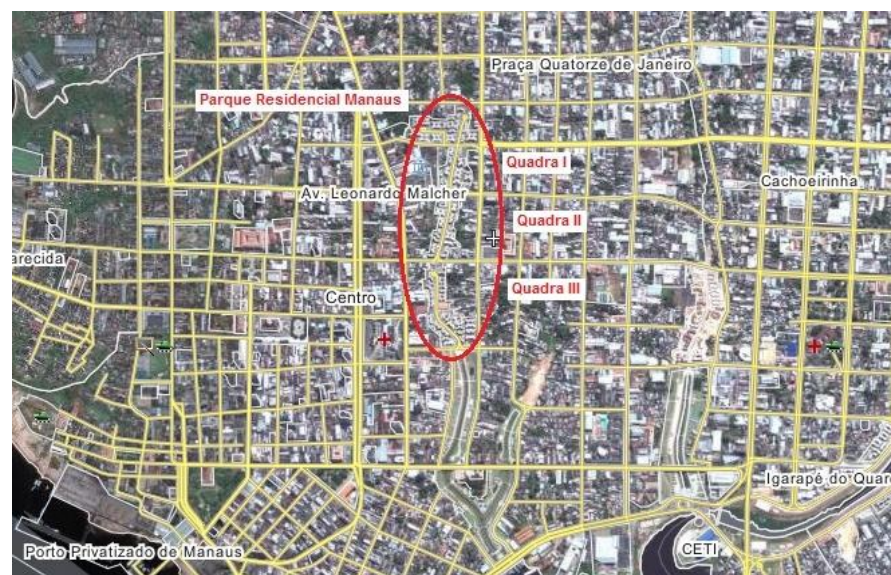


Figura 01: Localização do PRM.
Fonte: Wikimapia, 2012.

A primeira etapa do Prosamim priorizou a bacia Educandos-Quarenta e seus afluentes – Igarapé de Manaus, Igarapé Bittencourt e Igarapé Mestre Chico. O custo total foi orçado em US\$ 200 milhões de dólares americanos, sendo US\$ 140 milhões financiados pelo Banco e US\$ 60 milhões de contrapartida do GEA. O PRM foi uma das soluções de reassentamento oferecidas pelo Estado aos habitantes das áreas de abrangência do Programa. Em troca da antiga moradia, a ser desocupada e destruída, eles podiam escolher entre algumas formas de indenização em dinheiro, casas em conjuntos habitacionais (de programas de habitação do GEA) ou apartamentos em unidades habitacionais – como o PRM, por exemplo.

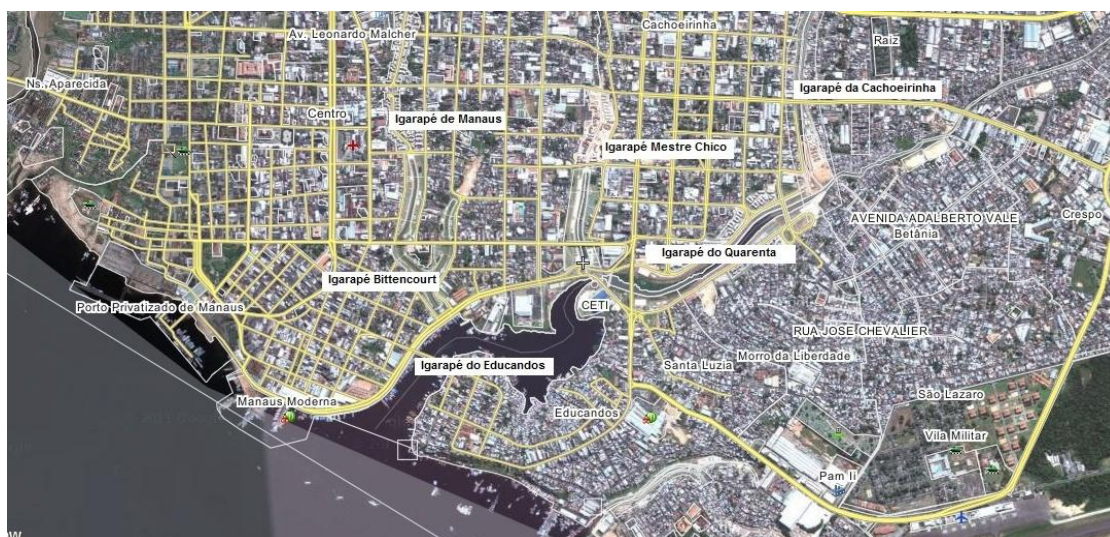


Figura 02: Localização de Igarapés.
Fonte: Wikimapia, 2012.

Para este estudo, escolhi abordar o PRM. Os motivos são muitos. Por ser o mais antigo, a primeira unidade habitacional, construída para o reassentamento das famílias de áreas de intervenção, ele permite uma análise mais aprofundada dos efeitos sociais do Programa. Além disso, tem seu espaço físico delimitado entre ruas de grande circulação, de relevante visibilidade, no Centro, na zona sul da cidade. Ele se localiza na Avenida Igarapé de Manaus, entre as ruas Major Gabriel e Joaquim Nabuco. Essas ruas, em sua extensão, estão paralelas àquela avenida. Com seus primeiros blocos, o PRM inicia na Rua Tarumã. É entrecortado pela Rua Doutor Machado, seguido pela Leonardo Malcher e depois pela Ramos Ferreira, finalizando na Ipixuna. Ou seja, a Quadra I inicia na Tarumã, abrange a Doutor Machado e termina na Ponte da Leonardo Malcher. Da Ponte, começa a Quadra II, que vai até a Ramos Ferreira. E dessa rua até a Ipixuna fica a Quadra III.



Figura 03: Localização das Quadras do PRM.
Fonte: UGPI, 2008.

O PRM é a única unidade habitacional que conta com uma base administrativa do Estado em seu espaço, o Escritório de Sustentabilidade Socioambiental e Gestão Compartilhada (ESGC), que é conhecido como o escritório da Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (UGPI). A UGPI é o órgão gerenciador do Prosamim, e interlocutor com o BID. Parte de sua equipe multidisciplinar de técnicos, formada por assistentes sociais, psicólogos, nutricionista e biólogos, trabalha no ESGC em contato quase diário com os moradores do PRM. Essa equipe é responsável pela etapa de pós-reassentamento.

Além de abrigar o ESGC, o PRM é a maior unidade habitacional em número de apartamentos, somando um total de 819 em suas três quadras. Não há dados oficiais quanto ao número de habitantes nem de famílias. Suas duas primeiras quadras foram inauguradas no ano de 2007, com 567 apartamentos, e somente no ano seguinte as obras da terceira foram entregues com 252. Nelas estão reassentados os ex-moradores do Igarapé de Manaus, Igarapé Mestre Chico, Igarapé Bittencourt e Igarapé do Quarenta.

Realizei esta pesquisa a partir de trabalho de campo entre os meses de fevereiro e de dezembro de 2011. Período em que participei de cursos, oficinas, reuniões e festas promovidas pelos técnicos do GEA/ UGPI. Cursos e oficinas que integram a etapa de pós-reassentamento – responsáveis pelo suporte para readaptação das famílias. Também frequentei as atividades realizadas pelos moradores do PRM, com ou sem a inserção do Estado, podendo, assim, conviver mais com alguns dos muitos grupos formados por eles. De funeral a festas de aniversário. De reunião religiosa a de segmentos políticos. Eu busquei

participar desses eventos e me aproximar um pouco do cotidiano dos moradores. Acompanhar as diversas formas de sociabilidade paralelas e, por vezes, concorrentes e conflitantes com aquelas propostas pela UGPI.

Embora tenha tentado participar igualmente das atividades dos moradores nas três quadras, eu sei que não consegui realizá-lo de fato. Isso se deu mais pela localização do ESGC, na Quadra III, e pela minha escolha em abordar também o trabalho dos técnicos - o atendimento diário e os cursos oferecidos aos moradores. Ou seja, dediquei-me a relação entre Estado e população reassentada. Havia muitos apartamentos, moradores, grupos e trajetórias, o que tornava impossível meu empenho de dar conta de tudo com a frequência e a intensidade desejadas.

O desconhecimento dos técnicos quanto ao caráter etnográfico de acompanhamento intensivo de meu estudo deixava-os desconfiados. Ao observarem o modo como eu fazia a pesquisa - de estar ali a cada evento, a qualquer hora do dia, e de, por vezes, saber mais dos moradores do que eles -, os técnicos já não conseguiam disfarçar o incômodo que lhes causava a minha presença. “Maninha, como é que tu aguentas? Quando isso vai acabar?”, perguntava uma técnica. Eu chegava antes do começo e saía depois do término. “Já bateu seu ponto? Vai já ser contratada pra trabalhar no Prosamim”, diziam.

Cheguei ao ESGC através da assessoria de comunicação da Superintendência Estadual de Habitação (SUHAB). No escritório, os técnicos eram receptivos e sempre me deram autorização para acompanhar e registrar, com fotografias e gravação de áudio, suas atividades com os moradores. Depois de meses de trabalho de campo, quando voltava a pedir permissão para fazer algum registro, eles riam e diziam que eu não precisava mais pedir. Por outro lado, ficavam cada vez mais desconfiados com a minha demora por lá. Geralmente, as pessoas que faziam pesquisa sobre o Prosamim, conforme me afirmaram, não permaneciam tanto tempo entre eles.

Eu explicava que trabalho de antropólogo demorava mesmo. Que meu interesse era a etapa de pós-reassentamento, com o dia-a-dia no PRM, o trabalho dos técnicos e a relação com os moradores. E tudo o que se passasse com os moradores me interessava, independente da presença ou envolvimento do Estado. Porém, para os técnicos era como se eu fizesse mistério sobre a pesquisa, porque eu não lhes dizia o que pensava sobre o que tanto observava. Não dava prévia de minhas interpretações e análises. Já os moradores não demonstravam essa preocupação. No início, expressaram surpresa, mas as minhas explicações foram suficientes para desfazê-la. Eles me revelaram que nunca haviam participado de estudo com o pesquisador presente de maneira intensiva.

Minha aceitação entre os moradores passou pelo reconhecimento de minha linhagem familiar. Pela linha materna, faço parte da família Bessa, integrada basicamente por professores, funcionários públicos, com seus nomes envolvidos em exílio, militância de partidos políticos e atuação em jornais locais. Mais, vem de Aparecida, um bairro popular, na zona sul da cidade, onde todos se conhecem e se reconhecem como uma única família. “A Aparecida não é um bairro; é uma tribo”, asseguram seus moradores. A ligação a essa origem se deu através de um morador de Aparecida, que me identificou numa festa dos moradores do PRM. Paula, a vice-presidente da Associação dos Moradores do Parque Manaus Quadra III (Ampare), conhecia um de meus tios quando da militância no Partido dos Trabalhadores (PT).

Mais tarde, ao conversar com o pai dela, seu Joaquim, um dos mais antigos moradores da área onde hoje se localiza o PRM, foi estabelecida a ligação pela linhagem paterna. Ele conhecia meu avô paterno. “O velho Meneghini” era dono do Bar Avenida, um bar-restaurant bastante frequentado entre os anos 1953-1968, na Avenida Eduardo Ribeiro, no Centro. Seu Joaquim se lembrava de meu avô sempre muito sério, sisudo e rígido. Divertia-se em me narrar sua intolerância com os meninos engraxates que se aproximavam do bar. “O italiano era dureza. Botava os meninos pra correr”.

De pesquisadora universitária, eu passei a ser reconhecida como “Marcia Bessa”, “a neta do Meneghini”, e a antropóloga dos moradores do PRM. Eu era convidada para reuniões, festas e eventos dos/ pelos moradores, dentro e fora da unidade habitacional. “Ela está com a gente”, ouvia-os me apresentarem em diversas situações, inclusive em reuniões administrativas da UGPI/ BID em que eu não recebia convite dos técnicos. Os moradores asseguravam a minha presença.

Com os técnicos não foi assim. Consegui me aproximar pouco dos nove profissionais que trabalhavam no ESGC. Identificados por suas áreas de atuação, na social, havia assistentes sociais, psicólogos e nutricionista; enquanto na ambiental, biólogos. A frequência da equipe do setor social era mais regular do que a do ambiental. Em geral, o vínculo era de cargo comissionado. Verifiquei diferentes entendimentos quanto ao trabalho desempenhado ali. Para uns, havia empenho em construir uma carreira no Estado; e para outros, aquilo representava uma espécie de “bico”.

Obter documentos oficiais do Programa por meio da UGPI era um processo delicado. Apesar de se mostrarem solícitos, seus representantes não conseguiam disfarçar a desconfiança quanto ao meu interesse em consultar tais documentos. Reconheço não ter efetuado um tratamento etnográfico mais simétrico de moradores e técnicos por conta das condições encontradas em campo, e pela minha pouca habilidade em lidar com isso. Eu

frequentava a casa dos moradores do PRM; e o local de trabalho dos técnicos. A desconfiança destes funcionava como uma barreira. A maioria se limitava a responder aquilo que eu perguntava de modo objetivo. Fora disso, o silêncio predominava. Minha permanência durante os onze meses de campo gerava neles desconforto.

Ao contrário de outras pesquisas sobre o tema, eu não enfatizei aqui dados quantitativos ou amostragens. Analisei trajetórias, relações, situações e eventos. Busquei relatar os casos dos moradores do PRM com os quais conversei e convivi durante o trabalho de campo, assim me detive em seus motivos de vinda para a cidade e para as áreas de igarapé. Em geral, eles representam uma segunda geração de famílias vindas dos estados do Pará e do Ceará, e de municípios do interior do Amazonas. E foi o contato com suas experiências que me remeteu às narrativas da literatura amazonense. O período da borracha e da Zona Franca foram marcos na história do Amazonas e daqueles que vieram para cá na esperança de uma vida melhor. A fuga da terra de origem em busca de melhoria de vida na cidade tornou-se um registro literário. Daí o meu breve emprego de histórias de personagens da ficção para reforçar a contextualização das trajetórias dos ex-moradores de igarapé de “carne e osso”.

No primeiro capítulo, descrevo um retrato da cidade de Manaus. Identifico o igarapé e as palafitas nas narrativas dos ex-moradores de igarapé e nas dos personagens da literatura amazonense. Situo o Prosamim dentro de um histórico de políticas de reassentamento realizadas ao longo de sucessivos governos em nome do embelezamento da cidade para melhoria de vida de seus habitantes. Além do reassentamento de famílias, e da execução de obras de urbanização, de aterro e canalização dos igarapés, faz parte desse processo a mudança de comportamento das pessoas. Trago o Código de Posturas Municipal para pensar sobre o Manual do Proprietário do Prosamim. Os dois vistos como disciplina (Foucault, 2009) de um processo civilizador (Elias, 1994).

Apresento o Prosamim, suas obras, etapas e eixos de atuação, com base em seus documentos oficiais, e em informações do site da SUHAB. Através do material disponível no site do BID, identifico de que maneira o Programa se insere no projeto social do Banco, para analisar como isso se relaciona com a vida dos moradores do PRM. Faço uso de notícias de jornais, e de levantamento de trabalhos acadêmicos. Traço um paralelo entre a realidade observada no PRM e alguns aspectos da experiência de remoção de favelas do Rio de Janeiro a partir dos estudos de Valladares (1978; 2005).

A descrição de uma cena do curso de etiqueta urbana e social abre o segundo capítulo. Apresento a etapa de acompanhamento pós-reassentamento, na qual tal curso, enquanto “ação” dos técnicos do GEA/ UGPI, é elemento integrante. Assim, mostro o

trabalho deles no ESGC. Examino qual o tipo de etiqueta imposta por eles aos moradores, que compõem uma vitrine humana. A etiqueta enquanto instrumento de dominação (Elias, 1987) para assegurar o sucesso do Prosamim na construção de “novos cidadãos” (Lemos, 2010). Diante do universo de relações existente no PRM, assinalo as tensões dos moradores em suas quadras e associações, e a relação diária e direta com os técnicos/ agentes de Estado. Observo a etiqueta padronizada no manual do proprietário como um estimulante de segmentação e de estigmatização.

A partir da descrição do evento de comemoração ao dia mundial do meio ambiente, indico a presença dos muitos “parceiros”, que, com o Estado, ali disputam os moradores do PRM e a visibilidade de sua vitrine. Como num mercado, os moradores se encontram numa vitrine. Avalio de que maneira o estigma de igarapé torna-se estratégia de união e enfrentamento dos moradores contra a disciplina imposta pelos técnicos e “parceiros”. Verifico os mecanismos de resistência diante das ofertas de melhoria de vida de Estado, igrejas, instituições, empresas e políticos. Haveria diferentes entendimentos quanto ao que vem a ser melhoria de vida.

1 MANAUS E A POLÍTICA CIVILIZADORA E DE ATERRO DE IGARAPÉS

1.1 UMA TAPERA ENTRE AS ÁGUAS

Casas de madeira. Telhados de palha. Algumas delas construídas sobre as águas dos igarapés. Outras, nas beiradas. Cercas de estacas de galhos de árvores separam uma casa das outras. Fios amarrados nas cercas, de um lado para o outro, que recebem as roupas, apanhadas da bacia de alumínio, no chão empoeirado, para serem neles estendidas e secas ao sol. Ruas de barro com areia e pedras espalhadas. Grama alta. Muitas árvores. Esse era o retrato da cidade de Manaus, havia muitos anos, ainda guardado, entre os de outros momentos de sua história, pelos moradores do antigo Igarapé de Manaus. Ali, de um retrato para o outro, ela crescia. Aos poucos, perdia as características de uma tapera e ganhava as proporções e os alinhamentos de uma cidade.

Cenário de fotografias. Tema de poemas, de romances e de contos. Cena de telas de pintores. Além das águas de seus grandes rios, Manaus é identificada com as águas de seus igarapés, que cortavam a cidade, nas histórias contadas por seus moradores e visitantes. Pessoas que puderam experimentar a proximidade com as águas dos rios e dos igarapés. Neles, seus moradores, e os muitos personagens de sua literatura, tomavam banho, limpavam os animais, retiravam água para beber e cozinhar, e jogavam suas imundícies. As lavadeiras lavavam as roupas dos patrões, de moradias, de hotéis e de hospitais, e deles falavam mal. Os igarapés demarcavam não apenas os limites das ruas da cidade, mas também um espaço de certa liberdade, para quem geralmente não era permitido se expressar.

Moradora antiga das beiras do Igarapé de Manaus, Paula, quando menina, gostava de tomar banho em suas águas ainda limpas. Outros moradores, mais recentes, que só conheceram o igarapé poluído, não diziam o mesmo. Para eles, as recordações eram de sujeira e de fedor. De crianças, ao brincarem entre as pontes de madeiras, que ligavam as casas sobre as águas, caírem e se machucarem; de contraírem doenças graves por contaminação com o esgoto a céu aberto. Quando chovia, o nível das águas subia. As casas ficavam alagadas e cheias de lixo e bichos mortos.

Os momentos a mim narrados por ex-moradores de igarapé e de suas proximidades, como Paula, me remeteram a personagens da literatura amazonense. Ceroto, personagem de um conto amazônico, “[...] Quando se cansava de correr pelo campo, seguia para o igarapé próximo onde, depois de despir-se, atirava-se nágua e ali ficava um tempão, nadando, ouvindo os pássaros e tentando agarrar peixinhos que lhe passavam ligeiramente entre as pernas”

(ENGRÁCIO, 1986, p.94). Em 1878, o igarapé, além de uma necessidade, passa a ser um problema, ao afetar a saúde das pessoas. Monteiro (1994) lembra que parte da população procurava se defender contra a poluição das águas potáveis e as ameaças de doenças e infecções. Porém, muita gente precisava dessas mesmas águas para trabalhar e lavar-se, tal como as lavadeiras e os funcionários de fábricas e de construções.

Em nome da saúde da população, as lavadeiras eram aos poucos repelidas para os igarapés mais distantes. O Código de Posturas (1910) da cidade passava a proibir o recolhimento de água e os banhos naqueles mais próximos. Animais mortos não podiam ser atirados nos igarapés. Nenhuma natureza de despejo ali era permitida sob pena de multa. Não se podia construir em terrenos alagadiços ou úmidos. Cortiços e casebres estavam expressamente proibidos dentro do perímetro urbano.

Uma vitrine era montada. Quando não era possível remover a moradia popular, das áreas de expansão, a política modernizadora esforçava-se por escondê-los. Os melhoramentos feitos na cidade não respondiam apenas a estímulos econômicos, o que dava a impressão de estar-se montado uma vitrine. Vitrine de uma cidade que se mostrava ao mundo a partir de seu porto, mas cuja modernidade tinha como marca a exclusão social. A modernidade, nesse sentido, fazia-se sobre os escombros do que era percebido como antigo e atrasado, tais como os hábitos e as tradições populares (Pinheiro, 2003).

Sobre o empenho dos governantes em embelezar Manaus, Mesquita (2009), em pesquisa sobre o processo de reforma urbana de Manaus dos anos 1890-1900, indica que alguns deles faziam isso por acreditar que a imagem da cidade demonstrava a civilização de sua população. E se mostravam, muitas vezes, insatisfeitos diante dos traços culturais locais, pouco refinados, em comparação ao modelo europeu de modernidade desejado. Daí a intensificação das obras públicas na cidade, visando sua reconstrução e embelezamento, com o apoio da sociedade.

Entre as ruas Major Gabriel e Joaquim Nabuco, no Centro, corria o Igarapé de Manaus, onde atualmente está o Parque Residencial Manaus (PRM), construído no âmbito do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim). O igarapé canalizado passa por baixo do terreno, criado para receber a Avenida Igarapé de Manaus e os blocos de apartamentos do PRM. A Vila Betel, uma pequena rua, de descida, que iniciava na Rua Major Gabriel e terminava caindo no igarapé, abriga até hoje moradores que puderam acompanhar muitas das mudanças por lá ocorridas. Saudoso, seu Joaquim, um dos primeiros a habitar o local, mostrava-me suas fotografias e recordava os momentos mais importantes de sua vida, passados às margens do Igarapé de Manaus. No terreno herdado pela esposa, de propriedade

legal da família, ele construiu a casa dele e as demais, que viriam a ser de seus filhos e netos, uma ao lado da outra, formando uma quinta, como a família gostava de denominar.

Ele acompanhou o processo de ocupação do igarapé. Viu a construção de moradias sobre as águas aumentar ano após ano, e se intensificar com a criação do distrito industrial da Zona Franca de Manaus em 1967. De acordo com Freire (1994), um modelo econômico baseado na exploração de mão de obra barata, na concessão de incentivos fiscais pelo Estado a grupos privados, na isenção de impostos e na transferência de lucros para fora da região. A ânsia pelo progresso faz com que os igarapés sejam tratados como inimigos pelos governantes de Manaus e fiquem condenados ao desaparecimento da mesma forma que os povos que habitaram as suas margens.

Boa ou má, as imagens de Manaus e de seus igarapés apresentam-se ligadas em relatos de seus habitantes sobre trajetórias de vida, redes de relações, expectativas e frustrações. O que leva alguém a morar em palafitas, aquelas casas de madeira, construídas sobre as águas dos igarapés da cidade, é um dos assuntos discutidos inicialmente por Salazar (1985) e, mais tarde, retomado por Souza (2010). Eles pesquisaram o surgimento da cidade flutuante de 1920, que se estendeu da frente de Manaus à foz do Igarapé do Quarenta.

Se, para o primeiro, esse tipo de habitação não se dá por uma questão cultural, ou seja, pela relação do homem amazônico com as águas dos rios, para o outro, ao contrário, é um modo de vida típico da “hinterlândia ribeirinha” amazônica. Salazar (1985) não acredita ser uma forma de adaptação do homem do interior ao seu habitat natural. Mais, nem índio nem caboclo viveriam sobre as águas, segundo o autor, por uma questão atávica. Todos, inclusive o nordestino, que aqui chegou, foram obrigados a adaptar-se ao meio, morando em palafitas e flutuantes por necessidade. Por ser a alternativa mais barata.

De acordo com Souza (2010), esses tipos de habitação são modos de vida atuantes e transformados pela cultura do lugar. Presentes há bastante tempo nas águas limítrofes da capital, somente com o declínio das exportações de borracha amazônica é que começaram a aportar em Manaus. Não seria uma questão basicamente econômica.

Os flutuantes [...] não apenas tinha um tipo de vida bem anterior a 1920, como não eram produto da ‘cidade flutuante’ de Manaus, ou seja, não foi esta que criou a cultura de morar em flutuante sobre as águas, mas justamente o contrário, e nem tão pouco foi uma manifestação irradiada a partir das águas de Manaus (SOUZA, 2010, p. 62).

Na tentativa de descobrir o que causou tamanha precariedade habitacional em Manaus, Salazar (1985) investiga o que aconteceu com os “deserdados”, habitantes da “favela

flutuante”, que foram expulsos do campo e depois da cidade. Aponta a economia agrícola extrativista em colapso e a inexistência de um centro industrial urbano capacitado, para absorver a população vinda do interior, como elementos causadores do desemprego e do surgimento de favelas. E, em seguida, isso teria se agravado com a explosão demográfica em decorrência do distrito industrial.

Embora não me detenha nessa discussão, já que não é esse o meu objetivo, gostaria de mostrar que há reflexões sobre o tema. Isso é importante para contextualizar a percepção, nesse caso, dos ex-moradores de igarapé - Igarapé de Manaus, Mestre Chico, Bittencourt e Quarenta -, a fim de se entender as mudanças ocorridas em suas vidas e na cidade, causadas pela política de reordenamento urbano dos últimos nove anos. Não pretendo determinar se um ou outro desses motivos é o que realmente leva as pessoas a construírem suas casas de madeira sobre as águas dos igarapés. Parto tão somente da ideia de que para o Estado esse é um grande problema desde os governos mais antigos.

Indico que a busca por embelezamento e modernidade da cidade levou seus governantes, ao longo dos anos, a verem nos igarapés verdadeiros entraves ao progresso urbano. Chamo atenção para a existência de uma longa linha de continuidade histórica na relação entre administração pública e gestão da população de Manaus. O deslocamento e o controle da população, para disciplinar o uso dos espaços urbanos, conforme interesses econômicos, políticos e turísticos de determinados segmentos da sociedade, não é algo novo. A reforma urbana apresenta-se como um correlato da reforma de comportamentos. Não se trata de um episódio atual e isolado de projetismo urbano. O Prosamim vem a ser uma continuação da política de aterro de igarapé e de processo civilizatório de suas populações.

1.2 DE EDUARDO A EDUARDO: O EMBELEZAMENTO DA CIDADE.

Se em 1839, em seu Código de Posturas, a cidade de Manaus tinha seus limites traçados a partir das águas dos igarapés, com os anos isso foi mudando. A política de aterro dos igarapés, iniciada no governo de Eduardo Ribeiro (1892-1896), ganhou fôlego para ser retomada no de Eduardo Braga (2003-2010), e tem avançado no governo estadual de Omar Aziz (2011-2014).

Quem chama atenção para a relação entre as intervenções nos igarapés de fins do século XIX, e as do Prosamim no período atual, que compreendem aos governos dos “Eduardos”, são Costa Júnior e Nogueira (2010). De modo breve, eles avaliam as intervenções urbanas efetivadas durante os dois governos para atender aos anseios da

modernidade. Indicam as sucessivas políticas de aterro dos igarapés no decorrer da história de Manaus. Para chegar a esse entendimento, de prefeitos a governadores, os autores fazem um apanhado de algumas iniciativas de intervenção política, que aqui eu dividi em quatro momentos históricos, e acrescentei informações.

O primeiro deles compreende ao governo de Eduardo Ribeiro (1892-1896), conhecido como “o Pensador”. Presidente de Província, aproveitando a prosperidade econômica trazida pela expansão da borracha, Ribeiro deu bastante importância ao embelezamento da cidade. Na busca pela modernidade, querendo transformar uma aldeia em cidade, ele colocou em prática o “Plano de Aformoseamento” de Manaus (Mesquita, 2006). Ficou conhecido pelas grandes obras e reformas, entre elas, o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça. E, para tanto, leis foram criadas para permitir o aterro de igarapés e muitos terrenos foram desapropriados.

O segundo momento é o do governador Arthur Reis (1964-1967). Na tentativa de melhorar a aparência da orla de Manaus, em 1967, ele acaba com a cidade flutuante. Isso ocorre diante de transformações associadas ao empenho das autoridades pela melhoria econômica do Amazonas, com a implantação da Zona Franca e da política de integração ao modelo internacional de produção capitalista (Souza, 2010).

As palafitas que entrecortam a cidade não chegaram a representar uma cidade flutuante. Para Souza (2010), as formas da cidade flutuante eram um conjunto de casas de madeira construídas sobre troncos de árvores, que flutuavam sobre as águas do Rio Negro e dos igarapés, entre os anos de 1920-1967. No auge dos anos 1960, abrigaram mais de 12 mil pessoas. Com Arthur Reis, essa pejorativamente intitulada “favela fluvial” desapareceu, mas o modo de viver sobre as águas permaneceria como problemática urbana e social para seus governantes. As palafitas continuariam sobre os igarapés da área urbana por bastante tempo.

A diferença entre as moradias palafita e flutuante é que os troncos de madeira dispostos na horizontal permitem que a segunda acompanhe o nível das águas. Já a palafita é imóvel. É sustentada por estacas de madeira na vertical, na profundidade do igarapé. Quando o nível das águas sobe, seus moradores podem elevar manualmente o piso de madeira chamado de maromba. A cidade flutuante era como um bairro da cidade. De forma similar às favelas do Rio de Janeiro, era uma cidade dentro de outra cidade. As palafitas não contavam com tamanha autonomia de serviços. Abrigavam os “ribeirinhos metropolitanos”¹.

¹ Expressão de autodenominação usada por seu Ricardo, morador do Parque Residencial Professor Jefferson Carpinteiro Peres (PRJP), em evento de avaliação do Prosamim por empresa contratada pelo GEA.



Figura 04: Palafita
Fonte: Meneghini, 2012.



Figura 05: Flutuante
Fonte: Meneghini, 2012.

O momento seguinte é o do prefeito Alfredo Nascimento (1997-2004) com a tentativa do Projeto Nova Veneza (PNV). O objetivo dele era intervir no Igarapé de Manaus, no Centro, mas o projeto não foi levado adiante. Mais tarde, algo semelhante seria proposto com o Prosamim. Nas entrevistas e conversas com ex-moradores de vários igarapés, verifiquei que parte da não aceitação inicial ao Prosamim se deu por causa da promessa não cumprida de execução do PNV. Quem via nesse tipo de programa a possibilidade de melhoria de moradia frustrava-se. “Ninguém acreditava mais”, repetia-me dona Mariana, ex-moradora do Igarapé Mestre Chico, inserida no Prosamim. E o quarto momento é caracterizado pelo governo estadual de Eduardo Braga (2003-2010), seguido pelo de Omar Aziz (2011-2014), e pelo cumprimento da promessa com as intervenções do Prosamim.

Políticas públicas de reordenamento territorial, para modernização urbana, são comuns, conforme lembra Castro (2002), em seu estudo sobre intervenção de planejadores em meio urbano. A participação de múltiplos agentes sociais nesse processo é que seria para ele uma novidade desde os anos noventa. O Prosamim se insere nesse último grupo de políticas pela modernização, e pensadas por profissionais do Estado, de empresas privadas e “beneficiários”.

Ao longo de mais de cem anos, as iniciativas do Estado de embelezamento da cidade permanecem. Na verdade, após as obras de reconstrução urbana de Ribeiro, seguiu-se uma série de pequenas tentativas de melhoria, interferindo nas áreas de igarapé, sem grandes transformações – com exceção do caso da cidade flutuante. Com o Prosamim, Braga retoma o

que fora iniciado por Ribeiro. Ao dar continuidade ao Programa, Aziz deve finalizar um período de grandes reformas da paisagem urbana de Manaus. Mais, na vida de seus moradores, uma vez que essas mudanças pressupõem o deslocamento dos habitantes das áreas de igarapé.

1.3 A REALIZAÇÃO DO SONHO

Desde 2006, o Governo do Estado do Amazonas (GEA) vem realizando obras de infraestrutura nas margens dos igarapés de Manaus através do Prosamim e da promessa de urbanização dessas áreas. As moradias vistas como irregulares e problemáticas são destruídas e seus moradores reassentados em novas casas, para, assim, serem solucionados problemas ambientais, sociais e urbanísticos, por meio de recursos públicos e de empréstimos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ou, dependendo do planejamento feito para a área, uma casa em boas condições pode ser retirada, sem que esteja próxima às águas.

A ideia de revitalização dos igarapés de Manaus é uma preocupação dos governantes locais, principalmente, a partir de 1970, quando houve um aumento das ocupações ao longo dos cursos de água devido à implantação do distrito industrial (Salazar, 1985). No entanto, as ações dos governantes se intensificam nos últimos nove anos com o Prosamim. As opiniões sobre o Programa são diferentes. Por um lado, o GEA garante seu sucesso como o maior programa social, ambiental e urbanístico do Brasil e destaca dois prêmios concedidos pela Associação Brasileira de Companhias de Habitação Popular - Cohabs (segundo o site do Prosamim, esta é a principal entidade representativa do setor no país). Por outro, críticos assinalam que o projeto volta-se apenas para maquiar os reais problemas dos igarapés e de seus moradores, já que não resulta em melhoria efetiva da qualidade de vida dos ribeirinhos (Carvalho, 2009).

A esse argumento acrescenta-se que, com o Prosamim, o Estado pretende mesmo é escamotear a periferia existente no Centro, que contraria a tão almejada imagem de cidade perfeita e, assim, institucionaliza a proliferação de impactos ambientais por meio de aterramento de igarapés (Barbosa, 2008). Isso é evidenciado no que se refere à revitalização, que, para o Governo, tem o sentido de canalizar, aterrar, construir vias, substituir o cano de PVC pela canalização de concreto, sem o devido tratamento das águas (Azevedo, 2006). Alguns estudiosos percebem o Prosamim como uma prática de segregação sócio-espacial,

corroboradas por relatos de ex-residentes, amplamente veiculadas nos jornais locais, mencionando a distante localização dos conjuntos habitacionais (Souza, 2006).

Esses trabalhos acadêmicos discutem os efeitos do Programa para o espaço urbano, meio ambiente e moradores de igarapés atingidos, sem, contudo, analisar as relações de poder entre população e Estado. Ao contrário deles, o presente estudo está voltado para uma análise do Prosamim enquanto um processo civilizatório (Elias, 1994), mediante as relações entre os agentes sociais envolvidos - burocratas e ex-moradores de igarapé.

1.3.1 O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Os projetos de desenvolvimento urbano, “que tiram as pessoas de áreas perigosas ou impróprias para o assentamento humano”, exemplificam a política de reassentamento involuntário do BID. O Prosamim está inserido nela, uma vez que consiste no “deslocamento e reassentamento resultante do desenvolvimento planejado e que é involuntário, muito embora possa ser desejável em última análise” (BID, 1998, p.23).

Em linhas gerais, para que o projeto de reassentamento involuntário seja financiado pelo BID (1998), o interessado (no caso do Prosamim, o GEA) deve demonstrar: empenho em empreender estudos com a comunidade afetada a fim de definir o escopo do componente de reassentamento; assegurar a disponibilidade de opções equitativas para resolver os problemas causados pelo deslocamento; empenhar os recursos humanos e financeiros para a preparação, implementação, supervisão e avaliação do plano de reassentamento.

O Banco tem como princípio que o deslocamento só ocorra quando inevitável. E, se assim o for, um plano de reassentamento deve ser elaborado para assegurar a compensação e reabilitação das pessoas afetadas - populações reassentadas e anfitriã - no mais breve período possível. Ou seja, elas devem conseguir um padrão mínimo de vida e acesso aos serviços (água potável, saneamento) pelo menos equivalentes aos níveis anteriores; recuperar-se das perdas causadas pelas dificuldades de transição; e ter acesso às oportunidades de desenvolvimento econômico e social (BID, 1998).

1.3.2 O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim)

A Amazônia, abrangendo 61% do território brasileiro, detentora da maior bacia hidrográfica do planeta, e de diversidades étnica e biológica, é retratada no site (Programa..., 2009) da Superintendência Estadual de Habitação (SUHAB), como um paraíso ecológico,

que, no entanto, tem problemas a serem resolvidos. O Prosamim é a proposta do GEA para solucionar o que representaria um dos principais problemas urbanos da capital do paraíso amazônico: a ocupação populacional das margens dos igarapés.

Além de estarem localizadas em local inadequado, nas margens e leitos de igarapés de Manaus, as palafitas, ou sub-moradias², apresentam infraestrutura deficiente, pois não contam com serviços públicos básicos adequados. E, por isso, dão origem a um déficit social, que alcança cerca de 400 mil habitantes entre as bacias de Educandos e de São Raimundo (ROP, 2007). Isso também levou a um acelerado processo de degradação dos recursos hídricos, por causa do despejo de lixo, e de efluentes domésticos e industriais nos cursos de água.

Para o GEA, a recuperação ambiental, a requalificação urbanística e o resgate social dos igarapés são necessários para revitalizar a cidade que está deteriorada. Afinal, dar a ela uma imagem condizente a de capital do paraíso amazônico. O Prosamim é a promessa de melhoria das áreas comprometidas pela ocupação de pessoas às margens dos igarapés. Com finalidades ambientais e sociais, ele foi criado para viabilizar a saída dessas pessoas e revitalizar as áreas já em alto estágio de degradação, a partir da canalização e drenagem dos igarapés, e da preservação e recuperação de suas nascentes. Sem esquecer, é claro, de melhorar a infraestrutura de saneamento básico da cidade. Até o final de 2010, mais de 12 mil famílias já tinham sido retiradas das margens dos igarapés, sendo que a meta do GEA é alcançar 15 mil até 2020.

Por causa da alta densidade de ocupação demográfica, abaixo da maior cota de referência de inundação do Rio Negro, a primeira etapa do Programa priorizou para intervenção inicial a bacia do Educandos - a mais afetada pela ocupação desordenada. Localizada ao sudeste da cidade, ela abrange parte do Centro, do Distrito Industrial e de mais quinze bairros. Os principais corpos hídricos dessa bacia são os igarapés do Educandos, Quarenta, Cachoeirinha, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico. A extensão total chega a 18,71 km. Caracterizado pelas variações de nível de regime hídrico, o Rio Negro é para onde escoam esses cursos de água e, em épocas de cheia, ou de chuvas intensas, as águas dos igarapés transbordam e atingem as moradias.

Embora o Prosamim seja criado em 2005, o primeiro contrato de empréstimo firmado entre o BID e o GEA para o empreendimento ocorre em 19 de janeiro de 2006. No mês seguinte, teve início o remanejamento da população, uma vez que a fase preparatória

² Termo usado conforme Regulamento Operacional do Prosamim (ROP, 2007).

ocorrera de 2003 a 2005. O processo de fato foi iniciado em 2003 com a Carta Consulta ao Banco. Em 2007, o segundo financiamento é aprovado para continuidade do Programa, que reincorpora as ações previstas, mas incompletas, do primeiro empréstimo, por perdas cambiais, na bacia do Educandos, além de incluir a bacia de São Raimundo.

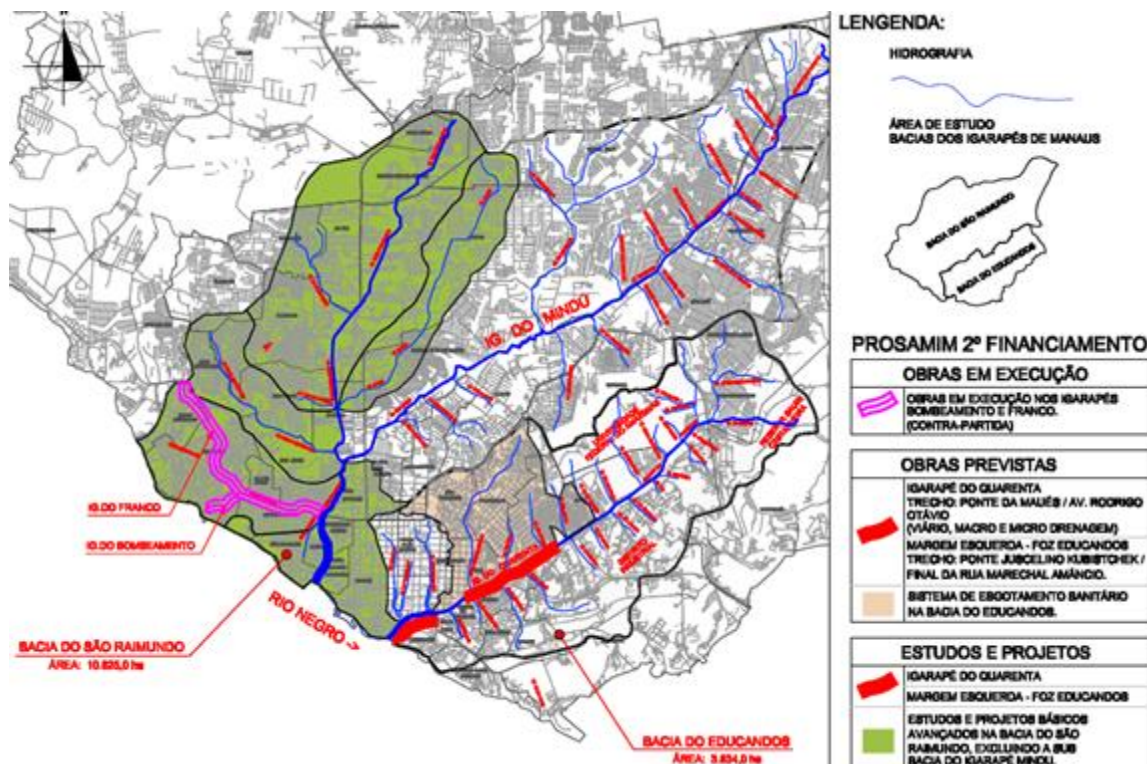


Figura 06: Localização de áreas de intervenção do Prosamim I e II
Fonte: UGPI, 2008.

Nele ficam programadas alterações no trecho da ponte Gilberto Mestrinho, na Rua Maués, no bairro Cachoeirinha, até a Avenida General Rodrigo Otávio, no Distrito Industrial. E cobre os bairros Cachoeirinha, São Francisco, Petrópolis, Raiz, Japiim, Coroadó, Morro da Liberdade, São Lázaro, Betânia, Crespo, Armando Mendes, Zumbi dos Palmares e cerca de 80% do Distrito Industrial. A área é de cerca de 38 km² e a população é de aproximadamente 279 mil habitantes. Para o terceiro empréstimo, atualmente em fase de estudo, há 6.127 famílias cadastradas, sendo 4.267 para intervenção direta, na bacia do São Raimundo. Os investimentos, do Banco e do Estado, já totalizam mais de US\$ 500 milhões.

1.3.2.1 Os executores: a UGPI e a SUHAB.

As estratégias de intervenção do Prosamim são de responsabilidade da Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (UGPI), que é o seu

órgão executor, vinculado ao Gabinete do Governador do Estado, com autonomia administrativa e financeira. As ações são divididas nas seguintes áreas: a) administrativo-financeira; b) engenharia; c) social; d) ambiental; e) jurídica; f) relações com demais entidades envolvidas; g) planejamento e programação. Portanto, é ela que de fato gerencia as obras de drenagem, o reassentamento de quem morava no entorno do igarapé, a construção de avenidas e parques, e a ampliação da oferta de solo para uso residencial barato e com maior controle e vigilância de ocupação.

A UGPI funciona tanto como interlocutora com o BID, quanto como coordenadora de ações de fortalecimento institucional entre entidades do Estado, da Prefeitura e da União. Seus técnicos são responsáveis por preparar e homologar documentos de licitações; assinar contratos; revisar e aprovar projetos; supervisionar obras; aprovar pagamentos; abrir contas para manejo dos recursos do Programa relacionados com o empréstimo do BID; manter sistemas de arquivo contábil e financeiro adequados, com comprovantes de gastos para verificação de representantes do Banco.

Para que as máquinas iniciem as obras de intervenção, a SUHAB promove com uma ampla equipe de técnicos, engenheiros e assistentes sociais, uma ação cujo objetivo é convencer, de casa em casa, as famílias a deixarem os locais. O processo de remanejamento é feito por equipes técnicas da SUHAB e da UGPI. Se a UGPI é responsável pela gestão de recursos do contrato, à SUHAB, por sua vez, cabe à parte administrativa do reassentamento. Tal processo é iniciado por reuniões de apresentação do Programa, depois passa por análise de documentação, avaliação de imóvel, mudança e vai até o acompanhamento pós-reassentamento. Dependendo da solução de reassentamento, essas etapas podem sofrer variações e ser de responsabilidade de um ou outro órgão.

As soluções oferecidas pelo GEA às pessoas que habitam as áreas dos igarapés têm passado por várias mudanças ao longo dos anos, de acordo com as revisões do Plano Específico de Remanejamento (PER). Apresento as soluções de reassentamento conforme as revisões do PER que me foram disponibilizadas pela UGPI. O objetivo aqui é conhecer um pouco o funcionamento do Prosamim, mostrar a maneira como o Estado lida com as populações a serem deslocadas e de que modo isso vai refletir no dia-a-dia delas após o reassentamento.

Vale ressaltar que o Prosamim ocorre por meio do contrato de permuta entre o GEA e cada uma das famílias a ser deslocada. Ou seja, o custo da solução de remanejamento não é repassado à família. Embora nenhum “beneficiário” precise pagar por uma nova moradia, o GEA não oferece a eles as mesmas alternativas de reassentamento. A proposta é de permuta

da casa afetada pelas obras do Programa por outra, disponibilizada por meio das alternativas especificadas no PER e suas revisões. Mas antes de descrevê-las, é interessante explicar quem são os “beneficiários” do Programa.

1.3.2.2 Os beneficiários e as soluções de remanejamento

Os “beneficiários” do Prosamim são a pessoa ou toda a família residente nos imóveis localizados na Envoltória do Remanejamento de Populações (ENRE) determinada pelos técnicos da UGPI e da empresa construtora. A ENRE demarca as fronteiras do território físico, onde estão os imóveis a serem demolidos, e os terrenos vagos sujeitos a desapropriação, depois de removidas as pessoas. O beneficiário é inserido no Programa, segundo sua situação, definida com base na Constituição Federal ou no Código Civil, que pode ser de: a) Proprietário é aquele com direito de gozar e de dispor das coisas de modo pleno e exclusivo, nos limites e na observância de obrigações jurídicas; b) Inquilino é quem mora em imóvel alugado; c) Possuidor é aquele que tem de fato o exercício de algum poder inerente à propriedade; d) Cedido é quem reside no imóvel, membro ou não da família (mas sem parentesco em linha reta de primeiro grau), sem compartilhar a moradia com o proprietário.

Para os primeiros beneficiários do Programa, do Primeiro Financiamento, as soluções oferecidas foram: a) moradia em unidade habitacional em Quadra-Bairro, construída no âmbito do Programa, no mesmo local onde antes havia o igarapé; b) moradia popular, em conjunto habitacional, oferecida pelo GEA ou pela Prefeitura; c) bônus moradia no valor de até R\$ 21 mil; d) indenização em dinheiro (PDDR, 2005; ROP, 2007).

A primeira revisão do PER (2006), no entanto, acrescenta uma quinta alternativa, que não foi incluída no Regulamento Operacional (ROP, 2007). E, de acordo com essa versão, que não sofreria muitas alterações nas seguintes revisões, as soluções são: a) Indenização em dinheiro; b) Bônus; c) Permuta da moradia por moradia em Unidade Habitacional em solo criado (Quadra-Bairro); d) Adjudicação de moradia por concessão de uso em Unidade Habitacional em solo criado (Quadra-Bairro); e) Adjudicação de moradia por concessão em Conjunto Habitacional.

A indenização em dinheiro foi aplicada, preferencialmente, aos imóveis com valor superior a R\$ 21 mil. Foi usada para o caso de proprietário não residente no imóvel cadastrado, independente do valor da benfeitoria. Ou, para o ocupante de imóvel a ser reassentado, cujo imóvel não foi cadastrado, por ter sido construído depois do cadastro.

A permuta da moradia afetada pelo Programa por moradia comprada através de bônus foi uma das soluções oferecidas a proprietários de imóveis, cujo valor fosse inferior a R\$ 21 mil. A terceira possibilidade era a permuta da moradia afetada por outra a ser construída pelo GEA, em unidade habitacional das Quadras-Bairro, em solo criado (um solo não natural, uma vez que ele é um terreno criado sobre o igarapé canalizado). Era aplicável a proprietários de imóvel que o ocupassem e cujo valor fosse inferior a R\$ 21 mil.

A adjudicação de moradia sob regime de concessão de uso, no Conjunto Habitacional Nova Cidade, na zona norte, era uma alternativa para os moradores cadastrados nas situações de inquilino e de cedido, a serem reassentados antes da conclusão das obras das unidades habitacionais nas Quadras-Bairro. Já a quinta e última solução oferecida era a adjudicação de moradia sob regime de concessão de uso, na unidade habitacional das Quadras-Bairro, em solo criado, para inquilinos e cedidos. Porém, como o reassentamento estaria previsto para depois da conclusão das obras, quando as casas ficariam prontas, o inquilino ou o cedido precisariam assinar uma carta de compromisso, assumindo os custos da moradia transitória.

Esse custo só era assumido pelo GEA, no caso de proprietário ou possuidor de imóvel, que escolhessem as soluções de moradia em unidade habitacional em Quadra-Bairro ou em conjunto habitacional. As obras dessas opções levariam algum tempo para serem concluídas, e o GEA concederia a proprietários e possuidores uma Bolsa Moradia Transitória, no valor de R\$ 250, para aluguel temporário em residência, hospedagem em hotel ou pensão, ou acolhida em casa de parentes ou amigos. E, excepcionalmente, aos não proprietários incapazes de custear tal despesa, e que tivessem sua moradia retirada por estar ela em situação de risco causada pela obra do Programa.

A título de exemplo, no caso das famílias saídas do Igarapé da Cachoeirinha, foram demolidas mais de mil casas. Mais de 200 famílias optaram pelo bônus de R\$ 21 mil, 110 foram transferidas para o Conjunto João Paulo II, na zona norte, e 491 receberam a indenização pelo imóvel. As famílias que optaram por unidades habitacionais nas Quadras-Bairro³ (em solo criado sobre o igarapé canalizado) só recebem a chave do novo imóvel mediante a mudança, indicando que o custo da obtenção do benefício era a ruptura tanto como

³ Os técnicos da UGPI não fazem distinção ao empregar os termos: casa, apartamento, unidade habitacional; conjunto habitacional e unidade habitacional. Para evitar confusão, ao longo do texto, usarei as seguintes designações: casa, para me referir aos conjuntos habitacionais populares, de programas habitacionais do GEA, nos quais os beneficiários do Prosamim podem ser inseridos; apartamento, para me referir às unidades habitacionais em Quadras-Bairro (parques residenciais), construídas no âmbito do Prosamim, onde antes havia o igarapé, que agora canalizado passa por baixo do terreno artificial criado para receber os blocos de apartamentos.

a existência em um espaço, quanto em um estilo de vida. Elas assinam um termo de posse no qual se comprometem a não vender, ceder, alugar ou emprestar o imóvel por, no mínimo, dez anos.



Figura 07: Entrada do Conjunto João Paulo II.
Fonte: Meneghini, 2012.



Figura 08: Casas do Conjunto João Paulo II.
Fonte: Meneghini, 2012.

A necessidade das revisões do PER me foi ilustrada pelo caso do bônus moradia. Para Ângela, subcoordenadora setorial de projetos sociais da UGPI, essa solução era uma excelente alternativa no início do Programa, porque havia um estoque de casas disponível no mercado. Embora ele tenha passado para R\$ 28 mil, no ano de 2011, ninguém consegue mais comprar uma casa próxima ao Centro nesse valor.

A primeira revisão do PER 2 (2010), a mais recente entre as quais tive acesso, relacionada ao segundo financiamento do BID, inclui novas soluções, além de alterar aspectos das já existentes nas outras. São elas: 1) indenização de proprietário e/ ou possuidor; 2) indenização de proprietário não morador; 3) indenização de bem de herança; 4) indenização de fundo de comércio; 5) permuta por bônus moradia; 6) permuta por cheque-moradia; 7) permuta por unidade habitacional do Programa; 8) casa no conjunto habitacional do GEA; 9) auxílio-moradia.

Se no começo as soluções eram mais gerais para todos os beneficiários, com o tempo, isso vai mudando e ficando evidente nas denominações das soluções, que já

discriminam quem pode escolher o quê. Ou melhor, fica mais especificado qual é a solução oferecida para cada tipo de beneficiário. Algumas situações não foram previstas no início, mas em seguida foram acrescentadas aos planos de execução do Programa. Isso pode ser observado no caso do herdeiro, que não consta nos primeiros documentos. E a média do valor dos imóveis que era de R\$ 21 mil passou para R\$ 24.500, de acordo com os ajustes sempre anuais dos índices do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

Algo novo é o cheque-moradia, considerado uma indenização assistida. Quem escolhe essa opção “[...] participa de uma oficina onde recebe orientações quanto à utilização responsável do dinheiro cujo objetivo é a reposição da moradia da família, e se compromete a informar seu novo endereço, para que possa ser acompanhado pela equipe social” (PER, 2010, p.14). Vale para qualquer tipo de beneficiário.

O auxílio-moradia é outra novidade. Indicada para quem vive sozinho, inquilino ou cedido, e para quem, numa dessas condições, não consiga comprovar independência econômica. A casa em conjunto habitacional do GEA é oferecida apenas a inquilinos e cedidos, mas já não há menção a adjudicação ou regime de concessão de uso. E as unidades habitacionais construídas no âmbito do Prosamim são direcionadas unicamente a proprietários e possuidores. Nem sob regime de concessão são oferecidas a inquilinos e cedidos.

1.3.2.3 Os princípios de sustentabilidade social e de gestão compartilhada

Comuns a qualquer solução de reassentamento, e conforme a política do BID há ações de preparação para o remanejamento, que acontecem na fase de estudos e de elaboração dos projetos. São elas: selagem dos imóveis e cadastro das famílias; levantamento dos equipamentos sociais; formação do Comitê de Representante de Comunidade (CRC) e do Grupo de Apoio Local (GAL); diagnóstico participativo; implantação do Escritório Local de Gestão Compartilhada (ELO); e abertura das frentes de obras.

Assim como o Escritório de Sustentabilidade Socioambiental e Gestão Compartilhada (ESGC), no pós-reassentamento, o ELO, no pré-reassentamento, ocupa-se da comunicação entre a população a ser reassentada (já reassentada, no pós) e a direção do Prosamim. Uma equipe multidisciplinar integrada por psicólogos, advogados, assistentes sociais, e engenheiros cuida da desapropriação e do reassentamento. Para “minimizar os impactos negativos gerados pelo reassentamento involuntário”, os assistentes sociais fazem a abordagem, a orientação e o convencimento das famílias, através de reuniões, visitas domiciliares e entrevistas individuais. E isso ocorre antes da opção de reassentamento ser

definida (A experiência..., 2010). O ELO permite que as pessoas atingidas pelo Programa acompanhem o processo de remanejamento e garanta a intervenção de modo mais próximo e eficaz nas etapas preparatórias.

Composto por lideranças informais, e escolhido pelos moradores em reuniões específicas, o GAL possibilita a execução das ações, pois facilita a aproximação do Estado junto aos moradores nas áreas de intervenção. Já o CRC é constituído por representantes de ONGs da área de atuação do Programa, a fim de assegurar a representação geográfica daqueles que forem afetados pelas obras. Atua com a equipe técnica na definição de alternativas de reassentamento e modo de distribuição nas unidades habitacionais. O GAL funciona como ampliação da representação do CRC. Para administrar os processos de crise, é criada a Comissão de Gerenciamento de Crises (COMCRI).

Depois do reassentamento nas unidades habitacionais, um Agente de Vizinhança (AV) é formado para acompanhar e auxiliar o Prosamim na gestão. São agentes de comunicação entre o Programa e os moradores de cada bloco, que atuam sob orientação da UGPI. A escolha do AV é trabalhada por blocos (Santos, [200-]). Não obtive mais informações sobre esses agentes nos documentos oficiais. No dia-a-dia dos moradores do PRM, eles se faziam presentes quando havia interesse dos técnicos da UGPI em reunir os moradores sem a interferência das associações. Os moradores, inclusive, questionavam a necessidade do AV, uma vez que já havia ali duas associações. Nos documentos da UGPI, a associação de moradores é apontada como o maior estágio de evolução de mobilização da população.

Essas formações de representações dos moradores compõem a estratégia do GEA de gestão compartilhada com a comunidade. A participação comunitária e a educação ambiental e sanitária são elementos do sistema de gestão ambiental e social integrada do Programa. Nesse sentido, a participação da população é vista pelo GEA como indispensável ao processo. A gestão em parceria com o cidadão representa, para seus idealizadores, um entendimento de que a administração e a gestão das cidades devem buscar a integração institucional, a descentralização gerencial, o diálogo democrático e a participação da sociedade. E o Prosamim é considerado, por isso, um marco da ação do GEA, ao decidir pelo estabelecimento dessa nova forma de gestão entre Estado e sociedade. A participação da comunidade estaria assegurada por meio desses canais efetivos de participação – GAL, ELO, CRC. Seria o “exercício do poder em cogestão com a sociedade” (PEPAC, 2007).

1.4 AS UNIDADES HABITACIONAIS

Atualmente o GEA concluiu as obras de três unidades habitacionais em Quadras-Bairro (ou parques residenciais) do Prosamim: Parque Residencial Manaus (PRM), com 819 apartamentos (somando as três quadras); Parque Residencial Professor José Jefferson Carpinteiro Peres (PRJP), com 150 apartamentos; e Parque Residencial Professor Gilberto Mestrinho (PRGM), com 372 apartamentos. Ainda na bacia do Educandos, estão previstos: Parque Residencial Cajual (240), Parque Residencial Cachoeirinha (168), Parque Residencial Mestre Chico (498), Igarapé Liberdade (438), Raiz (228) e Betânia (204).

O processo de reassentamento nos parques residenciais/ unidades habitacionais conta com um trabalho mais direcionado de preparação das famílias para esse tipo de moradia. Antes de elas começarem a morar nos apartamentos, há vários eventos de “preparação para distribuição das unidades habitacionais”, que integram a etapa de pré-reassentamento. Em cada parque residencial, uma casa é montada e mobiliada para que os moradores possam conhecer o local e sua forma de organização. Oficinas são realizadas para determinação dos critérios de escolha dos apartamentos. Nesse momento, são também colocadas questões relacionadas à tipologia ambiental, educação sanitária e ambiental, e etiqueta urbana, com o objetivo de que haja um bom relacionamento entre vizinhos, bem como a manutenção dos espaços comuns, como calçadas, áreas de convivência e de lazer.

Há um conjunto de medidas estabelecidas tendo em vista a situação de vulnerabilidade social da população, o que comprometeria a sustentabilidade socioambiental do Programa. Portanto, são oferecidas, entre outras, atividades voltadas para a preparação do reassentamento das famílias nos apartamentos; a promoção de organizações autônomas das comunidades; a compreensão da nova inserção na cidade, numa nova cultura cidadã, abordando temas de corresponsabilidade social; a geração de trabalho e renda; e o acompanhamento pós-reassentamento.

Os executores do Programa entendem que a qualidade dos efeitos das intervenções depende bastante do trabalho de orientação da população para inserção na cidade legal. Daí a necessidade de monitoramento dos resultados almejados e de controle das irregularidades pelo poder público. Para eles, é preciso uma mudança de atitude da população em relação à cidade e ao meio-ambiente, e também dos órgãos de fiscalização que precisam agir rapidamente no combate às irregularidades.

Há dois modelos de apartamentos: o térreo duplex e o de um pavimento. O primeiro tipo é aquele encontrado nos PRM e PRJP, onde os apartamentos são sobrepostos com cerca

de 56m² distribuídos em sala, quartos, cozinha, banheiro e área de serviço. Mas, como os moradores dessas primeiras unidades habitacionais indicaram alguns problemas, esse modelo não foi mais adotado no PRGM. A perda de área útil da sala com a escada de acesso aos quartos, além das dificuldades de adaptação com os quartos em piso diferente do banheiro, e com o lavabo fora deste, são alguns dos pontos de insatisfação. Assim, o segundo tipo conta com blocos de casas com um pavimento, em um prédio de dois andares e térreo.



Figura 09: Modelo duplex.
Fonte: Meneghini, 2012.



Figura 10: Modelo de pavimento único.
Fonte: Meneghini, 2012.

A reinstalação das atividades econômicas é componente do processo de reassentamento e integra um dos princípios do BID referente à reabilitação dos moradores de unidades habitacionais em Quadras-Bairro. Entre as soluções previstas estão: a indenização (para as atividades formal e informal), o Convênio para operações de crédito com a Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM) e o apoio à inclusão social, com empreendedorismo e formação de associações comerciais. Através de parcerias com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), a UGPI, entre outros, são promovidas as atividades de capacitação e geração de renda: curso de camareiras, alfabetização de adultos, curso de informática, curso preparatório para vestibular, curso de higiene pessoal e manipulação de alimentos, etiqueta urbana, oficinas para qualificação e geração de renda, curso de orientação nutricional e reaproveitamento de alimentos (A experiência..., 2010).

Os técnicos das subcoordenadorias social e ambiental da UGPI acompanham as famílias antes, durante e depois do remanejamento com atividades informativas sobre as etapas do Programa. Ensinam um novo comportamento cidadão, com o uso consciente de

serviços de água e energia, e o pagamento regular de suas taxas. Fazem oficinas para que as famílias escolham a unidade habitacional, levando-se em conta, além da localidade, os vizinhos com os quais irão conviver.

As práticas de acompanhamento pós-reassentamento, e de cunho socioambiental, são realizadas por eles através de seu ESGC, localizado no PRM, no Centro. De lá, duas equipes monitoram todos os parques residenciais: uma social, com três assistentes sociais, duas psicólogas, um nutricionista e um apoio; e uma ambiental, com dois biólogos. Esses profissionais acompanham as famílias no processo de adaptação a nova moradia e implementam o programa de melhoria de renda e de qualificação profissional. Ali ocorrem as atividades de inclusão social e educação ambiental, cursos de qualificação profissional, de empreendedorismo, de capacitação de lideranças e de elevação do grau de escolaridade.

1.4.1 O Parque Residencial Manaus (PRM)

Este estudo focalizou o PRM. A escolha se deu por conta de alguns aspectos que devem ser considerados. Além de ser o mais antigo, o que permite uma análise melhor dos efeitos sociais do Programa, o PRM possui o maior em número de apartamentos (não há dados oficiais quanto ao número exato de habitantes nem de famílias). Ele está localizado no Centro, na zona sul da cidade, na Avenida Igarapé de Manaus, entre as ruas Major Gabriel e Joaquim Nabuco. Suas duas primeiras quadras foram inauguradas no ano de 2007, e somente no ano seguinte as obras da terceira foram entregues. É ela, inclusive, que abriga o ESGC, conhecido como base da UGPI na unidade habitacional. Nenhum outro tem um escritório administrativo permanente do Estado em seu espaço físico.

As Quadras I e II são interligadas. Apesar de a ponte da Rua Leonardo Malcher delimitar onde uma começa e a outra termina, as duas quadras fazem parte de uma mesma rua, a Avenida Igarapé de Manaus, que passa sob a ponte. Já a Quadra III é separada espacialmente das demais pela Rua Ramos Ferreira. Ela fica, de certo modo, isolada das outras. Tal separação, contudo, não se dá apenas em termos físicos, mas se revela nas tensões e alianças entre seus moradores. Existem três quadras, mas é como se houvesse, na verdade, dois parques residenciais diferentes. Um formado pelas Quadras I e II; e o outro, pela III. Entre seus moradores é comum ouvir que fulano mora “naquele outro [parque residencial]”, ou “lá no outro [parque residencial]”, como referência ao grupo de blocos formado pelas Quadras I e II.

Ali, nas três quadras juntas, estão reassentados os ex-moradores dos igarapés de Manaus, Mestre Chico, Bittencourt e Quarenta. Ou seja, onde antes havia o Igarapé de Manaus, atualmente há o PRM, com os ex-moradores de todos esses igarapés, que fizeram a opção por essa solução de remanejamento – unidade habitacional/ parque residencial. Agora, sobre o terreno construído, onde antes estava o igarapé de Manaus, residem não somente os seus antigos moradores - que optaram pela unidade habitacional -, mas pessoas vindas de outras áreas de igarapé da cidade abrangidas pelo Prosamim. Em parte, isso se dá porque nem todas essas áreas de igarapé permitiram a criação de solo para construção de blocos de apartamentos. Ou, porque, no momento da intervenção, o parque residencial previsto para aquela área não estava pronto e levaria certo tempo até a conclusão das obras. Portanto, alguns não foram reassentados na mesma área onde residiam.

O receio de que o Prosamim fosse uma reedição do PNV, e não chegasse a ser executado, levou muita gente a escolher as casas nos conjuntos habitacionais distantes do Centro. Os apartamentos levariam mais tempo para serem entregues. Havia desconfiança quanto à efetivação da entrega. “As pessoas desconfiavam e parecia ser a opção mais segura”, disse-me seu Ribamar. Como ele, dona Mariana também morou no Igarapé Mestre Chico. Ela recordou que parte das pessoas não acreditava que o Prosamim fosse acontecer. Outra não o aceitava por achar os apartamentos pequenos e o valor de indenização abaixo do correto. “Eu fui muito xingada e colocavam cachorro pra me expulsar”, revelava-me, ao me explicar sua ajuda aos técnicos do Prosamim no processo de abordagem dos moradores a serem removidos. Ela era do GAL, criado pelo Programa para intermediar as relações entre técnicos e comunidade.

1.4.2 As associações de moradores

A formação de associações comunitárias nas unidades habitacionais compõe um conjunto de instâncias de participação que acompanham o processo de preparação e execução do Prosamim. O trabalho de mobilização dos moradores deve evoluir para a organização formal da comunidade por meio de associações. A função delas, de acordo com o Programa, é administrar os espaços públicos e associações de bairro, e organizar grupos de produção e associações de produtores. E assim surgiram a Associação dos Moradores do Parque Residencial Manaus (Amoparma), a Associação dos Moradores do Parque Residencial Manaus Quadra III (Ampare) e a Associação dos Feirantes e Artesãos do Parque Residencial Manaus (Afarprem).

Aos domingos, a Afarprem organizava uma feira de artesanato ao longo da Avenida Igarapé de Manaus, no trecho referente à Quadra II. Seus associados tinham a possibilidade de vender aquilo que produziam. No entanto, ela não durou muito tempo. De acordo com seus representantes, havia pouco apoio do Estado, e não dava certo por causa do intenso tráfego de carros naquela rua. Havia muita burocracia para arrumação da feira na rua.

A criação das outras duas associações é contada e recontada de diferentes maneiras pelos moradores do PRM e seus integrantes. O discurso depende dos grupos aos quais o entrevistado está vinculado, além da quadra em que mora. Na verdade, a concepção das duas associações, Amoparma e Ampare, só materializa as tensões existentes entre seus moradores e as diferenças feitas entre eles pelos próprios técnicos da UGPI. Em linhas gerais, posso traçar um esboço de suas trajetórias.

Mediada pelo Estado, e por exigência do BID, a eleição para formação da primeira associação de moradores do PRM - Quadras I e II, pois a terceira ainda não existia - ocorreu cerca de oito meses depois da inauguração. A Amoparma surgiu para reunir e mobilizar os moradores de todo o PRM, incluindo a Quadra III que estaria por vir. A “área de lazer”, também chamada de centro social foi desocupada para que a Amoparma pudesse se estabelecer e gerenciar o uso coletivo.

Depois de inaugurada a Quadra III, no entanto, houve uma organização de seus moradores, que sentiram a necessidade de mobilização mais efetiva. O PRM mostrou-se bastante grande para ser administrado por uma única associação. A Amoparma não conseguiu atender às reivindicações dos moradores da Quadra III como estes gostariam. Assim, foi criada a Ampare. Ela reuniu moradores que antes estavam organizados na “Ação socio-cultural pela paz no Parque”. Um grupo que fazia atividades de leitura, desenho e cinema com as crianças na praça e nas áreas de uso comum da Quadra III. A esses moradores era exigido um CNPJ cada vez que buscavam uma parceria ou financiamento para as ações. Por isso, a Amoparma passou a ser vista como a associação das Quadras I e II.

A rede de tensões é delineada por meio do apoio do Estado/ UGPI, na figura de seus técnicos, ou da falta deles, em relação às associações. Os moradores das Quadras I e II dizem que a Ampare, assim como a Quadra III, recebe mais benefícios da UGPI, seja em termos de infraestrutura e de sua manutenção, como também em apoio financeiro a atividades e documentação para legalizar a associação. Eles se consideram “as cobaias” do PRM, por serem os primeiros moradores de parque residencial/ unidade habitacional do Prosamim. O “filho desamparado”, pois dizem estar “abandonados” pelo Estado. Ao afirmar isso a um representante da UGPI, dona Sílvia, moradora da Quadra II, cearense e ex-moradora do

Igarapé Bittencourt, recebeu a resposta imediata de que “o Estado não tem filho”. Já os moradores da Quadra III reclamam da mesma ausência de apoio. A “gestão compartilhada” exaltada pelo Programa não seria, para eles, realmente posta em prática. Frequentemente, remete-se a uma descrença compartilhada quanto ao saber técnico dos funcionários da UGPI.

O Estado - os técnicos do ESGC - atua fortalecendo essas distinções, na medida em que faz uso de estigmas para se referir às três quadras enquanto dois grupos de moradores diferentes: aqueles que “dão problema” e aqueles que não o dão. A distinção, para os moradores, começa na instalação do escritório base na Quadra III. Eles não estão convencidos de que a escolha tenha sido por disponibilidade de espaço, mas por preferência de quadra, por aquela que os técnicos considerariam “a melhor”.

“Dá problema” quem não segue aquilo que foi estabelecido pelo Estado, no Manual do Proprietário (2007), como conduta condizente com a nova vida urbana. Um modelo de comportamento absorvido por parte dos moradores como sendo “o correto” e, portanto, servindo de parâmetro para classificação entre eles. Gente com “mais cultura”, nesse sentido, é quem não é problemático. Retomarei esse ponto mais adiante.

Originalmente, no espaço onde está o ESGC devia estar um campo de futebol. No entanto, como já havia uma quadra de esportes na Quadra I, e o uso desse espaço gerava muitos conflitos entre seus usuários, os técnicos e os moradores da Quadra III mobilizaram-se contra a construção do campo de futebol. O governador atendeu ao pedido deles para a criação de um centro social comunitário. O que os moradores não sabiam é que junto ao centro social estaria uma base administrativa da UGPI. Isso, de acordo com eles, foi uma imposição tratada como fato consumado. Aí voltam as dúvidas quanto à “gestão compartilhada” e se intensificam as tensões. Esse conflito pelo melhor uso do espaço põe em evidência a divergência e a disputa quanto ao que vem a ser importante para os moradores e para o Estado.

1.5 FUGIR PARA MELHORAR DE VIDA

- Acho que chegou a hora de sairmos daqui.
- E pra onde vamos?
- Pras cabeceiras de qualquer igarapé (PINTO, 1986, p.114).

Melhorar de vida. Trabalhar. Pagar as contas no fim do mês. Ter uma casa pra morar com a família. Dar de comer a mulher e aos filhos. Querer que tivessem acesso à educação e à

saúde. Que fossem felizes. Esses não eram apenas os desejos de Tabajara, aquele personagem do romance do escritor amazonense Antísthenes Pinto (1986). Era também o sonho de dona Fátima, seu Ribamar, dona Isaura, dona Solange, e outros tantos moradores da cidade de Manaus, vindos dos vários municípios do Amazonas, e de outros estados do país. Todos eles em busca da tal melhoria de vida. Sem privações. Uma vida boa, em que houvesse casa, trabalho, comida na mesa, contas pagas, remédios comprados, curumim na escola, aconchego da família e hospital na necessidade.

A história de Tabajara não foi feliz. Preso injustamente no interior, quando solto, viajou para Manaus em busca da mulher Leontina e dos filhos. Com filhos e sem dinheiro para alimentá-los, ela imaginava encontrar apoio de uma prima, que morava na periferia da cidade, enquanto Tabajara estivesse em falta. Buscava a melhoria de vida. Mas ali encontrou muitas dificuldades, as mesmas de todo homem do interior emigrante, cheio de esperanças afogadas pela dureza da vida urbana. Mesmo depois de enfrentar os desencontros da cidade, Tabajara retornou ao interior sem sucesso. Não encontrara Leontina nem seus filhos. Desconhecia o destino infeliz que havia tomado suas vidas. A cidade guardou-os, embrutecidos, assim como a várzea guarda os seus afogados. E como também viria a guardar Tabajara, enlouquecido de desesperança.

O homem do interior vem para a cidade, muitas vezes despreparado para a vida urbana. Desprovido da educação e da instrução exigidas para saber enfrentá-la e desorientado por um estilo de vida distinto. A cidade é diferente do lugar onde ele nasceu, como bem advertia a avó de Tabajara. Além dos entraves econômicos, intensificados pelas poucas alternativas de emprego, causadas, a seu turno, pelo tal despreparo, há ainda que se lidar com as diferentes relações sociais, específicas da vida na cidade. “[...] só podem esperar tornarem-se diarista, vendedor ambulante ou desempregado que espera o ‘paraíso’: um emprego fixo” (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.7).

A vida de privações do homem interiorano, retratada nas obras de escritores amazonenses, é um dos principais motivos para a emigração desordenada à capital. Ele pensa não ter nada a perder. É o chamado “exílio imposto”, aquele “final inelutável de uma série de renúncias e derrotas” (Idem, ibidem). Como os argelinos, que escolhiam entre o fatalismo dos desesperados, e a migração forçada para a cidade, diante da política francesa de “descamponeização”, entre os anos de 1954-1962, o amazonense do interior também acabava por fugir de sua terra. Afinal, “[...] não se parte – se foge” (Idem, ibidem).

Assim pensasse Tabajara. Não tinha mais nada a perder, depois de tanta humilhação, de espezinhare sua honra lá no interior. Leontina e seus filhos eram tudo o que lhe restava.

Fugiu para Manaus em busca deles em vão. Preso novamente na cidade, sem endereço, sozinho e vítima da indiferença do homem citadino, só conseguiu ser mais humilhado. “‘Cachorro pirento’ – o de olho vazado falou. Tabajara teve um lampejo de pura vergonha. Jamais em sua vida tinha ficado nu na frente de outros homens [...]. De cócoras, agüentou a urina que lhe pesava, ardendo-lhe a bexiga. Cerrou os olhos fatigado, inútil” (PINTO, 1986, p.59). Perdeu o resto de esperança que lhe animava. Onde estaria Leontina? “Égua, todos me odeiam, por quê? ‘Busca a amizade dos bichos, das árvores e do rio. Foge da ruindade do homem branco’ – a voz da avó voltando ao seu espírito” (Idem, p.60). Agora, sim, nada mais tinha.

Procurar um emprego no distrito industrial da Zona Franca, trabalhar na hidrelétrica de Balbina, ou em fábrica de quebrar castanha, fugir com os filhos para bem longe do marido ensandecido, abrir o próprio negócio, ajudar em casa de família, enfim, sair em busca de uma oportunidade de mudar de vida. Melhorar de vida. Era esse o desejo de homens e mulheres, de “carne e osso” parecidos com Tabajara. Semelhantes na trajetória de lutas e de dificuldades, de fuga de sua terra de origem, mas diferentes na sorte que deram no desenrolar de suas histórias.

As dificuldades na cidade traziam um bocado de frustração. Dona Solange não se arrependeu de vir para a capital em busca de seu sonho. As humilhações que a tia, dona da casa onde morava no Igarapé de Manaus, fazia-lhe passar eram mais suportáveis do que a “miséria” que viveu no município de Codajás, no interior do Amazonas. Preferia dormir no porão. Para acordá-la, a tia jogava água pelas frestas do piso, que escorria na cama dela.

Dona Solange queria um trabalho. Sonhava com a casa própria. Aguardava o dia que poderia trazer a família do interior. Casou-se e deixou a casa da tia para morar no bairro São Francisco, na zona sul. Acordava às 4h, para preparar mingau e vendê-lo nas ruas. Trabalhou como servente. O que o marido conseguia no fim do mês era insuficiente para sustentar dois filhos. Precisava se virar. Como ela, Manduca, um personagem de Engrácio (1986), frustrou-se com a verdadeira Zona Franca. Ele descreveu sua experiência em uma carta a Deusilene, lamentando-se do dia em que saiu do mato para enfrentar os bichos urbanos.

[...] Eu vim daí Deusilene, pra arranjar um dinheirinho melhor, pois, a Zona Franca, não diziam que era uma mina? [...] nós ouve dizer que aqui na Zona Franca tudo é bom, tudo é barato, que a vida é mais fácil e a gente se larga pra cá na ilusão de melhorar (sic) de situação. Quando acaba não é nada disso [...]. Eu não tinha nada que pagar passagem cara, sofrer vexames porque não sei falar direito nem ler que preste, pra me meter na infuca que me meti! (ENGRÁCIO, 1986, p.107).

Se no governo de Eduardo Ribeiro, o discurso político, que justificava as obras na cidade, era o da melhoria de vida da população (Mesquita, 2006), nos últimos anos, com Eduardo Braga e Omar Aziz, ele não sofre alterações. O motor das intervenções do Prosamim, bem como o do Plano de Embelezamento de outrora, continua sendo a melhoria de vida. Agora, sobretudo, daqueles que moram em áreas de igarapés, mesmo que, numa nota de rodapé, esteja escrito que “o Programa não dispõe de recursos para retirada de imóveis fora das frentes de obra, portanto os casos de situação de risco identificados devem ser resolvidos pelos órgãos competentes” (PER 2, 2010, p.18).

O Prosamim promete realizar o sonho dessas pessoas de melhoria de qualidade de vida. Vindas de diferentes localidades, elas se encontraram nas áreas dos igarapés da cidade de Manaus. Morando em palafitas, em risco de desabamento, ou em casas boas, de alvenaria, de três andares, próximas ao igarapé, elas foram cadastradas para, através do sistema de permuta com o Estado, receber uma casa, ou o equivalente em dinheiro, e ter a antiga destruída para realização das obras do Prosamim. “[...] Estamos realizando o sonho de garantir a melhoria da sua qualidade de vida e da nossa cidade” (BRAGA, 2007, p.3).

Em comum aos personagens desta pesquisa etnográfica, os contos de Engrácio (1986; 2005) e o romance de Pinto (1986) apresentam homens e mulheres que viveram as dificuldades de suas terras de origem. Resistiram. Alguns fugiram em busca de uma vida melhor. Iludiram-se com o paraíso da Zona Franca. Contudo, diferentemente daquela época de Tabajara, agora, já vivendo na cidade, numa casa no igarapé, dona Fátima, seu Ribamar, seu Geraldo e dona Sílvia contam com a promessa do Estado de melhoria de vida na forma de “[...] uma casa segura, saudável e regularizada!” (MANUAL, 2007, p.6).

Mas há, entre eles, quem tivesse uma casa segura, saudável e regularizada, e não quisesse as mudanças oferecidas pelo Programa. Quem tivesse outro sonho. Ali, próximo a onde antes havia o Igarapé de Manaus, no Centro, existiam casas como a de seu Joaquim, construídas durante toda uma vida, com as economias de cada mês, abrigando seus filhos e netos. Casas com contas e impostos pagos regularmente. Nada disso alterou a definição da área e do planejamento de obras para o Igarapé de Manaus pelo GEA. Cerca de mais da metade do terreno de seu Joaquim foi desapropriada, independente de sua vontade e do tempo ou dinheiro gastos, para que, naquele momento, ela estivesse como ele queria, depois de tantas reformas.

Ouvi as histórias de alguns ex-moradores de igarapé, hoje moradores de unidades habitacionais do Prosamim, e, principalmente, do PRM. A maioria deles vinda do interior do Amazonas, outros do Pará ou do Ceará, e com redes de relações de familiares ou conhecidos

nas áreas de igarapé de Manaus. Nesse caso, o vínculo com esses amigos e parentes é o que acabava determinando a ida para as águas urbanas. O que os trazia para a cidade era o desejo de mudar de vida. A exploração do coronel nos seringais, as limitações da renda da agricultura, a cheia destruidora do rio, o roubo da pesca por governantes e policiais corruptos no interior, a ilusão da Zona Franca são todos motivos para fugir de suas terras e buscar a cidade. Uma cidade cheia de promessas.

Hoje aos 54 anos, Rosana, filha de dona Solange, é funcionária da SUHAB, técnica do Prosamim, graduada em Ciências Sociais e Psicologia. Tem mais de dez anos de experiência profissional no serviço público, municipal e estadual. Antes disso, trabalhou em empresa do distrito industrial. Carregou painéis no carro para vender nos bairros da cidade. Foi vendedora de loja de eletrodomésticos. Mas foi participando de um programa de habitação da prefeitura, nos anos 1980, que ela descobriu sua afinidade com os segmentos populares. Preferia estar lidando com as pessoas nos bairros e nas zonas de risco da cidade a trabalhar nos escritórios com funcionários do Estado. “Ali eu já começava a perceber que eu gosto de trabalhar com o povo, com gente, com as pessoas”. Nessas relações, a técnica me contou recordar sua própria trajetória. A rua de barro, sem asfalto, onde ficava sua casa. “Minha casa era muito pobre”. O empenho dos pais em não lhe deixar faltar nada. A ajuda que a mãe vivia pedindo ao governador daquele período – Gilberto Mestrinho. “Minha mãe pedia muito. Naquela época era mais fácil, tinha menos gente”.

1.6 A FAVELA DAQUI E A DE LÁ

Para pensar a política habitacional em Manaus, empreguei de modo comparativo o caso das favelas do Rio de Janeiro. Os programas de erradicação de favelas possuem uma longa história no Brasil. Valladares (1978) demonstra através de um trabalho, hoje clássico, o processo de remoção de famílias das favelas do Rio de Janeiro para conjuntos populares, onde os “ex-favelados” negociam suas vagas nos programas habitacionais do governo e voltam ao mercado informal de tetos que acabam nas mãos da classe média-baixa. A situação de extrema insegurança e instabilidade dos moradores e a falta de adaptação a um estilo de morar estranho aos costumes⁴ condicionam o retorno, tornando o valor de troca da casa

⁴ Valladares (1978) observa que uma das primeiras preocupações de ex-favelados transferidos para conjuntos habitacionais é construir um muro ao redor do lote. No dizer de uma de suas informantes, o muro significava a “independência”.

predominante em relação ao seu valor de uso. A casa popular torna-se manipulável para as mais diversas finalidades, de acordo com a trajetória de vida de cada mutuário.

As experiências mal sucedidas dos conjuntos habitacionais cariocas condicionaram as novas políticas habitacionais no Rio de Janeiro, voltadas hoje para a urbanização das favelas, tendo em vista a alta incidência de retorno a essas áreas após as tentativas de reassentamento em conjuntos habitacionais em virtude da manutenção de laços sociais e de parentesco, redes de ajuda mútua, pouca distância do trabalho, intimidade cultural etc. Atualmente a tendência é a transformação da favela em bairro (Programa Favela-Bairro), evitando-se remoções de alto custo, ineficazes para conter a ocupação irregular do espaço urbano.

Reservadas as devidas especificidades de cada localidade, tracei um paralelo entre as experiências das cidades de Manaus e do Rio de Janeiro, no que se refere ao enfrentamento de um de seus maiores entraves, que vem sempre na contramão de seus ideais de progresso e modernidade urbanos – as palafitas e as favelas, respectivamente. Apesar de as favelas terem rendido mais estudos e tentativas de solução, na forma de programas de governo, ambas são tidas com problemas sociais de longa data. Representam a utilização indevida do espaço. De responsabilidade quase exclusiva da prefeitura, no Rio de Janeiro, mas tanto dela, quanto do governo do Estado, em Manaus, as duas foram motivo de preocupação para sucessivos governos.

Apresento o Prosamim como uma espécie de síntese das experiências dos programas voltados às favelas no Rio de Janeiro. Reforço a ideia de síntese de experiências, envolvendo tanto as positivas quanto as negativas, porque esse Programa não compreende a somatória daquilo que deu certo no caso das favelas. O que não deu certo lá também acabou sendo adotado no caso de Manaus. Isso ficará mais claro nos parágrafos seguintes.

Os programas de remoção de favelas estavam direcionados a pessoas em situação de baixo nível econômico, que tivessem condições de pagar pela nova moradia. Já o Prosamim atinge somente os moradores das áreas de igarapé, independente de sua renda. Não importa se ele é de classe baixa, média ou alta; se tem casa de alvenaria ou de madeira; se ela está localizada ou não no igarapé. Se a casa estiver na delimitação estabelecida pelo GEA no plano de obras, ela será removida. Esse plano de obras pode mudar, dependendo do prestígio do proprietário do imóvel perante as autoridades do Estado, conforme fui informada por ex-moradores das áreas de intervenção do Programa.

O Prosamim acontece através do sistema de permuta. O proprietário do imóvel, terreno, habitação ou comércio, é indenizado pelo GEA, de acordo com a solução de

reassentamento escolhida, dentro das possibilidades a ele oferecidas, dependendo de sua situação – proprietário, inquilino ou cedido. No caso dos programas de remoção de favelas, não há sistema de permuta. A pessoa é obrigada a pagar por outra casa, desde que se encaixe nos critérios estabelecidos para sua inclusão do programa de casas populares nos conjuntos habitacionais. A outra alternativa é sair em busca de uma casa em qualquer outro lugar fora da favela, uma vez que esta será destruída. De qualquer maneira, o “ex-favelado” terá que pagar por outra moradia sem receber indenização pela que possuía na favela. A antiga não tem valor de troca para o Estado.

Sem sucesso, e sem dinheiro, ele acaba procurando outra favela para construir sua casa de modo barato e acessível ao seu bolso. Mas o ex-morador de igarapé, insatisfeito com a troca, não tem mais cursos de água para construir outra casa barata. Com o Prosamim a maioria dos igarapés da cidade está sendo aterrada e canalizada. Onde antes havia igarapé, são construídas vias de circulação de carros, e levantados blocos de apartamentos, parques públicos, quadras de esportes, pontes ou monumentos, de tal forma a inviabilizar a construção de casas. Sem dinheiro suficiente para ficar perto do Centro, o jeito é procurar moradias populares e distantes da cidade, “próximas à Itacoatiara”⁵, como dizem os moradores dessas áreas, fazendo piada de sua própria situação de exclusão. É ali, inclusive, que estão os conjuntos habitacionais oferecidos como uma das soluções de reassentamento para parte dos atingidos pelo Prosamim – conforme a situação de proprietário, inquilino ou cedido.

Apesar da efetiva política de remoção, pesquisas revelavam o aumento de favelas. E isso teria ocorrido porque a origem do problema não foi combatida. A favela não é somente resultado de uma crise habitacional, causada pelo acelerado processo de urbanização, nem por ausência de moradia ou incapacidade do mercado imobiliário. Ela resulta da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada e desigual, com grande acumulação de capital (Valladares, 1978). Em Manaus, torna-se maior a exclusão desses moradores nos bairros mais distantes da cidade, o que dificulta o acesso deles ao transporte; o contato com aquela rede de relações da moradia antiga; a troca e o empréstimo de alimentos com o vizinho, quando havia dificuldades financeiras. Afinal, “pobre que mora longe é miserável”, dizia-me seu Ribamar ao me ressaltar sua necessidade de continuar morando no Centro, onde tudo estava ao alcance de suas pernas.

A busca de soluções para o problema da favela rendeu um bocado de experiência, sobretudo, de como não se devia agir. Após tentativas frustradas e mesmo violentas, o

⁵ Itacoatiara é um município do estado do Amazonas, localizado a 175 km de Manaus.

processo de remoção passou a ser finalmente reprovado. Diante de tantos trabalhos sobre favela, e das diferentes tentativas de se lidar com ela ao longo dos anos, o consenso atualmente compartilhado por pesquisadores, técnicos e administradores é de desenvolvê-la e de melhorar suas condições de vida (Castro, 2002). Por isso, hoje se fala em urbanização como a melhor alternativa. E o Programa Favela-Bairro é exemplo disso. Um programa voltado para a recuperação das áreas de favela e de seus equipamentos públicos, transformando-as em bairros e intervindo o mínimo possível nos domicílios (Burgos, 2006). O aspecto civilizatório permanece, sendo visível na forma de escritórios da prefeitura, com assistentes sociais, que controlam a intervenção e impõem marcadores de luz e água.

O Prosamim defende o princípio de intervenção mínima. Contudo, na prática, a remoção acaba ocorrendo para todos os “beneficiários”, independentemente da opção pelas unidades habitacionais, construídas em solo artificial (não natural) em cima de onde passa o igarapé canalizado. Após a intervenção, ainda que a pessoa retorne para morar na mesma área onde antes morava, e foram levantados os blocos de apartamentos, tudo estará diferente. Seus vizinhos não serão os mesmos, porque nem todos puderam ou quiseram escolher morar em apartamento. E nele os espaços e as pessoas, vindas de outros igarapés, são diferentes. A antiga área de igarapé fica completamente descaracterizada. É realmente um deslocamento para algo novo. A vantagem está em permanecer próximo às mesmas escolas, postos de saúde, igrejas e centros de compras.

Das remoções, e das construções dos parques proletários, ao Programa Favela-Bairro, Burgos (2006) analisa as mudanças pelas quais passaram o entendimento e as ações do Estado diante da favela. Ele descreve as funções dos órgãos, ligados ou não ao Estado, que aparecem nesse cenário de influências e intervenções, cada vez mais agitado. Ao abordar a criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam) em 1968, para a integração dos moradores à comunidade, uma vez que os considerava como alienados da sociedade, e a favela um espaço deformado, pensei sobre o que acontecia com o Prosamim.

Aqui também as áreas de igarapé são vistas e trabalhadas pelos órgãos do governo, como, por exemplo, a UGPI, enquanto áreas deformadas, habitadas de modo irregular, logo, problemáticas. O Prosamim é a proposta de integração do morador de igarapé à sociedade, na medida em que o concebe como alienado por não pagar os impostos regulares de habitação, energia e água. Não é um cidadão. O GEA, através do Programa, ao proporcionar uma “casa regularizada”, defende estar mudando a vida dessas pessoas, porque, além da nova moradia, oferece oficinas e cursos para mudança de comportamento. Não basta mudar de casa, é

preciso saber morar na nova casa. É necessário saber se comportar no espaço urbano e moderno. Enfim, aprender a ser cidadão.

O princípio de integração não ficou restrito a Chisam. As unidades habitacionais do Prosamim assemelham-se aos parques proletários. Nos dois casos, existe o objetivo de educar seus habitantes, modificando suas práticas, adequando seu comportamento ao novo modo de vida. A diferença é que os parques proletários eram formados por moradias provisórias, que assegurariam a integração posterior dos ex-moradores de favelas à vida urbana. Neles havia escolas, centros sociais, equipamentos esportivos e posto policial. Já as unidades habitacionais são habitações permanentes, o destino final dos ex-moradores de igarapé que as escolheram como solução de reassentamento. Nos dois casos, os moradores recebem acompanhamento de profissionais, como assistentes sociais, durante o que o Estado entende ser um período de adaptação às novas condições de vida.

No Rio de Janeiro, Valladares (2005) registra uma alternativa de solução do problema se transformar no próprio problema. O que seria a solução para a favela tornou-se uma favela. A autora identifica o Parque Proletário da Gávea na lista das favelas no recenseamento de 1950. Lembrei-me da importância atribuída pelo GEA a mudança de comportamento das pessoas atingidas pelo Prosamim. Os novos moradores das unidades habitacionais recebem um Manual (2007) junto com as chaves do apartamento, ensinando o comportamento adequado à nova moradia. Funciona como instrumento de uma “pedagogia civilizatória” (Burgos, 2006), controlada pelos técnicos do Estado. Como o manual, o curso de etiqueta urbana, ministrado pelos técnicos, aos novos moradores de apartamentos, reforça a ideia de um processo civilizador (Elias, 1994). Conduziu-me aos tempos de corte europeia e do uso de manuais de etiqueta. Como naquela época, o exercício do controle se dá por meio de normas impostas para consolidar um modelo de civilização, visto como melhor e mais refinado (Elias, 1994).

O “favelado” é um parasita do Estado (Valladares, 1978). O morador de palafita também. Eles carregam o mesmo estigma. Os moradores e os ex-moradores de igarapé de Manaus seriam os “favelados” do Rio de Janeiro. De modo recorrente, ouvi ex-moradores de igarapé e técnicos do Estado fazerem tal comparação, empregando a palavra favela para se reportar não apenas ao conjunto de palafitas nos cursos de água na cidade, mas às unidades habitacionais do Prosamim. É um discurso contraditório. Ora referem-se aos blocos de apartamentos como favelas, algo real; ora expressam enorme preocupação em “não deixar que o Prosamim vire uma favela”. A finalidade de se ensinar um novo comportamento “civilizado” aos ex-moradores de igarapé, afinal de contas, é justamente esta: evitar que os

antigos “modos de igarapé”, não civilizados, transformem as novas moradias em favela. Portanto, nada de estender roupa nas janelas, jogar lixo no chão, usar palito de dentes, mascar chicletes, atender a porta enrolado na toalha ou ouvir música em volume alto. Tais modos são comuns a “almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória” (Burgos, 2006).

Vistos não somente pelo Estado como “almas necessitadas”, os moradores do PRM enfrentam um bombardeamento de ofertas de serviços de empresas, de instituições de ensino, de igrejas e de políticos. Eles despertam o interesse de muitos “parceiros”. Isso acontece nas favelas. Para Valladares (1878), elas são uma área política importante, um campo fértil para a demagogia e para a troca de votos por favores. Muitos políticos se tornaram intermediários entre a população local e o chamado “mundo de fora”.

O que é tão evidente nas favelas começa a aparecer meio camuflado no PRM. Ainda não se pode falar numa separação de mundos na mesma proporção. Há estigmatização e segregação, mas as unidades habitacionais, em especial o PRM, não contam com a estrutura de serviços própria de uma cidade-favela. O PRM não é uma cidade dentro da cidade. Não há posto policial, unidade de saúde, escolas, igrejas, agências bancárias, embora sejam reivindicações de seus moradores. Haveria uma busca dos próprios moradores em montar tal estrutura. Para os representantes do Prosamim, isso está fora de discussão, tendo em vista sua proposta exclusivamente habitacional. Aliás, descaracterizar a moradia com atividades comerciais é algo proibido no Manual (2007).

Tanto lá quanto aqui, a eliminação das favelas e das palafitas representa a liberação de terrenos, o que permitiria o uso disciplinado do solo, bem como a construção em larga escala de conjuntos habitacionais, algo lucrativo para a construção civil. As moradias dos conjuntos habitacionais são de má qualidade e tem deficiências de construção, sugerindo falta de interesse das entidades responsáveis pela operação, quanto à qualidade do produto oferecido. As palavras de Valladares (1978) sobre a precariedade das moradias do governo podem ser empregadas para explicar o que ocorre com as unidades habitacionais do Prosamim.

No PRM, ouvi dos moradores relatos de “descaso”. Logo depois da mudança, a filha pequena de dona Isaura, moradora da Quadra II, sofreu um grave acidente, ao usar o vaso sanitário, que estava solto, e quebrou, machucando-a gravemente. Dona Isaura me disse que a empresa construtora prometeu pagar uma cirurgia plástica, para minimizar os danos. Como nada foi feito, a moça continua com a cicatriz no corpo. A moradora é paraense e tem um mercadinho na sala de seu apartamento.

Quando há chuvas e ventos fortes, ocorrem problemas nos telhados. A primeira chuva após a inauguração do PRM, inclusive, é alardeada até hoje por seus moradores. Eles lembram que houve destruição de telhados, alagação de apartamentos e desabamento de muros. Os moradores do PRGM passaram por situação parecida no mês de setembro de 2011. As chuvas e os ventos levaram muitos telhados e pedaços de concreto que os sustentavam (Prestes, 2011b). Moradores ficaram desabrigados e encaminhados em caráter de emergência para ESGC.

Os casos citados são alguns dos que me foram contados. Era recorrente a reclamação dos moradores de que nada era feito ao procurarem o ESGC. Faziam as denúncias de problemas na estrutura dos apartamentos, e nada era feito. Uma técnica psicóloga me disse que não podia fazer mais do que notificar o órgão responsável. Uma das principais dificuldades apontadas pelos estudiosos, na implantação dos programas de erradicação de favelas, é o desentendimento entre os diversos órgãos do Estado, seja ele do governo ou/ e da prefeitura. No Prosamim, cuja imagem está vinculada a uma enorme rede de articulação, o desencontro mais evidente é com a SUHAB, na etapa de pós-reassentamento, quando do monitoramento das unidades habitacionais – sobre as infrações ao estabelecido no Manual do Proprietário (2007). Ao serem questionados, os técnicos da UGPI, intermediários entre moradores e os órgãos, defendem-se dizendo que “isso é com a SUHAB”. E ao perguntar o motivo de as situações não serem resolvidas, eles respondiam que “ela não estava preparada para receber as demandas do Prosamim”.

Os representantes do Programa apresentavam a constante preocupação de que sua execução, em todas as etapas, ocorresse de forma “participativa”. E, no processo de pós-ocupação, fosse estabelecida uma “gestão compartilhada” entre Estado e moradores. Na prática, as coisas não acontecem bem assim. Sobre “gestar”, Lima (2002) destaca a vinculação da palavra à ideia de tutela pelo desejo do bem de “[...] segmentos concebidos como constitutivamente despossuídos das condições mínimas para vida social em pé de igualdade” (p.16). Talvez por admitir essa assimetria de poder na relação de gestão, e atendendo aos princípios do BID de “um processo participativo”, os idealizadores do Prosamim propusessem a “gestão compartilhada” com a comunidade. Porém, em sua execução, durante o pós-reassentamento, no ESGC, o que pude verificar foram disputas por poder e espaço entre técnicos e moradores – uma relação de assimetria.

As relações no âmbito da “gestão compartilhada” entre técnicos e moradores no ESGC podem ser analisadas pelo que Lima (2002) chama de “relação entre domínio de terras e fluxos sociais”. O escritório socioambiental, com sua equipe de profissionais, representa a

territorialização de dispositivos de poder do Estado. “[...] Isto é, estatizam-se plenamente funções em aparelhos de governo, constituindo-se um corpo de especialistas em ‘problemas sociais’ variados, capazes de desenvolver um ‘pedagogia dos lugares certos’” (LIMA, 2002, p.16-17). O curso de etiqueta urbana era a prova disso. A palestrante dizia o que era para ser feito aqui e ali, dentro e fora do PRM, aos moradores concebidos pelo Estado como “carentes de uma intervenção qualificada”.

O trabalho da equipe de especialistas do Prosamim foi responsável pelos projetos e números que seguem: Mulheres Mil, em parceria com o IFAM, capacitou 60 camareiras; Reescrevendo o futuro, com a UEA, alfabetizou 50 adultos; Projeto Aprovar, também com a UEA, preparou 63 jovens e adultos para o vestibular; Estação Digital, com o Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (ITEC), instruiu 198 pessoas, entre jovens e adultos, em informática. Na época de minha pesquisa, conheci moradores que participaram do Mulheres Mil e do Aprovar. Outros me disseram que alguns desses cursos não chegaram ao PRM. Não cheguei a acompanhar nenhum deles. E nada parecido foi mais oferecido naquele momento.

2 PROSAMIM: PARA ARRUMAR O SEU LAR.

2.1 O CURSO DE ETIQUETA URBANA E SOCIAL

Uma cena, de uma das edições do curso de etiqueta urbana e social, ministrado por Roberta, técnica nutricionista, da equipe social da UGPI, é descrita a seguir.

Sexta-Feira. Oito horas da noite. Talheres, taças e guardanapos. *Sous-plat*¹ sob os pratos. Todos cuidadosamente dispostos sobre uma pequena mesa de plástico, coberta por uma toalha branca, decorada com flores de plástico, e outros enfeites coloridos. Ao lado, mais a frente, Roberta, uma mulher alta, de cabelos longos e soltos, usando bijuterias, um sapato de salto alto e bico fino, uma blusa larga, com caimento nos ombros, deixando, acidentalmente, as costas expostas. Ela gesticulava bastante, mostrando fotografias, e explicando os *slides*, projetados pelo computador, em uma tela na parede. “Nós precisamos amadurecer [...]”. Saímos de uma vida insalubre e agora estamos numa vida com qualidade de vida”, dizia.

À sua frente, cerca de dezessete mulheres, a maioria senhoras, vestidas de shorts e camisetas, colados ao corpo, calçando sandálias rasteiras, cabelos amarrados, observavam tudo. Para cada menção de um comportamento tipicamente fora dos padrões da etiqueta, risos contidos da plateia. Algumas dessas senhoras contavam “causos” do dia-a-dia de seus vizinhos, validando com exemplos práticos as palavras da palestrante. Sim, havia ali moradores que ouviam música em volume alto; atendiam a porta enrolados na toalha; lavavam o piso e deixavam a água escorrer para o apartamento debaixo; faziam fofoca da vida dos outros; não cumprimentavam o vizinho; mascavam chiclete; estendiam roupas nas varandas e nas janelas.

[...] andam muito de toalha, eu não sei que hábito é esse. Se era lá do igarapé, o passado já passou. Eu tirei aquelas fotos [...], eu gosto de fazer essa retrospectiva. Então, as coisas velhas já se passaram. Tudo se fez novo (Curso, 2011).

¹ “Também chamado ‘prato de apresentação’ e ‘prato de serviço’, o *sous-plat* [Pron. “suplá”; do francês, “debaixo ou sob o prato”] funciona como uma bandeja” (COBRA, 2001). Para Ribeiro (2006), é “[...] aquele prato maior que está na mesa desde o início da refeição, diretamente sobre a toalha. Sua função é proteger a toalha entre um prato e outro” (p.38). Em outra de suas obras, Ribeiro (2011) afirma que é cada vez mais comum o uso do *sousplat*, “[...] um prato maior que o de serviço, em metal ou porcelana, colocado debaixo do prato com os alimentos quentes. O *sousplat* fica sempre no lugar do convidado, evitando o espaço vazio na mesa entre um e outro prato servido” (p.71). Ela distingue-o do prato de serviço, diferentemente de Cobra (2001), para quem os dois são a mesma coisa.

Em um dos primeiros *slides*, com o título negritado, denominado “o passado!!!”, havia fotos de como era a área do Igarapé de Manaus, e outros igarapés da cidade, antes da intervenção do Prosamim. Havia palafitas dos mais variados tipos e tamanhos, muito lixo, casas em risco de desabamento, casas desabando e ligações clandestinas de água e de energia. Muitos fios. Em seguida, com o nome de “o presente!!!”, *slides* com fotos atuais mostravam o resultado das obras do Programa - o Parque Jefferson Peres (não é o PRJP), a Ponte Benjamim Constant, o PRM. Todos limpos, arrumados, padronizados, urbanizados. Havia também fotos dos membros da equipe técnica socioambiental da UGPI.

Ainda na parte dedicada ao “presente!!!”, fotografias retratavam o que a palestrante, e os demais técnicos, sentados próximos à porta do auditório - de onde acompanhavam a palestra -, consideravam “irregularidades”. Deixar sofá velho, porta de ferro, pilhas de telhas, grades de cerveja, móveis quebrados e churrasqueira, na área de uso comum; estender roupas num varal improvisado na grade da porta ou ocupando parte da área comum do bloco; colocar o lixo fora da lixeira, em ruas e entupindo a tubulação de esgoto. As imagens apresentavam esse cenário.

Embora algumas dessas práticas não estivessem escritas, palavra por palavra, no Manual (2007), a palestrante condenava-as por não estarem de acordo com as regras de boa convivência. Afinal, cultivar e aplicar as regras de boa vizinhança estão entre os deveres do proprietário, bem como usar e conservar “adequadamente” o apartamento; não vendê-lo, não alugá-lo, não entregá-lo a outros; conservar e usar “adequadamente” as áreas de uso comum, não danificando as áreas externas. “Não depositar objetos de sua propriedade nas áreas de circulação e acesso” (MANUAL, 2007, p.10). Enfim, as fotos mostravam uma realidade contrária ao que os técnicos entendiam como resultados da prática de boa vizinhança.

Voltando ao curso, Roberta, a técnica nutricionista, e idealizadora do curso, continuava a apresentar a “etiqueta urbana para o sucesso pessoal e profissional”. Ela dizia que o homem fora criado com uma individualidade própria e dotado de todos os atributos indispensáveis para evoluir por si mesmo em relação a um fim superior. “Viva hoje intensamente, porque o passado é lembrança, o futuro é projeção. O presente é tentativa de melhoria da realidade”, assegurava.

A nutricionista explicava o que era a etiqueta e a sua importância na vida daquelas senhoras. “Etiqueta para viver melhor” era o título de outro *slide*. Defendia que “o conhecimento das regras de etiqueta é tão importante que hoje é conhecido como inteligência social: um trunfo que diferencia e qualifica as pessoas”. E por etiqueta, ela entendia a consolidação de estética, postura, linguagem, valores e respeito ao próximo. Etiqueta seria

uma cultura de sentimento, nato ou adquirido. É o que torna as pessoas consideradas e admiradas por aqueles com quem convivem no dia-a-dia.

Alguns minutos foram dedicados à explanação da boa educação e do urbanismo. A técnica afirmava que a boa educação é um treinamento iniciado na infância e continuado por toda a vida. É responsável pelo desenvolvimento da comunicação entre as pessoas. Promove a alegria e aflora virtudes, que constituem a base para o bem estar.

Ao expor o que vem a ser o urbanismo, a nutricionista mencionou o conceito de civilidade. O primeiro é a “teoria da ciência da construção, melhoramento e embelezamento da cidade”. O segundo, por sua vez, é o conjunto de formalidades, observadas entre si pelos cidadãos, quando bem educados. E ressaltava: “Ninguém é chic (sic) se não for civilizado”². Entende com isso que o bem estar comum deve prevalecer sobre o individual. E ser civilizado é saber respeitar e conviver com as diferenças. Lembrava os moradores do problema da música em volume alto, que perturba os vizinhos. Orientava-os para que ligassem para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas), quando se sentissem importunados.

Os temas do curso eram abordados a partir da apresentação dos *slides*. Para cada problema, como poluição sonora, fofoca ou postura corporal inadequada, havia um exemplo do cotidiano dela, e dos moradores, para ilustrar suas palavras. Animada e desinibida, sempre dava um jeito de fazer daquilo motivo de risos. Encenava uma situação comum ao dia-a-dia de todos para exemplificar o que era ou não um comportamento adequado.

A falta de educação foi o primeiro ponto de atenção. A técnica identificava que a falta de educação e de cortesia, o egoísmo e a excessiva individualidade tornam a vida nas grandes cidades infernal. Todos vivem estressados sem tolerância e sem respeito com os outros. A solução para isso é a etiqueta do cotidiano, que é capaz de regular as relações entre as pessoas e deixar a vida de todos mais leve. Apesar de a palestrante ter usado tais palavras, sem fazer referências à autoria, descobri, através de algumas pesquisas, que elas foram retiradas, sem os devidos créditos, do livro de etiqueta contemporânea de Kalil (2008).

E sobre falta de educação, a palestrante assegurava que não adianta as pessoas apenas andarem chiques, bonitas e arrumadas. É necessário desenvolver a tolerância, o amor e o perdão. Perguntar-se, constantemente, “nossa, eu fiz algo errado?”, ou “eu magoei alguém?”. Se algo assim ocorresse, ensinava que seria preciso pedir desculpas. Se o ofendido não perdoar, “aí o problema é dele, mas você foi lá”. O importante é desenvolver a etiqueta, a

² Embora a palestrante não indique a autoria, tal citação é de Kalil (2008).

ética do cotidiano, porque é muito bom viver em paz com os familiares, os vizinhos, os colegas de trabalho e os da igreja.

Ainda quanto à relação com o vizinho, ela instruía mais uma vez que o bem estar comum deve prevalecer sobre o individual. “Eu moro sozinha neste Parque? Eu posso fazer a festa que eu quiser? Ou o barulho que eu quiser? Posso criar vários cachorros e botar eles pra latirem? Não!”, exemplificava. A vida é em comunidade e, por isso, “ser civilizado é respeitar e conviver com as diferenças”. O respeito ao vizinho independe de religião, cor, deficiência física e dependência química. “Se tem algum problema, um filho especial ou drogado, tem que respeitar. Tem que orar. A solução é pedir a Deus a misericórdia e suportar. Carregar essa cruz que tudo passa nessa vida. Não adianta ter briga”, pregava.

A etiqueta deve ser observada em todos os lugares e em qualquer hora do dia. Roberta reforçava que é preciso ser educado e gentil sempre. “Opa, desculpa!”. “Obrigado!”. “Por nada, querido”. “Imagine!”. Classificava esse último como modo de cortesia dos paulistas, algo bom para ser copiado, pois o que é bom deve ser copiado. “Acho tão bonito os paulistas. Quando você diz ‘obrigada’, eles dizem ‘imagina’. Acho lindo isso”.

Mais uma vez, citando ocultamente Kalil (2008), Roberta afirmava que “morar em apartamento não é igual a morar numa casa rodeada de jardins [...], ninguém fica totalmente isolado e livre do barulho de vizinhos” (p.19). Ela comentava alguns dos problemas mencionados pela consultora, entre outros de sua própria observação da vida dos moradores de apartamentos do Prosamim, como ranger e bater portas, arrastar cadeiras, ouvir música em alto volume, usar bateria e guitarra, fazer canto lírico. Finalizava, assegurando que conhecer as regras de etiqueta é básico para quem quer vencer na vida e ser feliz, porque todos apreciam uma pessoa fina, educada, elegante e com autoestima elevada.

Não existe coisa mais chata do que a fofoca, de acordo com a nutricionista. Ela condenou essa prática de as pessoas darem conta da vida dos outros, da vida do vizinho. “Ai, você não sabe da maior! A fulana está de caso com o sicrano.”, simulava. Dizia não saber se isso realmente acontecia ali, mas ela estava falando por meio de sua própria experiência de vida e de sua relação com Deus. “Isso é sabedoria que vem do alto. Eu estou compartilhando com você”. A mudança era uma opção das pessoas, que ouvem ou não Deus falar a seus corações. As pessoas inteligentes o ouvem e mudam.

“O sorriso faz bem a alma. Você fica feliz e faz os outros felizes. Você acaba contagiando aquele meio”. Para a técnica, é preciso que se procure ser uma pessoa feliz e cumprimentar as pessoas sempre com alegria. “A simpatia faz bem ao espírito de todos e, principalmente, de quem é simpático”, revelava. Dizia ser muito bom ajudar as pessoas.

Gostava de ver alguém ajudando outro a carregar um embrulho. “Hei, deixa eu te ajudar!”. Atitude bem vista e contrária de outra não menos comum. Um vizinho está fazendo algo, enquanto os outros observam com olhares de avaliação e de deboche. “Às vezes, você está morrendo ali, e a pessoa fica naquela de ‘bora ver se vai dar certo’”, contava. “Minha irmã, isso é um atraso pra sua vida. Não faz isso não”, censurava. “Vá lá, chore com seu irmão, e se alegre com ele, se ele estiver feliz, porque onde você estiver alguém vai fazer o mesmo por você”.

A cada *slide*, o discurso dela sempre acabava trazendo aspectos ruins da vida de igarapé para compará-los aos da nova vida urbana. Enfatizava veementemente a necessidade de mudança de comportamento dessas pessoas, que agora moravam com qualidade de vida, em apartamentos no Centro. A mudança de moradia precisava vir acompanhada de uma mudança de comportamento.

E nós estamos numa outra dimensão. Nós precisamos amadurecer materialmente e espiritualmente. Saímos de uma vida insalubre e agora estamos numa vida com qualidade de vida, morando no Centro da cidade, com uma ponte maravilhosa, que ganhou o prêmio a nível Brasil. Então, nós precisamos nos adequar. [...] A gente vai ficar na mesmice? Não. Vamos acordar! (Curso, 2011).

Um ponto muito reforçado foi o da “percepção visual”. As orientações para uma nova conduta eram direcionadas tanto para os espaços de uso comum, quanto para aqueles individuais, dentro dos apartamentos. A arrumação dos espaços internos era apontada como algo a ser considerado. A casa não deve ficar bagunçada, suja nem cheia de teia de aranha, porque “[...] às vezes, é um parente seu, que ainda não conhece o apartamento, está aqui por perto. ‘Poxa, vou lá na casa da Cláudia’. Chega lá, a Cláudia não estava esperando e vai passar uma vergonha danada”.

A ausência de ordem e limpeza dentro do apartamento é tratada pela palestrante como algo ruim por conta do que os outros possam pensar do morador descuidado. “Puxa vida, o que é isso? Fulano não mudou os hábitos”. Era preciso se policiar o tempo todo para que essas coisas não acontecessem. E as roupas estendidas nas janelas, nas portas e nas áreas de uso comum não combinavam com os novos hábitos. “[...] Isso aqui é muito feio. Essa parte aqui de roupas estendidas não convém”, alertava. Ela contava que havia moradores que deixavam a roupa lá por até quatro dias, e se perguntava se seria para que não fosse preciso passá-las com o ferro, uma vez que já estariam duras por conta do calor do sol excessivo de

tantos dias seguidos. “[...] Acho que é pra não passar, só pode”. As senhoras participantes do curso riam bastante da situação que virara piada.

Para inibir as ações inadequadas, Roberta se reportava a imagem negativa da sociedade em relação aos moradores do Prosamim, tratados assim como um grupo homogêneo e único. Ela dizia sentir como se levasse “um tapa na cara”, quando as pessoas de fora diziam a ela que o Prosamim [PRM] está virando favela. “[...] Não gosto quando falam assim de vocês, porque vocês são o meu povo”. Explicava que as mudanças acontecem aos poucos e que eles já haviam mudado muito.

“Quem semeia colhe”. Ela garantia que para cada ação haveria sempre uma recompensa. É algo bíblico. Nada acontece gratuitamente. As pessoas devem ajudar as outras, porque depois podem precisar de ajuda. Ou, se fizerem algo por alguém, serão, por seu turno, beneficiados.

Às vezes, você diz “ah não vou fazer o que fulano me pediu, porque não vou ganhar nada com isso”. Quem disse? A bíblia diz que até um copo de água que você der pra uma pessoa, de maneira alguma você vai ficar sem a sua recompensa (Curso, 2011).

A “etiqueta no dia-a-dia” deve se fazer presente, de acordo com a técnica. Palavras como “por favor”, “muito obrigado”, “desculpe” e “com licença” devem estar sempre nos lábios das pessoas. É preciso pedir desculpas, se esbarrar em alguém. Agradecer favores recebidos. Dar informações claras e objetivas. Evitar interromper a fala dos outros. Se uma mulher deixar cair um embrulho, o homem deve apanhá-lo. Se for o homem quem deixar cair algo, a mulher deve apenas alertá-lo. Nunca deve se abaixar para pegá-lo. Uma dama não age assim. Nesse momento, ela faz uma breve pausa na apresentação dos *slides*. Chama um rapaz, morador que a estava ajudando no computador, para teatralizar a situação. Com bastante humor e desinibição, a cena ficou divertida e rendeu boas gargalhadas.

“Deixe sempre os locais por onde passar limpos e organizados”. Quando fizer uma festa, é necessário arrumar e limpar o local no final. Ela orienta para que se aproveite a ajuda da família para deixar tudo em ordem. “Hei, me ajuda aqui”. Isso é considerado um comportamento civilizado. Caso contrário, conforme a palestrante, se você fizer festas e não deixar os lugares limpos e organizados, alguém vai chegar e vai dizer: “Quem passou aqui? Foi o fulano. Ai, que povo porco!”. E isso é muito ruim. Não é bom que as pessoas falem mal do nome dos outros. “[...] Não deixem falar mal do nome de vocês, porque vocês são o que? Chiques, elegantes, lindos”.

É importante perguntar se é aniversário e se é preciso levar alguma coisa, um prato de comida ou alguma bebida. “Não chegue lá de mãos vazias e, se for um aniversário, sem nada”. As pessoas gostam de ganhar presentes, mesmo que seja só um chaveirinho. Não precisa ser presente caro. “Porque eu acho que presente caro quem compra é você pra você”.

“Agradeça sempre favores, presentes, elogios e apreços recebidos”, anunciava um *slide*. Para se viver bem, a técnica sugeria que as pessoas fizessem elogios e os recebessem com delicadeza. Não se deve ser desagradável e fazer comentários negativos, como dizer que fulana está pálida ou abatida. É importante chegar e perguntar como ela está e saber ouvir as suas dificuldades e angústias. Todos tem a obrigação de ajudar uns aos outros.

[Simulação de uma situação pela palestrante] “Ai, você está linda. Adorei essa roupa”. “Que nada, deixa de conversa”. Que coisa feia. A pessoa está dizendo que você está linda. Receba esse elogio. Diga: “ai, querida, obrigada, você também”. Entendeu? Ainda que você não esteja achando, mas devolva! Porque ela lhe fez um elogio. “Gostei do corte do seu cabelo”. “Nossa, ficou bem em você”. E eu não sei o porquê que as pessoas hoje não elogiam. “Não vou falar, não, porque ela vai ficar mais metida”. Minha irmã, me poupe, vá se converter! Fale. Está bonito? Fale! (Curso, 2011).

Em “Outras regras de ouro que garantem sucesso”, havia o lembrete para que fosse evitado o empréstimo de objetos. “É muito feio pedir as coisas emprestado”. Se pedir algo, ele deve logo ser devolvido em estado impecável. “[...] não vá deixar aquela chapinha. ‘Ah, ela nem vai mais lembrar que está aqui comigo’. Pelo amor de Deus, isso é pilantragem. Então, ninguém faz essas coisas”.

“Olá” e “tudo bem” expressam simpatia e apreço. O importante é que esses gestos sejam sinceros. Ao apertar a mão, sorriso e olhos nos olhos. Evitar oferecer a mão sem vida, sem vigor. Desagradável é fazer pouco caso e ter frieza ao apertar a mão. Quando alguém dá um “oi” sem vontade, ou um aperto de mão frouxo, sem alegria não é bom. A palestrante falou sobre o assunto a partir de sua experiência: “[...] eu digo, maninha, tu estás pensando que tu vais pra onde? Pra que tanta arrogância? Deus abate os arrogantes”. Se alguém for cumprimentar, que o faça de verdade, apertando a mão, dando um abraço, ou beijando. Quem não faz assim, é porque “[...] É sepulcro caiado. Aquela sepultura linda, branquinha, lindinha, limpinha, mas dentro está podre. Então, não adianta”, alertava.

“Conversação”. Nesse item, a nutricionista ensinava que conversar também é uma arte. O tom de voz, os gestos, uma linguagem bem articulada, com conteúdo e palavras bem pronunciadas são fatores importantes. A etiqueta não condena a gíria, mas o palavrão. O

abuso de palavras de baixo calão é feio. A linguagem deve ser simples correta e atualizada, sem exagero nem exibicionismo.

Roberta indica alguns comportamentos que devem ser evitados durante a conversação, tais como: falar baixo demais, falar muito alto, falar muito rápido, falar devagar demais, fazer caretas ao falar, roer as unhas, morder os lábios, arrumar a roupa de outras pessoas, bater nos ombros, coçar a cabeça, mascar chiclete, indiscrição, excesso de franqueza, excesso de polidez, curiosidade, naturalidade em excesso, exibicionismo, interrupções, fofocas e gafes.

[...] É muito feio. É deselegante. A pessoa pode estar chique e maquiada, toda no salto, mas com aquele chicletinho fica feio. Tem gente que adora roer as unhas, morder os lábios, arrumar a roupa dos outros. Tem que evitar. “Menina, olha seu decote”. Evite essas coisas, a não ser que você seja muito amiga e a pessoa te pergunte: “hei, o que tu achas?” (Curso, 2011).

Sobre a indiscrição, ela se refere a agir de tal forma que as pessoas sintam-se constrangidas. Evitar fazer comentários desagradáveis. Se uma pessoa estiver um pouco gordinha, não é para dizer: “menina, tu estás grávida?”. Isso é uma gafe. ““Ah, o teu cabelo está com três dedos de raiz’. Pelo amor de Deus, não façam isso. Não envergonhem ninguém”. Isso deve ser evitado. É muito feio, assim como bajular. Nada de excessos. “[...] Vá lá e diga no ouvido da sua amiga, se ela é sua amiga, e se lhe der essa liberdade, ‘menina, tu és doida de vir pelada pra cá?’”. Quando tiver vontade de chorar, é para chorar. Quando quiser sorrir, é para sorrir. “[...] É assim mesmo, dane-se quem não estiver. E a bíblia diz que nós temos que chorar com os que choram, e se alegrar com os que se alegram”.

“Gestos e postura”. É essencial que se cuide da postura, antes de tudo, por uma questão de saúde e conforto. Portanto, é preciso aprender logo a sentar-se e a caminhar com elegância. “E o que isso quer dizer? Que você tem que andar ereto”, continuava. Sem microfone, a palestrante encenava as posturas corretas e incorretas aos participantes. “O caminhar deve ser natural e com o corpo ereto. Nada também de estar andando e olhando pra ver se o bumbum está arrebitado”, completava. “Eu tenho uma amiga assim. Pela caridade, procure ser natural, sem exibicionismo”. E, ao sentar, o importante é procurar o conforto.

“Evite: gestos nervosos e bruscos, apontar com o dedo, fazer deboche ou aceno exagerado, falar ao ouvido de alguém”. Nesse *slide*, o deboche é ressaltado como uma atitude inconveniente. As brincadeiras e a tolerância das pessoas têm limites. Depois de muito aguentar, alguém pode se sentir ofendido e se tornar tão desagradável quanto o outro ofensor.

“Quem fala o que quer, ouve o que não quer. Infelizmente, tem um dia que tem que ter cuidado com as brincadeiras”. Ela sugere que as portas sejam abertas e fechadas com suavidade. Gestos nervosos e bruscos devem ser evitados, bem como apontar o dedo ou fazer acenos exagerados. “Hei, maninha [simulava a cena desagradável, o que rendeu gargalhada da plateia]”.

“Etiqueta”. Acima de tudo, etiqueta é ter bom senso aguçado, extrema ética nas relações sociais, sempre pensando em respeitar o próximo, seja ele quem for e em qualquer circunstância. “Ah, ele é católico, evangélico, espírita, *hare krishna*. Não importa. Conquiste aquela pessoa e troque uma ideia com ela. Cada um no seu quadrado, respeitando o outro. Isso é muito bonito”.

“Postura profissional”. Ao esclarecer as maneiras apropriadas ao ambiente de trabalho, e no tratamento com os vizinhos, a técnica sugeria que as relações fossem cordiais, evitando-se brincadeiras para não magoar as pessoas. Novamente, que cumprimentassem todos sempre com o mesmo tom, jamais demonstrando mau humor, e participassem com alegria das reuniões para as quais fossem convidados. “É uma festinha na casa da fulana. Se ela lhe convidou, ela está contando com você. Se você não for, ligue antes e avise. É muito desagradável você fazer um jantar esperando x pessoas e aparece só y”.

“Presentes”. Ela aconselhava que ao receber qualquer presente, a pessoa abrisse-o na frente do outro, na hora em que o recebesse. Não é legal deixar para abrir depois. É bom elogiar sempre e não fazer comparações. Repetia que quem quisesse presente caro devia comprá-lo para si. O que se recebe dos outros é sempre uma lembrancinha, algo simbólico e simpático.

“Recebendo em casa”. Esse *slide* era dedicado aos modos adequados de se receber as pessoas em casa. A palestrante acrescentava que não era preciso esperar uma visita ou uma ocasião especial para usar aquela “porcelanazinha”. Ela devia ser aproveitada durante um café da manhã com o marido e os filhos no dia-a-dia mesmo. Não vale a pena guardar indefinidamente enquanto a vida passa. “Prepare aquela mesa bem gostosa, porque ninguém mais do que você e sua família merecem”.

O que mais conta para o sucesso de uma festa é a organização. A técnica recomendava a contribuição de bebidas ou prato de comida, e a atenção aos horários de início e término. E lembrava que as pessoas procuram alegria, diversão, música e comportamento adequado. Portanto, pedia que o consumo de bebidas alcoólicas fosse moderado. “Tem que ver como é que as pessoas vão se comportar. Se alguém se exceder na bebida, tem que sair e parar. Lá não é lugar de ninguém ficar embriagado”.

“Comportamento à mesa”. Na chamada parte de etiqueta social, também foram orientadas as maneiras adequadas de se portar à mesa. Pratos a uma distância de 2 cm; prato de pão à direita; colheres e facas à direita; garfo para “cane peixe” à esquerda do prato; colher, garfinho e faquinha ficam acima do prato; os talheres são colocados de acordo com a sequencia do cardápio; taças acima do prato, à direita, em linha decrescente, de acordo com a ordem que as bebidas serão servidas.

“Noites *fashion*”³. Nove *slides* mostravam fotografias de ambientes decorados e de mesas arrumadas em eventos e festas na cidade de Manaus. “Aqui, alguns eventos que eu fui no Studio 5 [Centro de Convenções]. Comecei a fotografar a mesa. Tem casamento. Em casa. Jantar, vários modelos. As noites *fashion*”. A apresentação de *slides* foi, então, interrompida, para que a palestrante se dirigisse a mesa, arrumada ao lado, conforme a descrição do início deste capítulo.

Ela começou a parte de etiqueta social apontando a função de cada objeto presente na mesa. Explicou que nada ali custava caro. Tudo fora comprado em uma loja popular de artigos importados da cidade. Qualquer um poderia adquiri-los. “Comprei isso aqui, o *sous-plat*, a R\$ 6 reais, lá na Tropical”.

A palestrante ensinava que em eventos como casamentos, em que há serviço de *Buffet*, geralmente, próximo aos pratos, são colocados três copos. Isso significa que serão servidos, champanhe, vinho e água ou refrigerante. “A posição é sempre nessa ordem?”, perguntou alguém da plateia. “Sim, sempre assim, do lado direito”. Chamava a atenção das senhoras para que manuseassem as taças pelas hastes. “Afinal de contas, você está num lugar chique, usando um [vestido] longo poderosíssimo”.

Outro aspecto assinalado foi a vestimenta adequada a tais festas. “Não vá com um ‘tomara que caia’, pois vai estar mal arrumada”. Pediu que não houvesse deboche caso alguém aparecesse vestido de modo inadequado. Os assuntos conversados durante o jantar devem ser agradáveis e leves. É para se falar somente sobre coisas boas. “Querida, e aí? Tudo bem? Como você está? Como foi de viagem?”, teatralizava. E aconselhava que nunca se falasse em doenças ou problemas financeiros, porque assim: “Você vai destruir o evento”.

Sobre o *sous-plat*, ela contou o vergonhoso caso de uma conhecida, que quis levá-lo para casa. Aproveitou para pedir que, por favor, as pessoas não o fizessem. “Eu vou levar isso aqui? Não! Isso aqui é o *sous-plat*. É prático, você deixa cair algum resíduo e ele cai no *sous-plat*”. Quanto à quantidade de comida servida no prato, as pessoas devem colocar apenas um

³ Termo empregado pela palestrante para se referir a festas noturnas chiques em que a etiqueta não deve ser esquecida.

pouco, mas podem repetir quantas vezes quiserem. “Não vá fazer um prato de pedreiro, pelo amor de Deus! Não vá me matar de vergonha, nem diga que fez curso comigo”, alertava, provocando risos de todos.

Mais uma vez, comparando as pessoas do Amazonas com as de outros estados do país, ela orientava que não se furasse fila nem saísse procurando um conhecido nela para aproveitar e se meter na frente. “É muito feio. O povo amazonense é educado. Mas vá fazer isso em São Paulo, ou no Rio de Janeiro”. Dizia que as pessoas, fora de Manaus, reclamavam na hora, sem aceitar o desrespeito.

Acrescentava ser importante não sujar de batom o copo inteiro. Colocar a boca sempre na mesma marca quando fosse beber, para não melar aqui e ali. “Para não ficar um monte de boca e a pessoa que estiver olhando não ficar com nojo”. Quando houvesse sopa, utilizassem a colher, sem, contudo, emitir sons. “Não é para fazer aquele barulho horrível”, afirmava causando mais risos do público. “Nem fale de boca cheia”. Lembrava que o prato sujo devia ficar na mesa, e cada vez que fosse repetir, a pessoa pegasse um prato limpo. “Deixe o prato sujo na mesa que o garçom vai recolher”. E se cair o garfo, quem deve pegar é o garçom.

Enquanto se conversa sobre viagens e coisas boas, o guardanapo deve ser colocado no colo. A boca deve ser limpa suavemente. Cotovelos e braços nunca devem ser encostados na mesa. “É feio, não se coloca braços e cotovelos na mesa. No máximo, as mãos”. Para avisar o garçom que já terminou de comer, basta arrumar os talheres lado a lado no prato. Nada de cruzá-los. “Tem gente que tem prazer em falar com a boca cheia. Isso é feio”.

A assessora de comunicação do Prosamim, que acompanhava o curso, era quem fazia a maioria das perguntas. Se não o fizesse, o curso não teria demorado muito. Ela perguntou sobre como proceder na hora de pagar a conta, quando saísse com os amigos. Roberta respondeu que o mais adequado seria dividi-la. Se eu pedisse um vinho chileno, aí, sim, deveria pagar mais por causa da minha despesa que foi maior. Caso alguém ofereça pagar a conta sozinho, não se deve brigar por isso. “Se ele oferecer pagar, você não vai brigar dizendo ‘eu quero, eu quero pagar’. Diga obrigado e pronto”.

A assessora disse também ter dúvidas quanto ao uso de palito de dentes. Para a palestrante, não há nada mais desagradável do que isso. “Já foi abolido das mesas dos restaurantes. Palito nem pensar! A maioria tem fio dental no toalete”, assegurava, pedindo que nunca se fizesse higiene na frente de outras pessoas. Ela realmente acreditava que os palitos de dentes não existissem mais nos restaurantes da cidade.

“E se eu quiser levar uma amiga comigo a uma festa?”, continuava a assessora com as perguntas. A resposta da palestrante foi que se deve consultar a dona da festa, que tem outros convidados e se programou para receber determinado número de pessoas. “Hei, eu posso levar a fulana?”. Ressaltava que não se comentasse de maneira negativa sobre a festa. “Ai, a comida estava azeda! Pode acontecer de a comida ser do *Buffet* e a pessoa nem ter culpa”, ponderava. Ela desaconselhava ainda o famoso “pratinho” de fim de festa. “Dá pra fazer um pratinho pro Fernando?”, encenava, acompanhada de muitos risos. “Ele não foi, porque não quis. Ele foi convidado. Nada de fazer pratinho nem botar na bolsa”.

O curso foi finalizado com a preocupação dela em saber se aquelas senhoras haviam entendido as informações e se havia alguma dúvida. “Deu pra aprender alguma coisa? Foi bom?”. Em seguida, ela corrigiu o Teste (2011) do curso (Anexo A), entregue logo no início, para se assegurar de que as pessoas tinham compreendido sua mensagem. Uma oração foi feita em agradecimento pela oportunidade de aprendizagem. “Não se envergonhe do nome do Senhor. Se não, ele vai ter vergonha de você também. Não parem de sonhar. Aqueles que ainda não se mudaram já vão sonhando com a TV de plasma e o carro novo, que Deus vai dar. Vai pedindo! Obrigada a todos”.

Brindes foram sorteados entre as participantes do curso. Para cada brinde, um técnico do ESGC fazia a entrega ao morador ganhador, enquanto outro técnico fotografava o momento. Uma prática que se repetiria exaustivamente em todos os eventos deles durante o período de minha pesquisa de campo. E somente depois eu viria a entendê-la. Esfirras e refrigerantes foram oferecidos para todos, encerrando as atividades daquele dia, já quase 22h.

A descrição do curso de etiqueta urbana e social, apresentada acima, ocorreu no auditório do ESGC, do Prosamim, localizado na Quadra III, do PRM, no Centro, entre as ruas Ramos Ferreira e Ipixuna. Mesmo estando aberto aos moradores das outras unidades habitacionais, havia ali poucos participantes. O público era composto de mulheres, e a maior parte, moradoras da Quadra III, do PRM. Pessoas inseridas no Programa, do pós-reassentamento e do pré-reassentamento, foram convidadas. Para que houvesse plateia, na última hora, a Ampare foi chamada pelos técnicos para convidar os moradores da Quadra III.

O curso era realizado quando a palestrante assim achava conveniente. Não havia uma regularidade. Durante o período em que estive fazendo trabalho de campo, de fevereiro a dezembro de 2011, participei das três edições oferecidas: a primeira, que descrevi acima, no mês de fevereiro; outra, no de maio; e a terceira, no de junho.

2.2 O CURSO DE ETIQUETA INFANTIL

Acompanhei também duas edições do curso de etiqueta infantil. A fim de orientar as crianças das unidades habitacionais, que passam muito tempo fora de casa, brincando nas praças e áreas de lazer, Carmen, psicóloga, e Ana, assistente social, organizaram um curso de etiqueta para as crianças. O curso infantil era a maneira encontrada por elas para manter as crianças ocupadas, enquanto ocorria o de adultos, para seus pais ou responsáveis no mesmo horário. Quem mais participava das atividades no ESGC eram mães e donas de casa, que cuidavam dos filhos e, por não ter com quem os deixar, desistiam de ir ao curso, ou os levavam junto. Para que não ficassem correndo e fazendo barulho, era preciso pensar em algo para esse pequeno e inesperado grupo que se formava a cada atividade.

Mais de vinte crianças participaram da primeira edição, numa pequena sala, do lado do auditório, onde ocorria o de etiqueta para adultos. Ainda sem ar-condicionado, havia na sala muitas cadeiras, muitas mesas e muitas crianças para pouco espaço. Fazia bastante calor. Manter todas elas, entre os seis e os doze anos, atentas a uma apresentação de *slides* com textos na parede era uma tarefa difícil. Isso foi ficando claro a cada minuto, a cada grito da psicóloga: “Hei, eu posso falar?”. Essa frase se repetiria várias vezes durante os cerca de cinquenta minutos de exposição da palestrante. Alheia à correria, e gritaria, que se instalara, a assistente social mantinha-se de frente ao computador, controlando os *slides*.

Embora gritasse bastante, a psicóloga em nenhum momento foi agressiva com as crianças. Pelo contrário, ela sempre se mostrou muito carinhosa. Os risos de todos que ali estavam eram frequentes durante os minutos de curso. Ele era conduzido de forma a tornar-se divertido, disfarçando a violência simbólica inerente ao Programa perante aos moradores do PRM.

Vinculando cada tema à figura de um Deus calculista, ela abordou o trabalho doméstico e a ajuda nos afazeres de casa, como limpeza e organização dos espaços, objetos e roupas; o uso e o não abuso de consumo de energia e de água; a necessidade de controle do barulho feito em casa para não incomodar os vizinhos; a maneira correta de tratar os pais, os amigos, os professores, os vizinhos e as visitas; a importância de hábitos de higiene adequados. Entre eles, uma pergunta era formulada e todos respondiam em coro a resposta padrão. Afinal, não era novidade pra ninguém que o lugar de se jogar lixo é na lixeira, nem que é preciso respeitar as pessoas. Era de conhecimento geral a necessidade de se apagar a luz ao sair da sala, de não se demorar no banho, de escovar os dentes e de tratar as pessoas de modo respeitoso.

2.3 O PÓS-REASSENTAMENTO

Uma sala com várias mesas, cadeiras, computadores e armários. Pequenas divisórias separam as mesas, isolando os espaços dos técnicos do ESGC ⁴, ou “casarão”, como é chamado por entre os moradores do PRM. É uma base administrativa da UGPI, onde trabalha diariamente, em horário comercial, a equipe técnica de acompanhamento pós-reassentamento, desde dezembro de 2010. Em seguimento ao plano de pós-reassentamento do Prosamim, duas equipes - social e ambiental - monitoram de lá as três quadras do PRM e, as outras unidades habitacionais do Programa. A ambiental mudou-se para o ESGC em maio de 2011. Juntas, as duas devem acompanhar as famílias no processo de adaptação a nova moradia. Colocar em prática o plano de melhoria de renda e de qualificação profissional. Oferecer atividades de inclusão social e educação ambiental, e cursos de qualificação profissional.

O curso de etiqueta urbana e social é um dos instrumentos da política de atuação do Prosamim, que não está limitada ao deslocamento de famílias das áreas de igarapé. Na verdade, seus técnicos executores defendem haver um trabalho de pós-reassentamento, a fim de “[...] estimular as pessoas a deixarem as lembranças de uma vida insalubre e triste, às margens dos igarapés, para abraçar um novo lar com uma postura e comportamentos renovados que ajudem a aumentar a qualidade de vida” (GOVERNO..., 2009. Não paginado).

No início de 2011, mais de cem pessoas (Dados..., 2011) já haviam sido capacitadas no curso de etiqueta urbana, que, para seus técnicos idealizadores, surgiu justamente da necessidade de inserir os ex-moradores de igarapé na nova vida, por percebê-los deslocados e incapazes de usar os espaços da casa. “Eles moravam tão amontoadinhos que não sabem o que fazer com tanto espaço”, explicou Carmen, ao comentar sobre a necessidade de seu trabalho na etapa de pós-reassentamento aos alunos de uma instituição de ensino superior.

Os temas nele abordados, nas três edições que acompanhei, são relacionados à convivência entre vizinhos, fofoca, tom de voz, volume do aparelho de som, maneira de se vestir, criação de animais domésticos, onde estender roupas e consumo de chiclete. A parte de etiqueta social, que ensina o modo correto de se portar à mesa, seria uma forma de atrair o interesse do público para o curso, de acordo com Ângela, assistente social, e subcoordenadora social da UGPI.

Diante disso, a proposta do Prosamim, na visão de seus executores, estaria em conformidade com a política do BID, na medida em que este considera que o processo de

⁴ O ESGC também é chamado por técnicos, visitantes e moradores de: centro social, base, sede e escritório da UGPI.

reassentamento não termina necessariamente com o deslocamento em si (BID, 1998). A etapa de pós-reassentamento ilustraria essa preocupação, em atender aos princípios do Banco, de reabilitação dos ex-moradores de igarapé, uma vez que a mudança de endereço passa a ser somente uma parte do processo. Para o BID, é o início de reconstrução da comunidade. As ações de capacitação e orientação - cursos de etiqueta urbana, por exemplo - seriam o resultado da leitura daquilo que os agentes do Programa entendem por sustentabilidade socioambiental e reabilitação, que, contudo, não corresponde a mesma dos moradores de PRM nem a do Banco. Isso indica que a concepção de sustentabilidade socioambiental encerra numerosas práticas discursivas que projetam diversas objetivações (Veyne, 1992).

2.3.1 Os técnicos e suas ações

A tão exaltada promoção de melhoria de qualidade de vida é oportunizada pelo Estado, por meio de seus técnicos, com cursos e oficinas aos moradores. Isso é parte do trabalho do pós-reassentamento, além das notificações de irregularidades. Algumas atividades são organizadas pela UGPI com o apoio da Ampare. Outras, mais ligadas a uma programação específica do Prosamim/ BID, em geral na forma de palestras, são de responsabilidade da UGPI, por meio dos técnicos do ESGC. A Ampare é acionada para mobilização do público de moradores. Os técnicos não conseguem fazer nada sem esse apoio. Nas vezes em que houve tentativas isoladas, por causa de desentendimentos com membros da associação, não houve plateia para o evento da UGPI.

Exemplos de ação em parceria são os cursos de higiene pessoal, manipulação de alimentos e de etiqueta urbana. A parceria ocorre, principalmente, nas datas festivas, como o carnaval, o dia das mães e o dia das crianças. Os brindes, os lanches, a decoração, o material de oficinas de artesanato, a mão de obra, o carro de som e os panfletos para divulgação, o aluguel de cadeiras e mesas, são todos itens integrantes de uma lista de custos divididos entre os moradores e o Estado. E a divisão desses custos e serviços muitas vezes é motivo de tensão entre as partes. A ideia de contrapartida, sempre embutida nos projetos do BID, como meio para evitar paternalismos e assistencialismos, e fortalecer a participação e apropriação pela comunidade, foi transplantada para as ações da UGPI no local.

A participação dos moradores em oficinas e cursos no ESGC é algo que me chamou bastante atenção. Quando a UGPI, em parceria ou não com a Ampare, organiza um evento poucos moradores aparecem. Então, os técnicos percorrem as ruas do PRM, chamando os moradores, de casa em casa. Isso, para alguns técnicos, é sentido como “uma humilhação”.

Mas, sendo-a ou não, só assim é que os eventos acontecem de fato. Para as comemorações da associação, cuidadosamente planejadas, seus membros fazem isso por acreditar que é uma maneira eficiente de comunicação. Não é sentida como humilhante.

O que move a participação é a mobilização dos membros da associação, quando é o caso, ou a possibilidade de ganhar brindes, ou o medo de perder a casa. Dona Mariana, moradora da Quadra III, contou-me que se sente amarrada. “É como se a gente vivesse preso num cubo, sem poder fazer nada, que já ameaçam que vamos perder a casa”, afirmou. Ela, assim como outros, relatou-me que sente um peso enorme pela permanente lembrança, feita pelos técnicos, de que eles, os moradores, “ganharam” uma casa do Estado, e assim adquiriram uma espécie de dívida eterna.

Dona Mariana e a sua sensação de “estar num cubo” levaram-me ao princípio foucaultiano de “encastramento”. O urbanismo do PRM é um exemplo do princípio do encaixamento - ou encubamento, para dona Mariana - espacial das vigilâncias hierarquizadas, que sustenta o acampamento, enquanto modelo quase ideal de observatório da multiplicidade humana. “O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral” (FOUCAULT, 2009, p.165). Visibilidade para controle. E o ESGC reforça a presença do Estado para monitoramento da conduta dos moradores do PRM.

A disposição dos apartamentos em blocos, com algumas entradas, varandas, portas e janelas, para a via principal, onde todos se veem e são vistos, forma uma espécie de vitrine humana, no Centro, de um Programa do GEA, que pretende “civilizar” os ex-moradores de Igarapé. Apresentar aos turistas uma cidade moderna no meio da capital do paraíso amazônico. Lembro que, eles, os turistas, passeiam bastante pela via principal dos apartamentos laranja-avermelhados, modelo duplex, que se destacam entre as construções antigas do Centro. Durante o arraial da Quadra III, pude observar a presença deles nos dias de festa.

Se, antes, no Igarapé, havia supostamente descontrole e desordem - para quem não morava lá e não entendia seus espaços - entre as pontes de pedaços de madeira sobre as águas, que ligavam uma palafita a outra, agora isso já não ocorre. O acesso é facilitado pelo projeto de obras, que programou ruas, blocos, áreas de uso comum, e espaços internos dos apartamentos. A equipe de profissionais de pré e pós-reassentamento cuida de ditar como cada um deles deve ser usado. Como nos acampamentos, comentados por Foucault (2009), há toda “uma arquitetura que seria um operador para transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento [...], oferecê-los a um conhecimento, modificá-los” (p.166). E tudo é monitorado de lá, do “casarão”.

Em momentos diferentes, ouvi dos moradores questionamentos sobre os cursos oferecidos pela UGPI. Os da Quadra III se diziam “humilhados” com a proposta de serem ensinados a se portarem à mesa, quando muitos ali relataram, algumas vezes, não ter sequer o que comer. Disseram-me que não foram consultados pelos técnicos sobre o que gostariam de aprender e o que seria interessante para eles. Seu Geraldo, da Quadra II, tem uma visão semelhante. Casado e pai de dois filhos já adultos, vive de “bicos”. Dizia achar sem propósito um curso ensinando a usar taças, quando isso não tem nada a ver com a realidade deles.

Dona Mariana, que trabalha como vendedora, por exemplo, revelou-me a vontade de passar no vestibular e de fazer um curso superior. Comentando sobre o curso de camareiras Mulheres Mil, ela me contou que não é porque seus pais não tiveram estudo que seu destino vai ser algo semelhante. “Eu não quero ser camareira”. A moradora disse que as pessoas tem que entender que “quem mora aqui não quer ser camareira, cortador de grama nem encanador”. Sugeri que os técnicos fizessem uma pesquisa com os moradores para conhecer seus reais interesses.

Tais reações evidenciam as diferentes expectativas de futuro e de sustentabilidade de moradores e de técnicos da UGPI. Concepções cada vez mais distantes uma da outra. As reações demonstram o que Castelo Branco (2007) considera, a partir de Foucault, ser resistência ao poder, enquanto toda resistência que visa à defesa e ampliação das liberdades. Sob essa perspectiva, nessa luta simbólica entre moradores e agentes do Estado, os primeiros esforçam-se por resistir contra as técnicas e procedimentos desenvolvidos para controlar suas vidas, seus estilos de existência e suas maneiras de sentir e de pensar. “[...] O resultado desse processo de controle nada mais é do que o sujeito assujeitado a normas e padrões de constituição de sua subjetividade, e auto-identificado através de regras previamente perpetradas de conduta.” (CASTELO BRANCO, 2007, p.109).

Os técnicos do Estado reclamam que os moradores só participam de qualquer coisa se receberem algo em troca. Dizem, contrariados, que, quando vão de casa em casa, para convidá-los, eles perguntam logo se haverá “merenda” ou sorteio de “brindes”. Nas palavras deles, é preciso ter uma “motivação”. E se culpam por isso, porque entendem que eles, técnicos, é que os acostumaram mal desde o início das relações sempre oferecendo algo. Os técnicos tem uma visão idealizadora de uma troca generosa, que não exige contrapartida. Há um mal estar generalizado entre eles, ao perceberem que a participação é entendida e acionada publicamente como um dom ao qual deve corresponder a um contra-dom por parte do Estado. Querem a participação dos moradores por aquilo que eles acreditam que o evento em si pode oferecer: a informação como um dom recebido. Mas o curso em si é visto pelos moradores

como uma inutilidade, pois não atende aos desejos, expectativas e projetos daquilo que percebem como uma real possibilidade de melhoria de vida. A motivação/dom, portanto, reduz-se unicamente a “merenda” e “brinde”.

As festas organizadas e oferecidas pela Ampare, sem o apoio da UGPI - exceto pelo uso do espaço do ESGC - são, diferentemente, um sucesso de público. Para João, o presidente da Ampare, a razão da participação seria a “boca livre”. Obtive uma resposta bem explicada de outro membro da associação. Antônio identificou a difícil relação entre o Estado e os moradores. Uma hora, os técnicos fazem uma visita para notificar alguma irregularidade na casa. Algo que o morador fez e que não podia ter feito, segundo o Manual (2007). Outra hora, aquele agente passa lá, na mesma casa, para fazer o convite de um evento para o mesmo morador. Já ouvi, inclusive, moradores da Quadra II recusarem-se a participar só para “boicotar a UGPI”. Dona Mariana revelou-me que não foi a uma determinada festa, porque não achava justo que os moradores trabalhassem tanto na organização, para depois a UGPI tirar fotos, fazer o relatório do BID e levar a autoria. “Não vou encher festa para a UGPI tirar fotos”, afirmou.

Além disso, aquele membro da associação percebe o quanto os moradores gostam de participar quando há “merenda” e “brindes”. O caráter da troca é evidente para a Ampare. A associação faz festa; não palestra. Oferece o que todos querem: comida, presentes, bate-papo, confraternização. Mesmo terminando de comer, muitos ainda permanecem conversando no local. Foi o que aconteceu, por exemplo, no Cine-café, em comemoração ao dia do trabalhador. Com financiamento do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Amazonas (Sinttel-AM), a Ampare convidou os moradores do PRM, das três quadras, para um café da manhã. Enquanto comiam, eles assistiam ao filme *Tempos Modernos*, de Chaplin, por uma tela de projeção, localizada em frente às cadeiras. Durante o café, alguns membros do Sinttel-AM, cuja coordenadora geral é integrante da Ampare, deixaram sua mensagem sobre o significado da data para os cerca de noventa moradores das três quadras que ali estiveram - esse número representa um sucesso de público no PRM.

Em relação ao público, outro aspecto interessante, é o clima de competição que surge entre os moradores e os técnicos para ver quem dá a melhor festa e atrai mais gente. Nessa disputa por prestígio, para ter o reconhecimento dos outros, como aquele que “sabe dar festa”, muitos deles se endividam, brigam entre si e delimitam cada vez mais as segmentações – sugerindo a ideia da troca agonística, exemplificada pelo *Potlatch* (Mauss, 2003). A ida ou não a uma festa oferecida por determinado grupo gera cobranças desse grupo e/ou de outro. Se for morador da Quadra III, e deixar de ir à festa de minha quadra, para ir à de outra, serei

tema de fofoca, e terei de dar explicações ao meu grupo. O arraial é um dos momentos mais esperados. É quando as tensões extrapolam as barreiras do PRM e envolvem o entorno - Vila Betel e Rua Major Gabriel. Quem dará a melhor festa?

2.3.2 O dia-a-dia no casarão

Uma sala com várias mesas, cadeiras, computadores e armários. Pequenas divisórias separam as mesas, isolando os espaços dos nove técnicos em sua sala no ESGC. Ali fazem o atendimento dos moradores, diariamente, em horário comercial. Antes da construção do escritório, eles ficavam numa tenda improvisada embaixo da Ponte da Leonardo Malcher. A equipe de atuação na área social é composta por assistentes sociais, psicólogos e nutricionista. Dois biólogos integram a ambiental.

“Procurar sempre que possível o Escritório de Sustentabilidade Social” é uma das orientações do Manual (2007) aos moradores. Os técnicos do ESGC devem orientar os moradores a procurar o órgão, estadual ou municipal, responsável pela solução do problema. “O Prosamim durante o primeiro ano da sua moradia [...] colocará a sua disposição um escritório de Sustentabilidade Social com uma equipe completa para atender suas dúvidas e orientar atividades na sua nova casa” (MANUAL, 2007, p.7). Barulho? Procure a Semmas. Briga com vizinho? Procure a delegacia mais próxima e registre ocorrência. É trabalho dos técnicos a identificação e a denúncia das “irregularidades” cometidas pelos moradores ao Prosamim, SUHAB ou empresa construtora. Eles fotografam a “irregularidade” e notificam o morador responsável.

A SUHAB é comunicada, pela equipe socioambiental, no caso de inobservância ao estabelecido no “Título Definitivo de Domínio com força de Escritura Pública”, assinado por seu diretor, pelo governador do Amazonas e pelo beneficiário (morador) do Programa. Nele consta que o imóvel é indivisível e intransferível, no prazo de dez anos. O beneficiário é obrigado a “[...] cumprir rigorosamente o que dispõe o ‘Manual do Proprietário’, cujo documento é parte integrante deste instrumento, e do qual o outorgante declara ter conhecimento” (SUHAB, 2007, p.1). É obrigado também a não abandonar, ceder, vender, arrendar, locar, emprestar ou transferir a qualquer título o uso do bem a terceiros, sob pena de reversão do imóvel ao domínio da SUHAB.

Já a empresa construtora é acionada para responder a vazamentos, defeitos elétricos e manutenção da unidade, no prazo de seis meses; e pelos defeitos estruturais da construção no prazo de cinco anos. Quando há necessidade de orientação técnica, ou aparece algum buraco

no solo, a calçada ou a lixeira são quebradas, os técnicos chamam o setor de engenharia do Prosamim para avaliação e solução do problema. Nos casos de destruição de casas por destelhamentos e alagações, em consequência de chuvas e vendavais, como os registrados nos jornais locais em outubro de 2011, é a empresa construtora que deve agir. Houve estragos no PRM e, principalmente, no PRGM, onde o “vendaval arrancou as telhas da cobertura dos blocos, que caíram sobre as casas, carros e no meio da rua, transformando a vizinhança em um cenário de destruição” (PRESTES, 2011b, p.C2).

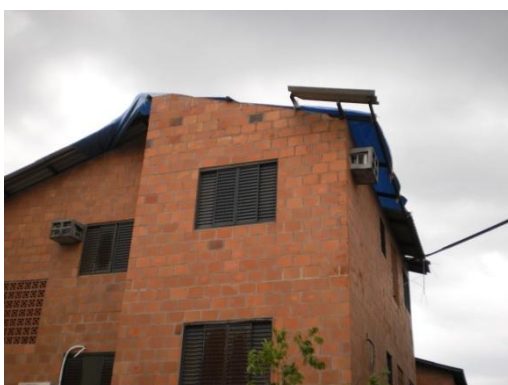


Figura 11: Destelhamento PRGM.
Fonte: Meneghini, 2011.



Figura 12: Destelhamento PRGM.
Fonte: Meneghini, 2011.

Durante os meses de trabalho de campo, em que frequentei o “casarão”, acompanhei o dia-a-dia dos técnicos e recebi explicações sobre as atividades desenvolvidas. Na maior parte do tempo, observei-os aguardarem no escritório a visita dos moradores para o registro de problemas. Quando Rosana, técnica psicóloga, estava no escritório, era para ela que os moradores se dirigiam para resolver seus problemas, independente de quem por lá estivesse. “Cadê a Rosana?”, perguntavam ao abrir a porta. Pela disponibilidade em me explicar tudo e responder as minhas inúmeras perguntas com paciência, eu acabava fazendo o mesmo que eles. Os outros técnicos não me davam a mesma atenção. No início, talvez não por falta de vontade, ou de tempo, mas mais por falta de conhecimento. Rosana sabia os nomes e as histórias dos moradores com detalhes. Havia acompanhado o processo de reassentamento. “Gosto de conhecer as pessoas, de descobrir como é a vida delas”, explicava-me. Se Rosana não estivesse no escritório, o silêncio dos técnicos abafava qualquer tentativa minha de conversa. Sentia-os desconfiados. Então, eu saía da sala e buscava a companhia dos moradores, que tinham sempre alguma coisa para me contar.

“Que vida boa ô ô!”⁵. Assim dona Sílvia, moradora da Quadra II, disse-me ter acordado-as numa tarde, ao entrar no escritório, e surpreendê-las dando um cochilo. Para essa moradora, como para muitos, com os quais pude trocar uma palavra, as técnicas “não querem é saber de trabalho, não fazem nada”. Acrescentava que quando não havia o ESGC, e elas trabalhavam na tenda debaixo da Ponte da Leonardo não era diferente. Suponho que isso se dava em parte pela ausência de poder de tomada de decisão delas, que estavam limitadas a notificar o que ocorria nas unidades habitacionais aos órgãos competentes e seus superiores. Na prática, na situação de mediação, não resolviam diretamente os problemas dos moradores.

Refiro-me mais às técnicas, no feminino, porque era raro o dia em que encontrava Alfredo, o único homem da equipe social, conhecido como “apoio”, no “casarão”. Nunca houve uma explicação precisa a respeito de sua função. Não tive contato com ele, pois quase não o via. Com os biólogos, Pedro e Mario, da ambiental, eu tinha mais desencontros do que encontros. Se eu estivesse de manhã, o que não era tão comum, eles estavam fazendo algum serviço fora. Se, pela tarde, já tinham estado lá de manhã, ou faziam algo fora. Estive com eles, no entanto, em eventos, em finais de semana, ou mesmo depois do horário de expediente em “ações” da UGPI que foram até mais tarde. Como eu, eles faziam pesquisas de pós-graduação sobre o Prosamim, só que as deles voltadas para o enfoque ambiental. Os dois biólogos não se relacionavam bem, e não trabalhavam juntos. Os eventos ambientais não eram organizados pelos dois em parceria. Eram atividades isoladas, ora de um, ora de outro, e com as técnicas do social.

O evento de comemoração do dia do meio ambiente, por exemplo, foi programado somente por Pedro com a ajuda da nutricionista, do social. Já o curso de jardinagem, meses mais tarde, foi realizado por Mario sem o apoio do outro biólogo. Eles não estavam presentes no “casarão” com a mesma frequência que as técnicas do social. Sempre que eu perguntava sobre a ausência de algum deles, do social ou do ambiental, que não estivesse lá, recebia a resposta padrão: “está fazendo um serviço fora [na UGPI ou em outra unidade habitacional]”.

Entre as técnicas, além de Roberta, Rosana, Carmen e Ana, havia Amélia e Eliana. O trabalho de Roberta era a organização de cursos de etiqueta urbana e social, de manipulação de alimentos e de educação sanitária e ambiental. Este último normalmente em parceria com Pedro. Para Carmen e Ana, ficava o curso de etiqueta infantil e atendimento dos moradores. Eliana dava apoio às atividades acima citadas. Com Amélia, tive pouco contato. Ela estava de licença do trabalho e retornou quando eu finalizava a pesquisa de campo. Vi a movimentação

⁵ Cantou parte da música Vida Boa, da dupla sertaneja Victor e Léo.

dela e de Rosana, para buscar cursos, e inscrever os jovens do Prosamim (das unidades habitacionais), no Programa Menor Aprendiz⁶. Por solicitação dos moradores, os agentes costumavam ir a casa daqueles para mediar conflitos entre vizinhos. Quem estivesse no escritório, da equipe social ou ambiental, tentava solucionar o problema.

Havia no ESGC uma verdadeira guerra por distinção, o que dificultava o desenvolvimento das atividades. Se alguém se empenhasse em executar uma “ação” e, por isso, ganhasse um mínimo de destaque, o ambiente se tencionava e ficava evidente a faccionalização dos grupos. Na minha frente, eles ficavam comedidos e silenciosos. Depois, separadamente, ouvia as versões de alguns segmentos, suas queixas, acusações e julgamentos. Digo de alguns, porque, como já expliquei, não consegui me aproximar da maioria deles. Quando falava com os moradores, que tudo observavam, era atualizada do que se passava a partir do ponto de vista deles. “Eles [técnicos] são da elite, eles que se entendam”, brincavam.

Nem todos os técnicos estavam dispostos a interagir comigo. Mais tarde, porém, entendi que nem comigo nem com os moradores. Havia distanciamento de alguns. Uma assistente social chegou a comentar comigo não ter afinidade com aquele trabalho. De modo menos aberto, eles mantinham a distinção na hora da merenda, durante os cursos ou festas. Uma parte dos comes e bebes era levada para dentro da sala, onde eles se reuniam, sem os moradores, para comer dentro do ambiente climatizado - por muitos meses, esse era o único local do ESGC em que havia aparelho de ar-condicionado.

A disputa ficava pior quando envolvia os moradores. Cheguei por lá em fevereiro de 2011 e vi técnicos e moradores conviverem bem. Com o passar dos meses, essa relação foi mudando. Não que minha observação passasse a ser mais aguçada. Na verdade, era o terceiro mês de funcionamento do ESGC – iniciado em dezembro de 2010. O conflito de interesses desgastou a relação entre eles e no meio do ano seguinte, a realidade era outra. Os membros da Ampare discordavam de determinadas atitudes dos técnicos e reivindicavam uma postura diferente. Os técnicos queriam que as coisas acontecessem do seu modo, o que gerava mais desentendimento.

Ilustra bem isso o caso dos cursos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Por falta de atividades de seu interesse no “casarão”, os membros da Ampare, gastando seu próprio dinheiro para passagem de ônibus, e seu tempo, foram atrás desses cursos para os moradores do PRM. Cursos de empreendedorismo, de café regional, de tortas e de customização de camisetas. Providenciaram a papelada, fizeram a

⁶ Um programa do Governo Federal, que oportuniza o primeiro emprego a jovens.

divulgação entre os moradores, orientaram as inscrições. Em feriados e fins de semana, a mesa com formulários estava posta na parte de fora do ESGC para os interessados. Após meses de planejamento e trabalho solitário da associação, no dia em que foi iniciado o primeiro curso, os membros da Ampare me revelaram que uma técnica pediu os formulários de inscrição para registro da UGPI, o que rendeu muita tensão. De acordo com o que me narraram, ela queria registrar a atividade, que era dos moradores, como uma “ação” de gestão compartilhada. E, claro, incluir os dados, com as fotos do evento, no relatório para o BID. Diante da negativa, a técnica voltou a insistir, criando uma situação de mal estar que se estenderia indefinidamente. A relação entre eles não seria mais a mesma. Os moradores das Quadras I e II identificaram a mudança e comentaram o fato comigo. Seu Ribamar, que era membro da Amoparma, afirmou que a Ampare não era mais a “queridinha da UGPI”. E que eles, da Amoparma, já tinham passado por isso também. “O problema é quando a gente discorda deles [UGPI]”.

Situações semelhantes se repetiriam. Houve o dia em que apareceu de penetra um técnico numa reunião de moradores da Quadra III. Ele pediu a palavra e não quis mais largar o microfone, fazendo propaganda das “ações” da UGPI. Enquanto falava, deu-me a sua câmera fotográfica e solicitou que eu registrasse a sua apresentação. Descrentes, os moradores, ao notarem o rumo que a reunião tomava, foram abandonando o local. Ainda haveria casos, como o da técnica que foi afastada por agir de maneira desrespeitosa com os moradores. Não foi essa a justificativa que me deram os técnicos, mas eu ficava pelo “casarão” tempo suficiente para saber o que acontecia. Ela tratava os membros da Ampare com desconfiança, como se fossem pessoas desonestas, capazes de cometer furtos, e sem condições de usar a mesma cozinha do escritório. Violava os princípios de gestão compartilhada do Programa, e do próprio ESGC.

Antes que o conflito se intensificasse, diante da reivindicação dos moradores por uma atitude da direção da UGPI, a técnica foi remanejada. Aliás, era ela, por exemplo, quem dificultava a atividade de extensão do Centro Universitário do Norte (Uninorte) com os idosos. Antônio, morador da Quadra III, e membro da Ampare, relatou-me que a técnica ficou incomodada com o trabalho, porque quem tinha especialização com idosos era ela. Alguém de fora estava realizando o que ela fora capacitada para fazer, não fosse sua ausência de interesse em se envolver com os moradores. Como não conseguiu se inserir na atividade de extensão, logo não podia registrar isso como “ação” de sustentabilidade socioambiental e gestão compartilhada, nos relatórios do BID. Passou a criar obstáculos à atividade. Mais adiante me deterei sobre o assunto.

Algumas vezes, verifiquei moradores procurarem as psicólogas para consultas pessoais. Elas atendiam cada um prontamente. Havia desentendimentos entre vizinhos. Barulho e som alto. Ameaças de morte de vizinho usuário de drogas aos não usuários. Água suja que escorria do apartamento de cima para o debaixo. “Nós somos aqui polícia, juiz e delegado”, considerou Ana, assistente social, que percebia a necessidade dos moradores de serem ouvidos.

Era comum, os moradores procurarem o “casarão” para se queixar de rachaduras, canos estourados, torneiras quebradas, vazamentos diversos, calçada destruída pelo caminhão de lixo, falta de limpeza das áreas comuns, grama precisando de corte. Pedir orientação sobre uma mudança física que desejassem fazer no apartamento. Sobre essas orientações, acompanhei Rosana durante visita a alguns deles com um engenheiro do Prosamim. Foi ela, por sinal, quem o chamou para percorrer os apartamentos.

Dona Etelvina, da Quadra II, transformou a casa dela em uma república para garotos. A área de serviço, do primeiro andar duplex, virou um terceiro quarto, em que ela dorme com a filha pequena. Os dois quartos do segundo andar duplex, abrigam três garotos em cada um. Seis universitários alugam as camas. A sala virou uma grande cozinha comunitária. Ela não pode trabalhar fora, porque não tem com quem deixar a filha pequena. O aluguel dos quartos serve de renda. O engenheiro assegurou que as mudanças não afetariam a estrutura do bloco, pois ela não mexeu em colunas, vigas, portas e janelas. Entretanto, seria notificada por não estar agindo de maneira regular. O apartamento não podia ser usado como albergue.

Seu Rafael, da Quadra III, gradeou parte de área de uso comum do bloco. Por causa do roubo de roupas do varal que ocorria nessa área, ele fez um “puxadinho” atrás de sua casa e, com isso, limitou o acesso dos vizinhos a suas respectivas caixas de esgoto. O muro baixinho de concreto, na altura dos joelhos, com grades completando o fechamento até o teto, passa por cima de uma canaleta. Mas o técnico revelou que não afeta a segurança da estrutura do bloco. Só alertou para a possibilidade de a SUHAB aparecer por lá e destruir o que foi feito irregularmente. O morador confessou que vizinhos estão pensando em cercar toda a parte de trás do bloco. Os “puxadinhos” com grades aumentavam rapidamente. O engenheiro brincou, dizendo: “Faz logo uma piscina, cerca o jardim, e transforma num condomínio, vai”.

Dona Dirce, da Quadra III, quebrou os tijolos da parede e colocou o cano de água de torneira, que era da área de serviço interna, para fora da casa, fazendo uma espécie de área de serviço externa. Agora, ela quer fazer um “puxadinho”, de concreto e grade, para cercar essa área, assim como fez o morador acima mencionado. Isso porque a conta de água dela está

dando muito alta. Os moradores, que tiveram sua água cortada por falta de pagamento (por causa da conta de alto valor), passam ali de noite para roubar a água dela. Dona Helena sorria, enquanto explicava a situação, reconhecendo o problema criado por ela mesma. Fazia questão de achar uma solução, ainda que “irregular”. Não deixaria de ser notificada pelas irregularidades.

Presenciava com frequência alguns técnicos impacientes. Eles me justificavam que estavam cansados daquilo, porque as reclamações dos moradores muitas vezes não procediam. Uma assistente social me relatou que apareceu uma moradora que tinha quebrado a torneira e queria que a UGPI consertasse-a. Por mais que eles explicassem quais eram as obrigações do órgão, e tudo estivesse especificado no Manual (2007), os moradores saiam de lá chateados e sem concordar com as explicações. “Não adianta, eles não fazem nada”, reclamava uma moradora.

Havia ocasiões em que o morador insatisfeito jogava a culpa dos problemas no Programa. “Ah, porque lá onde eu morava não acontecia isso, mas vocês me tiraram da minha casa”. Rosana me disse que quando isso acontecia, ela buscava no banco de dados do computador as fotografias e informações do morador em questão. Mostrava-as na tela a ele. “É essa a casa onde você morava? Aí, ele vê e não tem mais o que dizer”. Tal prática pode ser traduzida como uma peça na engrenagem da disciplina. As fotografias e os dados da antiga casa e da família do morador compõem o que Foucault (2009) chamaria de um sistema de registro intenso e de acumulação documental, usados para melhor estabelecer a disciplina.

Em pouco tempo compreendi que se não houvesse a visita de representantes do BID, ou de subcoordenadores da UGPI, ou a promoção de eventos pela Ampare, a calma imperava no “casarão”. Dava logo pra saber que haveria visita importante pela agitação dos técnicos, preocupados em mostrar seu trabalho, e fotografar o público de moradores. Dona Ruth, aposentada, moradora do entorno, que não teve sua casa derrubada, não precisou ser reassentada, e mantinha boa relação com o pessoal do PRM, costumava observar tudo que acontecia por lá.

Certa vez, veio me contar revoltada o que presenciara no dia anterior. Eu estava na frente da casa de um morador da Quadra III, jogando conversa fora. Ela levou pão fresco para nossa merenda e, enquanto preparava um café, me disse que foi abordada na rua, em frente ao ESGC, no dia anterior, para participar de uma palestra de Economia Doméstica. Ficou surpresa com a forma de abordagem de uma assistente social, que repetia aperreada: “Ai, meu Deus, o que o Dr. Carlos [subcoordenador geral da UGPI] vai dizer? Não tem ninguém!”.

A técnica, de acordo com dona Ruth, pedia que, por favor, as pessoas, que pela rua passavam, entrassem para assistir à palestra. A moradora do entorno revelou que ficou muito triste em ver uma profissional agir daquele modo, porque aquilo significava desorganização. Para ela, as pessoas precisavam ser perguntadas sobre seus interesses e avisadas antecipadamente sobre os eventos, e não daquela maneira constrangedora. “Eu não sabia que ali tinha psicóloga. E o que ela faz, afinal de contas? Me diz o que ela faz? Eles não saem de lá de dentro. Eu não vejo esse trabalho”, indagava-me assustada. Depois, dona Ruth me confessou que uma vizinha, que estava com ela, acabou entrando para assistir à palestra, pois estava “com pena” da técnica.

Fiquei em silêncio. Ouvi tudo com atenção e com cuidado para disfarçar minha surpresa diante de toda inquietude daquela senhora. Ela era sempre tão contida. Em seguida, sugeri que fizesse essas perguntas a alguém do ESGC. Eu era da universidade e estava lá fazendo uma pesquisa. Não era funcionária do GEA. Por ser figura constante no dia-a-dia do PRM e do “casarão”, às vezes era confundida com os técnicos por aqueles que não estavam ali dentro com tanta frequência e não me conheciam.

No decorrer de minha pesquisa, verifiquei as melhorias no “casarão”. Havia um pequeno auditório e outras salas - que funcionavam a maior parte do tempo como depósito de cadeiras e mesas velhas. A sala maior era usada pelos técnicos do setor social como escritório. Outra, menor, era usada pelos dois biólogos do setor ambiental. Uma menor foi cedida aos membros da Ampare para sede da associação. A Amoparma não quis a sala que lhe foi oferecida por estar localizada na Quadra III. Por volta do meio do ano de 2011, foram instalados aparelhos de ar-condicionado. A da Ampare foi a única que não recebeu climatização.

Lá não havia serviços de telefonia, correios e internet. Desde que foi inaugurado, em 2007, o PRM, em suas três quadras, não contava com tais serviços. O ESGC, por estar nele situado, estava na mesma situação. Os técnicos usavam seus próprios telefones celulares e modems de internet particulares para o trabalho. Se precisassem ir à outra unidade habitacional, tinham que usar seu próprio carro sem ajuda do Estado de custo de combustível ou passagem de ônibus. Eles me diziam que essas coisas atrapalhavam bastante o andamento das atividades.

As correspondências eram buscadas nos Correios, pelo presidente da associação da Quadra III, e colocadas por ele numa caixa, que ficava na entrada do “casarão”. Ali, cada morador tinha que procurar e separar suas cartas. As das Quadras I e II eram entregues ao presidente de sua associação e por ele direcionadas aos demais moradores. Vale ressaltar que

isso não acontecia por falta de iniciativa deles para resolver a situação. Pude ver muitas de suas tentativas esbarrarem na burocracia e no desentendimento entre Estado e Prefeitura. “Antes, quando eu morava lá no igarapé, o carteiro chegava até minha casa. Tinha telefone, internet e televisão a cabo”, afirmou dona Mariana.

2.4 A NOVA VIDA

Cerca de três anos após sua inauguração, o PRM tinha certa oscilação de moradores. Apesar de proibidos a venda ou o aluguel de apartamentos, por pelo menos dez anos, muitas eram vendidas e alugadas. Os exemplos são variados. Havia o caso de um morador, que vendeu a unidade, e logo depois retornou para morar de aluguel. A moradora que recebeu a chave simbólica do PRM, na inauguração, e precisou vender o apartamento para pagar as dívidas adquiridas pelas contas atrasadas de água. E, por falar nisso, o motivo para a mudança mais recorrentemente mencionado é a falta de condições para pagar as contas de água e energia. A taxa de esgoto, de 80%, que vem na conta de água, gera revolta entre eles.

Junto com as chaves, o novo morador recebe um Manual (2007), com a planta do imóvel, que já fora apresentado e explicado anteriormente nos cursos de pré-reassentamento. Nele consta o que pode e o que não pode ser feito no apartamento e nos espaços de uso comum do parque residencial, bem como quais as responsabilidades do morador e da empresa construtora. Ele “[...] vai lhe dizer tudo sobre sua casa nova e, principalmente, informá-lo como cuidar dela” (BRAGA, 2007, p.3). Aliás, uma prática semelhante a dos condomínios de classe média/ alta de Manaus.

No Manual (2007), está registrado o modelo de comportamento ao qual o morador deve se adequar. Não pode demolir paredes internas nem externas; construir paredes internas; fazer abertura de portas, de janelas, de vão na laje nem em paredes internas e externas; alterar a arquitetura externa do prédio, na forma, na pintura nem nas esquadrias; mudar as instalações elétricas e hidráulicas; instalar banheiras; fechar a área da varanda; construir cobertura na área da varanda; colocar toldos; alterar a estrutura do telhado; fazer alterações que impliquem em demolição parcial ou total de partes estruturais da casa e alterações nas instalações hidráulicas, elétricas e outras da casa; construir um segundo pavimento na moradia, pois a estrutura de alvenaria e de laje não suporta sobrecarga.

Mesmo não sendo permitido, paredes e colunas são demolidas para que o apartamento seja transformado em salão de beleza ou em empresa gráfica. Janelas e portas são retiradas de uma parede e colocadas em outra. O solo construído do espaço “entre blocos” não

foi construído para suportar o peso de veículos nem de “puxadinhos”, podendo vir a ceder, o que torna o estacionamento nele proibido. A instalação de toldos e a colocação de portas nas escadas são práticas condenadas, mas comuns entre as moradias nas três quadras.

Embora proibida, a descaracterização da moradia por instalação de comércio, as mercearias, as lanchonetes e os salões de beleza tem proliferado rapidamente. Como eles, aumentaram as instalações de grades de ferro nas portas e janelas. “Puxadinhos” e grades foram colocados fechando áreas de uso comum. Paredes e portas externas foram pintadas diferentemente do padrão estabelecido pelo Programa. Veículos são estacionados nos locais proibidos. Luis, morador da Quadra II, por exemplo, tem usado o espaço “entre blocos” como oficina de ferragem particular. É ele, por sinal, quem vende e instala as grades nos apartamentos do PRM.

As chamadas “irregularidades” aumentavam a cada dia. Para muitos moradores a falta de “punição” era o principal motivo do “problema”. Eles contavam que desde o pré-assentamento recebiam orientação de como deviam se comportar no apartamento, em solo criado, e em seus espaços públicos. Porém, mostravam-se agredidos com a ausência de “punição” aos infratores. Parte deles culpava a ineficiência dos técnicos do ESGC. Outros reconheciam a “boa vontade” desses profissionais, embora isso não fosse suficiente. Estes, por sua vez, diziam ter a função de notificar as irregularidades ao órgão competente – SUHAB, empresa construtora ou UGPI. Quando abordados, os “infratores” diziam que só retirariam a grade ou desfariam o “puxadinho”, se o vizinho, a seu turno, corrigisse sua infração. “Falei com ele, mas disse que só tira a grade se o vizinho tirar a dele primeiro”, explicou-me Rosana sobre o que chamava de resultado de ausência de punição.

Associo essa relação aos estudos de Foucault (2009) sobre métodos punitivos. A notificação dos técnicos aos moradores diante das irregularidades funciona mais como um ritual político. Seria uma cerimônia por meio da qual se manifesta o poder. Mais simbólica do que eficaz, uma vez que não importa se findará numa punição, a notificação é uma manifestação do poder. É um ritual para reforçar a posição de quem o detém e de quem a ele está submetido. Ou seja, os técnicos tem o poder de acusar a irregularidade, o direito de apontar quem está irregular, e os moradores estão a eles submetidos.

O conflito entre os moradores começa ao se darem conta de que alguns podem e outros não. Se fulano faz e não acontece nada, por que é proibido? Ser proibido inibe uns e não outros. Aqueles que deixam de fazer algo, por causa da proibição, sentem-se injustiçados. A eles cabe o direito de clamar pela punição dos monstros infratores. Foucault (2006) considera que a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social. O infrator passa a ser

percebido como um inimigo comum da sociedade. Um verdadeiro monstro traidor que todos têm o direito de punir. No PRM, quem produz tais monstros é o Estado, através dos profissionais do escritório socioambiental, com a imposição de uma etiqueta urbana. Quem resiste a ela é o monstro, o traidor, o infrator, aquele que “não tirou o igarapé de dentro si” e deve ser notificado de sua inadequação a vida urbana e civilizada.

O manual do proprietário materializa o que Foucault (2009) chama de “medida precisa”, para assegurar a eficácia do sistema punitivo. O autor aponta para a necessidade de as leis, que definem os crimes, estarem perfeitamente claras a todos os membros da sociedade, de modo que possam distinguir as ações criminosas das ações virtuosas. No PRM, e nas demais unidades habitacionais do Prosamim, o manual expressa o que se pode ou não fazer na nova moradia. Mais do que orientações para conhecimento e manutenção da infraestrutura dos apartamentos, ele dita as regras de comportamento para o “bem estar”. Entre elas, deve-se evitar estender roupas ou bater tapetes nas janelas; e não depositar objetos pessoais nas áreas de circulação e acesso.

Já o entendimento dos moradores de que os técnicos “não fazem nada” é resultado de uma “esperança de impunidade”, algo que acaba tornando frágil o instrumento das leis (Foucault, 2009). Esses profissionais representam o Estado, a autoridade maior no PRM. A eles cabe uma conduta punitiva perante uma infração. Se a punição, prometida no manual e registrada nos computadores, não acontece, o instrumento das leis mostra-se frágil. Portanto, quem quiser vai, sim, fazer o “puxadinho” e montar seu comércio, porque, mesmo proibidos no papel, muita gente faz e nada acontece. Ninguém sofre penalidades.

O Prosamim é percebido como intrigante. “Eles tem um quadro de assistentes sociais e psicólogos que a única coisa que não fazem é atuar como assistentes sociais e psicólogos. Fico besta de ver um negócio desse!”, reconhecia seu Ribamar. Ele relatou que o filho de um vizinho foi assassinado na varanda do apartamento no PRM. Havia relação com a criminalidade gerada pelo tráfico e pelo uso de drogas. Desesperado, o pai do rapaz dizia querer se mudar dali. No dia seguinte, Rosana e Fernando, psicólogos da UGPI, passaram perto de lá para arrancar um *banner* irregular de uma mercearia. Seu Ribamar disse-me ter lhes sugerido uma visita ao vizinho que perdera o filho. “Eles ignoraram”.

Embora os crimes por causa das drogas continuassem, ele me relatou outro caso sem relação com a criminalidade. Uma vizinha perdera o marido, a filha e a sogra em menos de quarenta dias. Os técnicos, de acordo com seu Ribamar, não visitavam essas pessoas, o que o fazia duvidar da proposta de suporte social do Programa. “Eduardo [ex-governador] disse que com o Prosamim não era só a residência que mudava. Tinha um amparo social. Isso não

existe. É tudo uma maquiagem. Faz curso ali, e acaba nisso mesmo. Vivem de festinhas, de data comemorativa. Acabou, espera outra data”, lamentava.

Além das adversidades nas relações, constatei situações bastante incômodas, frequentemente mencionadas pelos moradores. O lixo, o tráfico de drogas e a falta de segurança presentes na vida no igarapé (Rima, 2004) eram considerados por quem ali vivia como aspectos negativos existentes também na nova moradia. Os moradores das três quadras reclamavam que não havia limpeza periódica da prefeitura das ruas e praças. A área era considerada de responsabilidade do governo do Estado. O lixo estava espalhado por todo o PRM, mas em maior quantidade nas Quadras I e II.

Os moradores da Quadra III às vezes faziam mutirões de limpeza com as crianças. Ao final, conversavam sobre o que fora encontrado a fim de que a prática de jogar lixo na rua fosse reduzida. Vi moradores diferentes, em vários horários, com vassouras nas mãos, limpando a frente de seus blocos, a praça, a rua, as áreas de uso comum entre os blocos. Presenciei caminhões de limpeza do Estado, somente duas vezes, levarem trabalhadores para cortar a grama. As poucas plantas do que foi recuperado de área verde no PRM ficava sem água e cuidados a maior parte do tempo. Seu Ribamar revelou-me que gostaria de poder molhar as plantas do jardim. No entanto, isso representaria aumento na conta de água, que já era alta, apesar de seus esforços no controle do número de descargas do sanitário e do tempo de banho de seus filhos.

A maior parte dos moradores com os quais conversei costumava declarar sua insatisfação quanto à segurança. O tráfico e o consumo de drogas, a ausência de policiamento, os espaços públicos ocupados por usuários de drogas e o grande número de entradas/ saídas nas unidades habitacionais, que permite a fuga fácil de “bandidos”, eram algumas “falhas do Programa”, comuns ao PRM e ao PRJP, de acordo com quem neles vivia. O PRM era chamado por alguns de seus moradores de “*drive-in*” de drogas. Os usuários compravam o produto sem sair do carro.

O espaço conhecido como “centro social” da Quadra I foi por um tempo ocupado por traficantes e usuários de drogas. A comunidade não podia usá-lo. Moradores mobilizaram-se pelo seu uso e, por R\$ 50 reais mensais, contrataram um serviço de segurança particular, sem saber exatamente de quem se tratava. Uma equipe de seis homens se revezava durante a semana das 20h às 6h. Eles eram pagos para manter a segurança e a ordem do centro social e das unidades dos moradores que pagavam a taxa. A área era ocupada com atividades da comunidade, como aulas de capoeira, aulas de reforço escolar, cultos evangélicos, aniversários. Tudo organizado pelos próprios moradores sem a interferência da UGPI.

Pouco mais de um mês, os usuários de drogas das Quadras I e II procuraram o presidente da associação para reclamar das agressões físicas que sofriam dos seguranças. A agressão passou a incomodar parte dos moradores, que chamava os usuários, adolescentes de lá, de “nossos meninos”. “Os meninos daqui são todos bons. Alguns são viciados. O problema vem de fora. Marginal de fora vem atrás deles e aí o jornal diz logo que ‘mataram um no Prosamim’”, contou-me dona Sílvia.

O presidente e os moradores incomodados com o fato procuraram os agentes do ESGC para pedir orientações de como proceder. Eles queriam desfazer o acordo, mas eram ameaçados pelos seguranças que não aceitavam a demissão. Todos, técnicos e moradores, participaram de uma reunião com policiais do Estado para receber orientações de como agir. Tudo terminou bem. Os seguranças saíram de lá e os “meninos” voltaram a ficar sossegados.

O presidente da Amoparma não considerava como tal o espaço chamado pelos técnicos de centro social. “Aquilo é só uma área de lazer, não chega a ser um centro social, como o da Quadra III”. Dona Sílvia me explicou que o GEA entregou o espaço para a comunidade, que não soube gerenciá-lo e o perdeu para os “marginais”. E apenas durante o período de minha pesquisa os moradores estavam recuperando sua ocupação e gerência. “A associação daqui não funciona”, concluía. Para muitos moradores das três quadras, isso repercutiria mais tarde na relação entre a UGPI e a associação da Quadra III. A UGPI teria receio de entregar a Ampare o espaço do escritório socioambiental. Receio de que tivesse o mesmo destino que o das Quadras I e II.

O Estado/ UGPI cobrava um comportamento dos moradores condizente com a etiqueta urbana, preestabelecida nas ações do processo de deslocamento, sintetizadas no Manual (2007), por entender que assim estaria cumprindo a política do BID de minimizar os danos do reassentamento involuntário. Os moradores cobravam do Estado uma conduta ordenatória punitiva, tanto em relação às irregularidades de infraestrutura, quanto à insegurança e ao tráfico de drogas. Quanto mais os técnicos eram alvos de “falta de credibilidade”, mais os moradores entravam em conflito uns com os outros e com os técnicos. Apresenta-se, assim, um verdadeiro mosaico de tensões, manifestas nas múltiplas segmentações de quadras, associações e grupos.

2.5 AS ETIQUETAS: URBANA E DE IGARAPÉ.

O entendimento do que acontece no PRM passa pela compreensão de diferenças e tensões entre os moradores de suas três quadras. Eles mesmos se referiam uns aos outros

através da quadra da qual faziam parte. A realidade observada no PRM me remete ao estudo de Elias (2000) sobre a comunidade denominada de Winston Parva, onde a diferença e a desigualdade social eram descritas como relações entre estabelecidos e *outsiders*. Ali, um grupo era composto de antigos residentes (os estabelecidos), e o outro era de recém-chegados (os *outsiders*). A diferença entre eles era o tempo de residência no lugar.

A partir do modelo de figuração estabelecidos-*outsiders* desse autor, penso o PRM como um microcosmo, com suas três quadras formando dois grupos distintos. Mas, ao contrário do que ocorre em Winston Parva, situo o grupo das Quadras I e II, o mais antigo, como o de *outsiders*. E a Quadra III como o de estabelecidos. Não é, portanto, o tempo de permanência no local que os diferencia nesse caso. Mesmo assim emprego esse modelo porque o poder é o elemento diferencial de coesão e integração (Elias, 2000). Afinal, “[...] Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS, 2000, p.23). Em Winston Parva, o que conferia poder aos estabelecidos era o tempo de permanência no local, enquanto no PRM era a maior absorção da etiqueta instituída pela UGPI.

Na verdade, esse modelo de Elias (2000) me permite pensar o PRM em duas dimensões. Uma, mencionada acima, que se refere aos moradores das Quadras I e II (*outsiders*) em relação aos moradores da Quadra III (estabelecidos); e a outra, ao conjunto de moradores das três quadras (*outsiders*) em relação aos do entorno (estabelecidos) – Vila Betel e Rua Major Gabriel. Nesse campo de disputas, o Estado aparece através de seus agentes da UGPI fornecendo uma etiqueta urbana do Prosamim em detrimento da etiqueta de igarapé vigente até sua intervenção.

No primeiro caso, mesmo sendo o mais antigo, o grupo das Quadras I e II é que é o estigmatizado, o inferior e o diferente. O discurso dos estabelecidos e dos moradores do entorno é de que nessas quadras só há “povão”, “gente mal-educada” e “problemática”, enquanto a III concentra gente “mais selecionada”, com “mais cultura”. Como os grupos relatados por Elias, “[...] os membros de um deles sentiam-se impelidos [...] a tratar os de outros, coletivamente, com desprezo, como pessoas menos educadas e, portanto, de valor humano inferior, se comparadas com eles” (ELIAS, 2000, p.24).

É tido como problemático o morador que comete irregularidades. Nos termos de Valladares (1978) comete “práticas de distorções do sistema”. É quem contraria a etiqueta imposta pelo Programa. Estende roupa na varanda, joga lixo na rua, ouve música alta, constrói “puxadinho”, transforma a moradia em comércio, briga com vizinho, vende ou aluga o imóvel. Não é problemático o que segue o comportamento padronizado como correto pelo

Estado no Manual (2007) e nos cursos de etiqueta. Ou, em termos foucaultianos, não ser problemático é ser dócil. Poder ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. Ser problemático, ao contrário, é resistir a essa submissão, utilização, transformação e aperfeiçoamento, impostos nos cursos do Prosamim. Os cursos assim entendidos como disciplina, “[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade.” (FOUCAULT, 2009, p.133). E essa disciplina, para o autor, é que fabrica os submissos e exercitados corpos dóceis.

O estigma, que conduz as relações entre estabelecidos e *outsiders*, é tema de estudos de Goffman (2008). Para ele, ter um estigma é estar inabilitado para aceitação social plena em determinada situação. O comportamento de igarapé ilustra o que o autor chama de símbolos de estigma. Estender roupas na janela, atender a porta enrolado na toalha, ouvir música em volume alto e jogar lixo na rua são algumas das práticas que simbolizam o estigma dos “alagadinhos”. Esses símbolos “são efetivos para despertar atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo” (GOFFMAN, 2008, p.53).

Para os moradores do entorno, os moradores do PRM eram os “alagadinhos”, independente da quadra da qual fizessem parte. Porém, numa conversa mais demorada, ao falar sobre esses mesmos “alagadinhos”, eles faziam uso de mais estigmas para acusar as diferenças. O que tornava os moradores das Quadras I e II *outsiders* era o fato de “eles terem saído do igarapé, mas o igarapé não ter saído de dentro deles”. Embora residindo em blocos de apartamentos, modelo duplex, no Centro, ainda se comportavam como “gente de igarapé”, jogando lixo na rua, ouvindo música alta, estendendo roupas na varanda, recebendo visita enrolado na toalha de banho. É lá que se vê mais “boca de fumo” e disputa de traficantes. Se tiver um garoto andando por lá, “usando tênis *Nike*, blusa Maresia e bermuda *Seaway*, a polícia leva na cara de pau”, porque pensa que é traficante. Os policiais batiam no garoto, pegavam o “dinheiro fácil” e depois o soltavam, conforme me contou um morador da Quadra II.

A maior parte daqueles que “tiraram o igarapé de dentro de si” estava morando na Quadra III, onde tinha menos lixo e quase não se escutava música em alto volume. E eram eles os que mais participavam dos eventos promovidos pela equipe de profissionais do ESGC, por causa da mobilização da Ampare, da localização do escritório e da relação com a UGPI. Mesmo que os técnicos discordassem, muitos moradores das Quadras I e II acreditavam que

as atividades realizadas no ESGC eram para os moradores da Quadra III. Se fossem para eles, deveriam ocorrer na área de lazer das Quadras I e II. Os técnicos defendiam que o ESGC era para todo o PRM e que os eventos eram destinados para todos. Explicavam a dificuldade de fazer o mesmo curso duas vezes: uma na Quadra III, e outra na Quadra I (para as Quadras I e II).

Entre minhas hipóteses, defendo a ideia de que o PRM transformou-se em uma unidade habitacional segregada e controlada. A concretização da exclusão de classe fomentada por motivos políticos. Embora o objetivo defendido pelo Estado por meio do Prosamim fosse inserir os ex-moradores de igarapé em uma nova vida urbana, oferecendo-lhes um modelo de comportamento adequado, o que acaba gerando é um efeito contrário. Não os insere na sociedade. A segregação aumenta o estigma e vice-versa. Os moradores expressavam o desejo de ter ali templos religiosos e postos de atendimento médico. A resposta da UGPI era de que não haveria espaço nem necessidade para isso. Esses serviços podiam ser encontrados nas proximidades do PRM.

Sugiro que a etiqueta do Estado estimularia mais segmentação entre os já segregados da sociedade. A absorção maior de uns - moradores da Quadra III - desse padrão serve de demarcador distintivo de poder no confronto com aqueles que não o absorvem e insistem numa etiqueta de igarapé. O poder de incorporação da etiqueta do Estado é que determina quem são o estabelecido e o *outsider*. “[...] as disciplinas caracterizam, classificam, especializam; distribuem ao longo de uma escala, repartem em torno de uma norma, hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros, e, levando ao limite, desqualificam e invalidam” (FOUCAULT, 2009, p.210).

O discurso expresso nas “ações” propostas pelos técnicos da UGPI - o curso de etiqueta urbana, por exemplo - apresenta o Prosamim como um verdadeiro divisor de águas na vida dos moradores. O passado do igarapé, de uma vida “insalubre” e “triste”, deve ser apagado em nome de uma nova vida, possível graças ao Programa, mas que não tem sentido sem uma mudança de comportamento. O acompanhamento pós-reassentamento, com essas práticas, seria a forma pela qual o GEA entendesse atender a política do BID de “assegurar a compensação e reabilitação das pessoas afetadas”. O atendimento aos afetados pelo reassentamento involuntário do Prosamim não alcançava de fato as necessidades e interesses deles.

Haveria no PRM a reprodução - uma vez que a barreira do estigma do igarapé já existia - de identidades estigmatizadas, estimuladas agora pelo próprio Estado por meio do tipo de atividade idealizada e executada por seus técnicos. Ações deslocadas dos anseios dos

moradores, que não permitem uma elevação de escolaridade, status ou classe, mas favorecem a reprodução da pobreza e da marginalização. Há um cenário de violência pelo tráfico e consumo de drogas diante do qual alguns moradores pedem pela presença regular da polícia, enquanto outros, conhecedores da convivência e corrupção da própria polícia, descrentes, fecham-se em seus apartamentos.

A leitura do que o BID, os técnicos do Prosamim e os moradores do PRM entendem como sustentabilidade socioambiental é distinta. Embora o grupo técnico do Prosamim possa vir a entender os cursos de etiqueta urbana e educação sanitária como ações de promoção de sustentabilidade socioambiental ligadas à política do BID, o que ocorre, possivelmente seja um conflito de concepções do que vem a ser sustentabilidade. No nível local, dos agentes promotores dos cursos, a noção de sustentabilidade está ancorada em estereótipos sobre um viver impróprio. Isso sugere uma noção de Estado não-reificada e desessencializada, proposta por Herzfeld (2008), para quem aquele não é um agente autônomo nem monolítico.

O Estado seria apenas um nome que recobre um conjunto aberto de agentes e operações, possuindo como denominador comum o fato de estarem voltados para uma “despoetização” da vida social, ou seja, para a essencialização, naturalização e literalização de experiências sociais sempre múltiplas e polifônicas. Para Herzfeld (2008), “o Estado” expresso no conjunto de instituições e estratégias, seria apostado aos mecanismos sociais mais cotidianos e, em princípio, e ao contrário do que se gosta de imaginar, não ignoram nada do que os antropólogos costumam estudar: as crenças e os mitos, o localismo e a segmentaridade, as identidades e os estereótipos, semeando essências por toda parte.

Segundo Bourdieu (1996), o Estado é o lugar por excelência da concentração do exercício do poder simbólico, um lugar de nomeação, eficaz, porque simbolicamente eficiente e realizado em situação de autoridade e por pessoas autorizadas. O Estado pode impor de modo universal estruturas cognitivas através de instrumentos de construção da realidade social (princípios de classificação de sexo, idade, competência, escolarização) que tornam aceitável a dominação. Segundo Weber (2004), dominação seria eminentemente administração, e estão na administração pública os grandes produtores de problemas sociais. Esses problemas muitas vezes são ratificados e naturalizados como “problemas sociológicos” (falta de sustentabilidade, falta de etiqueta) por uma ciência que adota categorias de Estado afirmando, portanto, um ponto de vista de Estado. Assim, os comportamentos “inadequados” devem ser suprimidos, produzindo subjetividades ou corpos dóceis, conforme a concepção foucaultiana de tecnologia de subjetivação/ de poder disciplinar, que atua na proposta de mudança de vida dos ex-moradores de Igarapé.

A tecnologia de resistência dos moradores do PRM se dá na forma dos variados arranjos comunitários, tais como festas das associações dos moradores, grupos de dança, reuniões religiosas, passeios coletivos a balneários, bingos para ajudar um morador em necessidade. É nesses momentos que o curso de etiqueta se transforma em piada. Na hora de se dirigirem à mesa sempre tem um morador para lembrar, em tom de ironia e seguido de risos: “Pessoal, olha a etiqueta!”. Além disso, a não participação deles nos eventos da UGPI, sejam quais forem, demonstra uma forma de resistência, vista pelos técnicos, contudo, como postura típica de pessoas “problemáticas” - ou sem docilidade -, que “não querem saber de nada”.

2.6 AÍ TEM JACUTINGA

Se Tabajara, o personagem de Várzea dos Afogados, mencionado no capítulo anterior, estivesse ali, no curso de etiqueta urbana, recebendo orientações de como devia se comportar, ganhando presentes e merenda, provavelmente, desconfiaria. Afinal “[...] As más línguas diziam que havia jacutinga por detrás daquela sólida simpatia” (PINTO, 1986, p.35). Para perceber essas coisas, não é preciso o tal preparo para a vida urbana. Bastava que ele se desse conta de que tudo aquilo lhe era inútil.

Isso me remeteu comparativamente à política francesa de reassentamento dos camponeses argelinos descrita por Bourdieu e Sayad (2006). A proposta de reassentamento do Prosamim assemelha-se a lógica da dominação colonial que alicerçou o processo de descamponeização argelino em alguns aspectos. O discurso do Estado, através dos técnicos do Programa, é de que os “beneficiários” só têm a lucrar com o Prosamim. “É um presente de Deus”, dizia a nutricionista. Os ex-moradores de igarapé ganharam um apartamento novo e uma vida digna. Livraram-se daquela vida insalubre e sofrida. Os técnicos defendem a imagem de um Estado bom e generoso, que age pela proteção de seus cidadãos. Para eles, nesse sentido, “[...] proteger é acima de tudo reassentar” (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.9).

A ideia do curso de etiqueta urbana surgiu de uma conversa entre a palestrante Roberta e a subcoordenadora social da UGPI, Ângela. Ela foi chamada por esta para a necessária tarefa de “educar e civilizar esse pessoal”. A técnica me explicou que eles eram “mal educados”, porque foram criados assim no igarapé, numa “terra sem lei”. Durante o acompanhamento das famílias, no processo de reassentamento, ela percebeu a necessidade de inseri-los no novo ambiente. Notava-os deslocados e incapazes de lidar com os

desentendimentos com os vizinhos, na convivência diária, nas unidades habitacionais. “O mérito é meu. Só tinha o nome. Fui eu que fiz as pesquisas e criei o curso”.

Roberta dizia acreditar estar ajudando na melhoria de vida dessas pessoas. Ela estabelecia aos moradores um conjunto de normas de comportamentos estranhos, uma ordem de maneiras e condutas que não foi feita para eles. Estaria encorajada pelo sentimento de realizar um grande desígnio de fazê-los evoluírem.

Graças à ignorância deliberada ou inconsciente das realidades sociais, as autoridades locais frequentemente impunham aos ‘reassentados’ uma ordem absolutamente estranha, uma ordem para a qual não foram feitos e que não fora feita para eles. Encorajados pelo sentimento de realizarem um grande desígnio, ou seja, ‘fazer as massas evoluírem’, excitados pela paixão de ordenar e criar, por vezes empenhando todo seu entusiasmo e todos seus recursos nessas ações, os altos funcionários aplicavam *ipsis literis* esquemas inconscientes de organização que poderiam pertencer à essência de qualquer empreendimento de dominação, sistemática e total (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.11).

De uma família de origem portuguesa, Roberta se considerava uma pessoa “empreendedora, independente e bem-sucedida”. Apreciava viagens, boa comida, teatro e cinema. Descobriu suas habilidades em nutrição nos retiros da igreja Batista, da qual fazia parte havia anos. Funcionária da SUHAB desde 1990, ela estava cedida ao Prosamim para trabalhar com os novos moradores aspectos de nutrição, higiene, manipulação de alimentos, etiqueta urbana e boa convivência. Fez um projeto para o Programa sobre a importância do nutricionista na vida dos futuros moradores dos parques residenciais. Trabalhou durante um ano e meio, no pós-reassentamento, nos conjuntos habitacionais, Nova Cidade e João Paulo II, na zona norte. Chegou ao PRM somente em 2008. Não acompanhou o reassentamento desses moradores, o que teria dificultado seu trabalho educativo.

Durante o curso de etiqueta, descrito no início deste capítulo, a técnica dizia estar compartilhando com os participantes uma sabedoria adquirida por inspiração divina. Em entrevista, revelou que tinha “muito carinho por essas pessoas pouco esclarecidas [os ex-moradores de Igarapé], pois são elas quem Deus mais ama”. As palavras dela me remeteram a ideia amplamente compartilhada entre os técnicos, e pelo senso comum, de que os “beneficiários” do Prosamim são pessoas necessitadas de ajuda.

Uma cena presenciada durante o trabalho de campo torna essa concepção mais clara. Aos sábados, de noite, as crianças do PRM costumavam ir a um teatro próximo dali, que tinha uma programação regular de peças infantis gratuitas. Certa vez, presenciei a encenação da

história de uma libélula e seus amigos. Numa cena, a cigarra aparece desacordada, dando a impressão de ter morrido, e a libélula, sofrendo, por perder a amiga, iniciava uma oração, e pedia fervorosamente a Deus que não a deixasse morrer. Na oração, ela se comprometia a se tornar uma libélula boazinha, generosa e prestativa. Ajudaria os “necessitados”. Prometia “ajudar os moradores do Prosamim”.

Para Roberta, os moradores do PRM precisavam ser educados, civilizados, salvos. Ela demonstrava acreditar ser a pessoa inspirada por Deus para cumprir essa missão. Se, como disse várias vezes, durante o curso, que quem semeia realmente colhe, ela receberia o seu retorno. Na vida nada aconteceria de graça. Haveria sempre uma recompensa para o que se faz. “É algo bíblico”. Assim, ela talvez buscasse salvar os necessitados, os mais amados por Deus, para que este, em seguida, em reconhecimento, salvasse-a também. A técnica ressaltava a não interferência do lado pessoal de sua experiência com Deus no trabalho desempenhado no Programa. Era algo tão arraigado que nem ela mais percebia suas influências.

“A vida insalubre” e “a vida com qualidade de vida”. Para Roberta, a vida daquelas senhoras, que participavam do curso, estava sintetizada nas fotografias apresentadas nos *slides*. Fotos que dividiam a vida delas em “o antes” e “o depois” da intervenção do Prosamim. O “hábito de igarapé”, de “o antes”, era descrito por ela, e pelos demais técnicos, durante todo o período de minha pesquisa de campo, como condutas reprováveis na convivência com as pessoas civilizadas na sociedade. Comportamentos, que, para eles, não condiziam com a nova vida, nos apartamentos duplex, no Centro. Comportamentos ruins, inadequados, constrangedores, que diminuía o status social e humano dos moradores.

O sucesso de seu trabalho era por ela mesma certificado, tendo em vista a diminuição das “bandeirolas” [roupas estendidas na frente dos apartamentos] e das queixas dos moradores quanto às barulhentas festas noturnas de vizinhos ou “orgias”. As orientações de boa convivência teriam funcionado. Mesmo afirmando ter uma boa relação com os moradores, não era isso que eu via no PRM e ouvia nas conversas deles. Pelo contrário, a maneira como lidava com os moradores era baseada na distinção. Ela e os demais técnicos mostravam a todo instante quem mandava e quem obedecia. A relação nunca foi simétrica nem de parceria. Era de dominação mais ou menos perceptível, dependendo da ocasião. E em alusão a palestrante, para enfatizar a maneira como aconteciam as retaliações aos resistentes, um deles me confessou: “Ela nos exclui na etiqueta!”.

Antonio, morador da Quadra III, contou-me chateado que não gostava de como a palestrante se referia a vida de igarapé deles. “Ela diz que a gente saiu da lama, que não era

nada antes. As coisas não eram assim, não.”, contestava. Na verdade, isso pode ser compreendido quando se pensa na política de reassentamento argelina. É como se a técnica fizesse tábua rasa do passado. Pior, o passado era “lama”. O entusiasmo dela era pelo grande feito de modificar e reestruturar a sociedade dos “alagadinhos” - a favela -, que sujava a vitrine do Centro, e do próprio Programa. Reestruturar sociedades é um sonho tão antigo quanto à colonização.

[...] A reorganização do espaço habitado é então encarada inconscientemente como uma maneira definitiva de fazer tábua rasa do passado, impondo uma forma de existência nova, ao mesmo tempo em que imprime no solo a marca da posse. Se a política dos reassentamentos obteve entre os militares uma adesão tão ampla e tão entusiástica, é porque realizou um sonho tão antigo quanto à colonização, isto é, o de ‘modificar’ – como o general Bugeaud disse há um século atrás – ou ‘reestruturar’ – como os coronéis disseram nos anos 1950 – uma sociedade inteira (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.11).

Os técnicos do Prosamim nem se preocupavam em empregar um termo menos agressivo, para fazer jus ao mundo de aparências exaltado pelo próprio curso de etiqueta. Propunham-se realmente a “civilizar” os ex-moradores de igarapé por meio da violência simbólica, da imposição consentida. Seria através do controle de bens simbólicos que os técnicos da UGPI imporiam aos moradores do PRM seu arbitrário cultural, hierarquias e relações de dominação, fazendo-o parecer legítimo (Bourdieu, 2009). Para eles, era bastante legítimo ensinar bons modos aos moradores do PRM, que, mais do que qualquer unidade habitacional, era palco para muitas disputas dos moradores com o Estado - técnicos do ESGC. Na visão bourdiana, tratava-se de fato de um espaço social, construído por práticas resultantes de uma combinação de *habitus*, capital e campo. Uma vez que as preferências e julgamentos, em termos de música, literatura e etiqueta, que definem o modo de agir das pessoas, decorrem de sua posição e distinção no espaço social, o curso de etiqueta era um *show* de violência simbólica.

Usar a etiqueta como instrumento de poder não é uma novidade do Prosamim. Elias (1987) é um dos autores que mais atentou para a relação entre etiqueta e poder. Ao analisar a corte de Luis XIV, o rigor e presença permanente das regras de etiqueta, explica como esta se tornou um meio, de maior abrangência, com características e competências próprias, pelo qual Luiz XIV podia controlar, dominar e manipular todos os membros da corte. Sua importância era tamanha que a mesma demarcou as classes sociais e as posições hierárquicas, instalou conflitos, divergências e pressões, fazendo crescer a interdependência entre o rei e os nobres.

O cerimonial e a etiqueta tornaram-se um movimento contínuo dentro da sociedade cortesã francesa, convertendo-se de um simples ato do cerimonial sem valor sociológico para um importante instrumento de dominação.

A etiqueta da corte é um elemento associado a um longo processo civilizatório (processo progressivo e não programado). Elias (1994) relaciona a constituição do Estado desde a Idade Média, através da arrecadação de impostos, polícia, forças armadas, lei e outros, com a elaboração de aspectos temporais presentes na formação da consciência e no autocontrole individual. Ou seja, a regulamentação do Estado teria acompanhado o desenvolvimento de regras internas presentes na formação da subjetividade e na coordenação de atividades na sociedade. Elias (1989) usa o termo “coação social” para explicar como na sociedade industrial um novo modelo de tempo surge e pauta a subjetividade das pessoas. Com a disciplinarização temporal presente desde a constituição da identidade, a modernidade produz um tempo representado “[...] pela velocidade de relógios, calendários e horários, ostenta nessa sociedade as propriedades que fomentam coações que o indivíduo impõe a si mesmo” (ELIAS, 1989, p. 32). O autor entende que “a pressão dessas coações é relativamente pouco apreendida, medida, equilibrada e pacificada, porém, onipresente e inevitável” (Idem).

Uma organização temporal pautada pela auto-coação necessitou de disciplina até ser incorporada na subjetividade. Para Elias (1989), um exemplo de como o processo civilizador pode modelar uma atitude social, que integra a personalidade do indivíduo, é “[...] a transformação da coação externa da instituição social do tempo em uma pauta de auto-coação, que abarca toda a existência do indivíduo (p.21)”. Isso significa que, com o processo civilizador, a coação externa transformou-se em auto-coação, impondo seu domínio não apenas externamente, mas principalmente internamente.

A etiqueta era imposta aos moradores do PRM pelos técnicos da UGPI a todo instante. O curso de etiqueta integrava o processo civilizador do Programa. O discurso de Roberta remete aos exemplos citados e analisados por Elias (1994) de livros sobre o comportamento das pessoas em sociedade. O autor trata dos tipos de comportamento considerados típicos do homem civilizado. Mostra o desenvolvimento dos modos de conduta, como os homens se tornaram educados e começaram a tratar-se com boas maneiras, provando que não existe atitude natural do homem.

De modo geral, os exemplos de Elias (1994) abordam o comportamento como um meio de distinção entre os grupos. Havia um processo de diferenciação posto em prática pela adoção de um código específico de conduta estabelecido pelo grupo. Um código que definia o que um grupo podia ou não fazer. Aquilo que o diferenciava dos demais. A maneira de usar os

bens simbólicos é um marcador de classe, ao mesmo tempo em que é “[...] o instrumento por excelência das estratégias de distinção” (BOURDIEU, 2008a, p.65). Pessoas finas e elegantes, por exemplo, não deviam molhar na travessa o pão mordido. Isso era comum aos camponeses, que nada tinham de elegantes. Quem queria parecer com um camponês? Ou ser chamado de deselegante e rude?

O mesmo tipo de comparação, do que seria conduta de gente elegante e de gente deselegante, era feito pelos técnicos todos os dias, ficando mais explícito durante o curso. E mais concreto no Manual (2007). Dos modos à mesa, de não colocar nela os cotovelos, às regras de boa convivência, da demonstração de alegria inabalável, o mundo civilizado expresso por eles apresenta-se como um mundo de aparências. Importante é o que os outros vão pensar de mim. Impera o controle das emoções. Quem deixa a frente de casa com “bandeirola”? Quem anda de toalha em casa? Quem usa palito de dentes? Quem faz fofoca? Isso é hábito de igarapé. Coisa de gente mal educada. Gente civilizada não faz isso. Quem é educado estende as roupas dentro de casa. Anda vestido e arrumado. Não faz higiene na frente dos outros. Não usa palito de dentes. Sempre cumprimenta as pessoas com um sorriso no rosto e não fala de assuntos desagradáveis como doença e dinheiro.

A ideia propagada era de que só gente de igarapé estendia roupa na frente de casa, ouvia música em alto volume, andava de toalha e usava palito de dentes. Era como se fosse uma especificidade do PRM, por ser habitado por ex-moradores de igarapé. Do jeito que os agentes de Estado falavam, era como se não acontecesse nada disso nos vários condomínios de apartamentos espalhados pela cidade. Neles não havia vizinhos mal humorados e barulhentos. Isso só acontecia nas unidades habitacionais do Prosamim.

A técnica ameaçava os participantes com o irremediável destino que se realizaria se eles não aceitassem mudar: a favela. Seria esse o destino do PRM, caso seus moradores não seguissem os ensinamentos dos cursos de etiqueta e de educação sanitária, e insistissem numa conduta de igarapé. Revelava sentir como se levasse “um tapa na cara”, quando as pessoas de fora lhe diziam que o Prosamim estava virando favela. “[...] Não gosto quando falam assim de vocês, porque vocês são o meu povo”. As pessoas lhe demonstravam interesse no PRM, que parecia ser uma boa moradia para suas empregadas diaristas. Mas, imitando essas pessoas, ponderava: “Pena que está virando [pausa e diminuição do tom de voz] favela”.

Comum aos cursos de etiqueta de adultos e crianças, as palavras das palestrantes estavam carregadas de suas próprias crenças religiosas. No curso infantil, minha surpresa foi observar uma psicóloga gritar com e para crianças, e impor suas crenças e opiniões a elas. Pregar um comportamento condicionado por aquilo que ela acreditava ser “bons modos”. Para

a psicóloga, ser egoísta era deixar de emprestar algo ao colega. Não é bom disputar com o amigo quem tem o melhor brinquedo. Na base da ameaça do que o outro poderia pensar dela, a criança era instruída a adotar determinado comportamento. Tenho que tomar banho e escovar os dentes, porque, se não o fizer, vão achar que sou sujo e descuidado. Ou, devo agir assim, porque é como Deus gostaria. “Amor e bondade são dons divinos”. As crianças sabiam exatamente o que é certo e o que é errado. Estavam ali porque queriam pintar desenhos e comer pipoca. “Se prestar atenção, vai ganhar pipoca e vai pintar depois”, condicionava a palestrante. Ou, ameaçava: “Não vai pintar quem estiver falando!”.

Possivelmente, como a escola cristã, citada por Foucault (2009), as técnicas intencionassem formar crianças dóceis, que vigiassem os costumes de seus pais. Um “minúsculo observatório social” dentro da engrenagem maior de controle do ESGC para alcançar os adultos. Assim também me diziam pensar os membros da Ampare. Gostavam de fazer atividades com as crianças, explicando, por exemplo, que não jogassem lixo no chão, na tentativa de elas reproduzirem isso aos pais. No mesmo caminho, representantes de vários segmentos da igreja evangélica pregavam nos espaços do PRM. Nas tardes de sábado, havia um grupo que usava as praças para evangelizar as crianças que estivessem brincando.

Para embelezar e modernizar a cidade, seria preciso limpar os igarapés e aterrá-los. Retirar aquela gente não civilizada de lá. Ao deslocá-la, era preciso ocupar a área de modo a inutilizá-la para o surgimento de novas “sub-moradias”, seja aumentando as vias de circulação de veículos, ou construindo áreas de lazer e parques públicos. Em decorrência dos princípios do BID, para consentimento de empréstimo, visando minimizar os impactos do reassentamento involuntário, os executores do Prosamim propuseram uma solução de remanejamento no mesmo local, na forma de unidades habitacionais. Uma vez remanejados, os moradores eram convidados a participar de atividades, desenvolvidas pela equipe técnica, para mudar aquele comportamento inadequado de igarapé. Tornar os ex-moradores de igarapé civilizados e adequados à sociedade. Transformá-los em “novos cidadãos” (Lemos, 2010).

No Centro não tinha onça “braba” nem várzea, como no interior onde viveu e morreu Tabajara. Aqui, ninguém seria comido por onça nem guardado pela várzea. Mas havia Prosamim, unidade habitacional e curso de etiqueta urbana. Quem se achava mais educado e civilizado queria afogar, na etiqueta, o comportamento bárbaro dos “alagadinhos”. E desse processo civilizador nem as crianças escapavam.

2.7 OS EFEITOS DA ETIQUETA

As pessoas em Manaus geralmente confundem a proposta do Prosamim. Imaginam um Programa para atender aos pobres desabrigados, ou morando em situação de risco, sem condições de comprar uma casa “digna”, o que não é verdade, conforme demonstrei no primeiro capítulo. Ao tomarem conhecimento de minha pesquisa, pediam-me explicações. Reclamavam, indignadas, que no Prosamim [PRM] não tinha “pobre” coisa nenhuma. “Por que eles ganharam casa se podem comprar carro?”, criticavam. Tratar as unidades habitacionais e seus moradores como grupos uniformes e homogêneos, denominando-os todos somente de “Prosamim” encobre as realidades multiformes e heterogêneas existentes em cada uma delas. As propagandas na TV do Programa reforçam isso. Um amigo, do curso de mestrado, me perguntou, sabendo de minha pesquisa no PRM, se era perigoso andar na via principal, Avenida Igarapé de Manaus, por volta das 21h. Ele morava no entorno e queria saber da possibilidade de passar a usar essa rua.

Ao contrário do que se costumava pensar, no PRM não havia “pobres” nem “necessitados” nos sentidos pejorativo ou piedoso, atribuídos pelo senso comum. Nem era um aglomerado de “criminosos”. Havia pessoas que trabalham bastante para pagar suas contas no fim do mês, e dar boa educação, alimentação e vestimenta aos seus filhos, como em tantos bairros da cidade. Mas muitos não contavam com um emprego fixo. Não tinham escolaridade/instrução que lhes assegurasse um emprego regular. Alguns viviam de “bicos”. Faziam serviço de pedreiro aqui e de eletricista acolá. Outros estavam desempregados e sem “bicos”, o que, por vezes, limitava a quantidade de comida na mesa. No igarapé, as trocas/ empréstimo de alimentos entre vizinhos eram frequentes, o que na unidade habitacional era mais difícil. As relações com os novos vizinhos não eram as mesmas.

No PRM, havia também muitos usuários de drogas e donos de “bocas de fumo”. Crianças e adolescentes atuavam como “aviãozinho”, fazendo o transporte das drogas, em troca de um pouco para seu próprio consumo. Que seus filhos se envolvessem com as drogas era o medo de todos os pais com os quais conversei. Passavam o dia fora de casa trabalhando com receio do que pudesse acontecer com os filhos, ao saírem da escola, e retornarem para casa. Os que podiam, revezavam-se nos cuidados, e nas horas em casa. Assim fazia Jéssica, moradora da Quadra III, que era camelô na Rua Guilherme Moreira, no Centro. Todos os dias, ela dava um jeito de ficar com o filho na ausência do marido, que trabalhava numa empresa do distrito industrial. Mas isso era exceção. As ruas e praças do PRM estavam sempre cheias de crianças correndo sem a presença de um adulto.

O poder aquisitivo e o nível de escolaridade eram muito contrastantes nas três quadras do PRM. Num mesmo bloco, morava uma psicóloga e uma diarista. Um universitário e um analfabeto. Um traficante e um médico. Uma assistente social e um fazedor de “bicos”. E suas casas retratavam essas diferenças. Bastava observar o apartamento de seu Ribamar, que tinha o ensino superior incompleto, e nenhum emprego fixo. Não havia cerâmica no piso e nem reboco nas paredes. Após quatro anos, continuava como no dia da entrega. O que a esposa e a filha ganhavam era um salário mínimo, que não dava para muita coisa. As melhorias no apartamento teriam que esperar.

Essas diferenças saltavam aos olhos. Com o tempo, cada vez mais cheio de carros, o estacionamento das três quadras chamava atenção de quem por lá passasse. Houve, inclusive, um radialista, em seu programa matutino local, que ironizou a situação com seus ouvintes, que ligavam para comentar o assunto. Eles não entendiam como aquelas pessoas tinham ganhado casa do GEA, se podiam comprar um carro *Toyota Hilux*. Irritados, exclamavam que não eram necessitados. Uma reação compreensível para Douglas e Isherwood (2006) que, ao afirmarem a importância ideológica e prática do consumo, admitem que “[...] o consumo usa os bens para tornar firme e visível o conjunto particular de julgamentos nos processos fluidos de classificar pessoas e eventos (p.115)”. Para os autores, a escolha de bens, da parte visível da cultura, cria padrões de discriminação.

A aquisição de televisão de plasma e o revestimento de cerâmica do apartamento eram mencionados por Roberta como indicativos de resgate de “sentimento de pertença” dos moradores, que estariam mais voltados para o lar. “Hoje a gente vê pais de família que trabalham de diarista, mecânico, e já tem sua TV de plasma, que compra de doze vezes. Isso é gratificante”. Para Rosana, a aquisição de bens de consumo também significava “melhoria de qualidade de vida”. Muitos moradores compartilham esse pensamento. E a própria Rosana verifica isso, dizendo acreditar ser a reprodução de seu discurso por eles uma expressão da almejada mudança – proposta do pós-reassentamento. “Eles [moradores] já tem um pouco da nossa [técnicos] fala no discurso deles. Falam coisas que a gente fala”.

Os críticos da aparente incoerência do Prosamim demonstravam com esse tipo de discurso desconhecer o Programa que está mudando sua cidade. Mais, eles revelam seu incômodo de ver um novo grupo se distinguir dos “pobres” e se apropriar de objetos de distinção que, até então, demarcavam a fronteira entre as classes favorecidas e as classes desfavorecidas. O poder de compra desse grupo aumentou com a política de crédito adotada pelo governo brasileiro nos últimos anos. A ascensão de grupos desfavorecidos a um mundo

de consumo antes interdito a eles, como carros e eletrodomésticos, é um fenômeno rotulado pela imprensa e por alguns sociólogos como a nova classe média ou ascensão da classe C.

“Agora todo mundo quer tirar onda que mora em apartamento, mas mora num buraco, num lixo”, repetia dona Mariana as palavras de uma pessoa no local onde um dia fora procurar emprego. Questionada sobre seu endereço, ela respondeu morar no PRM, o que teria gerado o comentário acima. Isso reforçava seu estigma de “pobre”, de “moradora de igarapé”. Com a narrativa, revelou-me o temor que sentia em ver seu sonho de viver numa moradia digna, trazido pelo Prosamim, virar um pesadelo por causa daqueles que “não tiraram o igarapé de dentro de si”. Ou seja, o PRM viraria uma favela porque as pessoas continuavam jogando lixo no chão como faziam no igarapé. “Prosamim? Só mora gente imunda!”, imitava de novo as pessoas de fora ao se referirem aos moradores de lá – a ela. Embora nunca tivesse participado de um curso de etiqueta urbana, por considerá-lo uma inutilidade, ela conhecia bem o trabalho dos técnicos e seu discurso. Lidava com eles diariamente. Só não sabia que a sua própria revolta contra os outros moradores, o estigma de igarapé e o medo da favela pudessem ser efeitos do processo civilizador do Programa.

3 O MERCADO DO PROSAMIM

3.1 O DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Oito horas da manhã de sábado. Carros enchem as vagas de estacionamento. Outros, paralelos às calçadas, dificultam o trânsito da Avenida Igarapé de Manaus, no trecho entre as ruas Ramos Ferreira e Ipixuna, na Quadra III, do PRM. Tendas são armadas na calçada do ESGC. Um carro de som convida os moradores a participar das atividades em comemoração ao dia mundial do meio ambiente, que acontecem nas áreas externa e interna do ESGC.

Muitas pessoas, entre técnicos do Programa, e representantes de instituições e empresas parceiras convidadas, estão ali oferecendo seus serviços à comunidade. São eles: os alunos dos cursos de Medicina e Odontologia, da UFAM, orientam condutas para uma vida mais saudável e coletam dados para pesquisa; técnicos da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) ensinam como prevenir a hipertensão, enquanto os da Fundação de Vigilância de Saúde (FVS) explicam como combater a malária e a dengue. Há doação de mudas de plantas, venda de peixes a R\$ 1 real, serviço de registro civil de nascimento e corte de cabelo gratuito do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Funcionários do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (Detran-AM) alertam os condutores, assim como os da Eletrobrás/ Amazonas Energia chamam atenção para o uso seguro e consciente de energia elétrica, e oferecem instruções para coleta seletiva¹. Um revendedor da Natura oferece cadastro para novos revendedores. E agentes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) fazem inscrições em cursos.

Para quem ia até lá e ouvia as palavras de orientação dos universitários, havia um brinde ou um folheto informativo a ser entregue no final. As crianças ganhavam ioiô para brincar e desenho para colorir, bastava a mãe fornecer os dados alimentares para a pesquisa e assinar um termo de consentimento para o uso científico desses dados. Kits de limpeza bucal também eram dados a quem ouvisse sobre como se fazer higienização dos dentes.

Ao passar pelas tendas, fui juntando muitos *folders* informativos, que me eram entregues em cada uma delas. Era notório o fato de haver mais expositores, e oferecedores de serviços, do que os moradores do PRM. Estes se encontravam em suas casas. Alguns, na Quadra III, assistiam a tudo pela janela ou pela varanda. Já nas Quadras I e II é como se não houvesse nada acontecendo. Ao passar por essas duas quadras, naquele momento, em que

¹ Embora a orientação dos técnicos da UGPI seja para que os moradores façam a coleta seletiva, e as lixeiras coletoras na Quadra III ainda existam, nunca houve serviço de coleta seletiva no PRM.

aqueles serviços eram oferecidos na Quadra III, observei que os moradores agiam como de costume: um estava assando carne, no espaço “entre blocos”; outros tomavam cerveja à beira da calçada; estendiam roupas na janela; escutavam música alta na varanda; compravam verduras na mercearia; andavam de bicicleta; batiam papo na praça. Alheios ao que se passava na outra quadra.

Apesar de ser a descrição de determinado momento, essa cena é frequente no cotidiano dos moradores do PRM. Todos os dias eles tem que lidar com uma profusão de pessoas batendo em suas portas, ou anunciando em carros de som, convidando-os a participar de eventos ou oferecendo-lhes serviços. Entre o vendedor de peixe, que insiste em gritar no alto-falante todas as manhãs, e o carro de som, pago pela UGPI, para divulgação, não há diferença. Os dois são vistos como inconvenientes.

Os poucos moradores que foram ao evento descrito acima ganharam sua recompensa, seja na forma de *folder*, ioiô ou corte de cabelo gratuito. Em geral, isso não foi suficiente para tirar a maioria de suas casas ou quadras. Quando questionei dona Mariana, sobre sua recusa em visitar as tendas, ela me disse que nada daquilo lhe interessava. Queria mesmo é que a UGPI resolvesse os problemas de água e de lixo.

“O meio ambiente não é um ato”, afirmou seu Ribamar, ao comentar o assunto. Ele me declarou que a UGPI faz do meio ambiente, e de tudo ali, um ato, uma festa, mas ao longo das demais horas e dias do ano é como se nada daquilo existisse. O meio ambiente só é problematizado durante o evento. O morador da Quadra I criticava com indignação o que chama de “arrogância” dos técnicos - a postura e o discurso de exaltação de seus feitos no pós-reassentamento. “Pelo amor de Deus, ninguém viu nada nesses quatro anos. Aqui é um abandono”.

3.2 A TROCA DE DONS

A comemoração ao dia do meio ambiente sinalizou para o fato de o PRM ter se constituído em um espaço privilegiado de oferta de serviços. Empresas e instituições, públicas e privadas, disputavam a atenção dos moradores para oferecer, vender e testar os mais diversos produtos, buscar vendedores para eles, bem como prestar serviços e treinar alunos. Além disso, o aumento de criminalidade, supostamente ocasionado pela ausência ou conivência da polícia, e pelo domínio do tráfico de drogas, levava representantes de igrejas, de diversos segmentos, a frequentarem o PRM. Cada um deles, empresas, instituições, igrejas e políticos, estavam ali, impondo seu modelo adequado de conduta para ficar mais jovem e

bonito, adquirir boa saúde, chegar ao céu e ser ouvido pelo poder público. Não apenas o Estado, mas outros atores ofereciam a “melhoria de vida” – aqui ou no além. O PRM (e moradores do Prosamim, em geral) era publicamente percebido como um espaço de pessoas necessitadas de salvação. E essa salvação se daria de diferentes maneiras, seja por meio do Estado, e de sua pedagogia civilizatória; das instituições de ensino superior, e de suas caridosas atividades de extensão; das igrejas, e de suas pregações; dos políticos, e de seus favores; ou das empresas de setores diversos, e de seus produtos transformadores.

Durante os meses de trabalho de campo, acompanhei eventos dos mais variados tipos, fossem ou não realizados pela equipe do ESGC. Entre eles, participei de festas/ oficinas de carnaval, do dia das mães, do dia do trabalhador, do dia do idoso; apresentação de serviços de cosméticos de empresas como Herbalife e *Nawt's Life* Biocosméticos; oferecimento de serviços de Quiropraxia; cursos do Sebrae e da Secretaria Municipal do Trabalho (Semtrad). Convidada ora pelos técnicos, ora pelos moradores, estive presente em muitas reuniões - dos moradores, da Ampare, dos AV, da UGPI, de professores e alunos de universidades, de empresa contratada pelo Estado para avaliar o Prosamim, ou de empresa contratada pelo BID para avaliar o Prosamim. Contudo, a possibilidade de participar de muitas delas, promovidas pelos técnicos, foi possível pelo fato da presença constante no PRM. Aproveitei as situações, o chamado e o apoio dos moradores a minha presença.

Para entender melhor o sistema de trocas existente no PRM, é importante traçar como se deu cada “parceria”. Apresentar o cenário de tensões e alianças não somente entre os moradores e o Estado, mas também com as empresas e as instituições através das quais o poder se manifesta. Na vitrine humana, em que se transformara o PRM, esses outros “observadores” (Foucault, 2009) aumentavam a consciência inquieta dos moradores de serem observados e o risco de serem surpreendidos.

Como o Estado, eles divulgavam uma etiqueta, um *ethos* da transformação, ao qual estavam associados procedimentos disciplinares. Mais uma vez, os moradores convertiam-se em “experimentos”. Os atores com seus projetos queriam ganhar visibilidade ou, de algum modo, participar do processo civilizador, iniciado pelo GEA, para embolsar sua cota de prestígio. Enfim, tantos “parceiros” acabavam exercendo sobre os moradores do PRM um poder de vigilância permanente. A vitrine estava sob vigilância o tempo todo. Os eventos-data do Prosamim, como o dia do meio ambiente, eram mais uma maneira de reunir esses “parceiros” e dar a eles visibilidade pela divulgação dos meios de comunicação.

Nessas ocasiões, os moradores participantes, por vezes, recebiam um formulário dos técnicos da UGPI para avaliar o evento e dar sugestões para uma próxima edição. Era um tipo

de questionário de satisfação. Como a caixa de sugestões e críticas, de acrílico transparente, com a logomarca do Prosamim, que ficava vazia numa mesa, na entrada do ESGC, esses formulários inspiravam uma descrença generalizada dos moradores na UGPI. A caixa de acrílico, pelo menos, servia de depósito para misturar os papéis com os números de sorteio de brindes das festas da Ampare.

Por melhor que fosse a relação com os moradores, eu sabia que a minha presença estava longe de ser algo natural. Apesar da afetividade, que surgia na relação com o passar do tempo, eu estava por lá para fazer uma pesquisa. Eles sabiam que eu os observava e analisava. “Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens” (FOUCAULT, 2009, p.205). Acabava sendo também uma “observadora” a quem temiam ser surpreendidos. Tinham interesse em criar uma boa imagem para mim. Agradava-lhes a minha disposição em ouvir e conhecer o Programa por meio de suas experiências, sempre com o cuidado de não cometer “indignidade”. O GEA havia sido muito bom em lhes dar uma casa através do Prosamim. Não queriam que suas críticas soassem uma “ingratidão”.

Com a convivência, as “falhas” eram comentadas com a ressalva de que o Programa era “maravilhoso”. Os moradores e alguns técnicos demonstravam acreditar que eu podia contar o que se passava no “casarão” sem receios de represália. No entanto, eu quase sempre estava presente nas diversas situações e pouco corria o risco de tomar por fato a versão oficial da fofoca. Só me diziam: “Você viu, não é?!”.

3.3 OS PARCEIROS

A grande vitrine humana de “cobaias” do Prosamim seria o atestado de sucesso da política civilizadora do GEA. Submetidos à disciplina imposta pela equipe do pós-reassentamento, os ex-moradores de Igarapé - novos moradores dos apartamentos duplex do PRM -, eram transformados em indivíduos úteis pelo e para o Estado. Serviam de troféu da empreitada pela modernização e embelezamento da cidade. E, como ele, outros agentes se interessavam em vincular seus produtos a essa vitrine. Universidades, empresas, sindicatos, partidos políticos, igrejas, imprensa, turistas, todos estavam por lá, deixando sua marca, vendendo seu produto, fazendo sua propaganda, tornando os moradores úteis aos seus interesses.

Firmadas por meio do Estado ou não, as “parcerias” se estabeleciam. Falarei, então, um pouco sobre esses agentes, que aos moradores prometiam a salvação mediante a adoção de novas condutas por meio da disciplina.

3.3.1 Universidade cidadã

Como mencionado no primeiro capítulo, as atividades oferecidas pelo Prosamim/UGPI eram muitas vezes realizadas em “parceria” com instituições de ensino e ocorriam no espaço do ESGC. Em nome da gestão compartilhada, a Ampare se fazia presença constante. Os alunos e professores da Escola Superior de Artes e Turismo, da UEA, localizada na Rua Leonardo Malcher, no entorno do PRM, colaboravam seja ou não por meio de atividades de extensão. Havia quem participasse na condição de voluntário.

Além dela, o Uninorte também no entorno, na Rua Joaquim Nabuco, estava por lá com seus alunos e professores, do curso de Serviço Social, com o projeto Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI). O UNATI contava com a colaboração de interessados de outros cursos, como de Nutrição e de Direito, que ministravam palestras e davam assessoria. Nesses casos, a UGPI participava da conversa apenas para dar a autorização para o uso do espaço físico do ESGC. A proposta de inserção no projeto foi feita diretamente aos moradores, sem medição do Estado, o que gerou desconforto por parte dos técnicos que, depois de estabelecidas as atividades, tentaram se inserir nele sem sucesso.

A professora do Uninorte dizia estar com a programação e a equipe de execução de atividades fechadas entre seus alunos. Aliás, enquanto projeto de extensão, o objetivo era ter como executores os alunos. Ela conseguiu fazer as atividades no “casarão” durante o primeiro semestre de 2011. No segundo, transferiu o trabalho para as unidades mais próximas da universidade, por causa das dificuldades e constrangimentos criados por técnicos do ESGC. Vale lembrar que na Rua Ipixuna, onde fica a entrada da Quadra III, havia um centro de atendimento de nutrição à população, realizado pelos alunos da instituição. Em outras ruas do entorno, havia escritórios e centros de atendimento de outros cursos. A universidade praticamente cerca o PRM. Pelo UNATI, a Ampare comunicou o interesse dos moradores da Quadra III de aprender a usar computadores. Sem demora as aulas de informática começaram a ser ministradas por alunos do curso de licenciatura em informática, do Uninorte, numa de suas unidades próximas de lá.

“Você está precisando de fisioterapia? Procure-nos. Quando? Segunda-Feira. Onde? No centro de convivência do Prosamim. 16h: avaliação fisioterapêutica e orientação familiar.

16h30: atividade física orientada”. Esse era o *banner* da turma de fisioterapia do Uninorte, na frente do ESGC. Um exemplo de como muitas vezes os serviços eram divulgados aos moradores, que podiam ver o *banner* de longe. É interessante destacar como a instituição percebia o ESGC. Era um espaço do Estado, e não dos moradores – “centro de convivência do Prosamim”. A divulgação do evento do projeto Amigos da Biblioteca, da UEA, demonstrava o mesmo pensamento de que se tratava de um espaço do Estado. “Amigos da Biblioteca. Atividades: palestra com escritora, teatro com fantoche, oficina de leitura, banda de músicas, lanches e brindes. Local: Prosamim (serviço social)”, dizia o cartaz.

Atendimento jurídico gratuito; emissão de carteira de trabalho, de RG e de certidão de nascimento; brincadeiras para crianças; e realização de divórcio consensual. Tais serviços foram oferecidos pelo Núcleo de Práticas Jurídicas do Uninorte, no dia da responsabilidade social. Novamente, isso exemplifica o que ocorria ali. A movimentação se dava a partir da organização e realização de datas comemorativas - os eventos-datas. Como no dia do meio ambiente, eles eram o momento de reunião de vários “parceiros” e da demonstração de seus serviços ao público. Instalava-se um grande mercado na disputa por consumidores e visibilidade na vitrine.

Constatei serem essas algumas das estratégias do GEA/ UGPI e de seus “parceiros” para atrair os “moradores em situação de risco” a seus eventos. Eles não conseguiam despertar o interesse dos moradores pelo serviço em si, então usavam tais artifícios para “fazer público”, tirar fotografias, registrar o sucesso das “ações” em seus relatórios, seja da instituição de ensino ou do BID, conforme fosse o caso. Os lanches (merendas) e os brindes, distribuídos na atividade de leitura oferecida pela UEA, eram o meio de a instituição chamar a atenção das crianças. A palestra com a escritora propriamente dita não tinha atrativo. Tanto não tinha que nem o nome dela era divulgado naquele cartaz.

Percorrendo um caminho diferente, os professores do curso de medicina, da UFAM, por acreditarem ser o PRM “um espaço gerido pelo Governo”, procuraram a UGPI para pedir autorização para fazer a parte prática da disciplina Saúde Coletiva I com os moradores do PRM. De acordo com a professora responsável, a negociação levou mais de um mês, o que atrasou bastante a disciplina. Os técnicos da UGPI não lhe respondiam. Ao insistir, a UGPI teria imposto sua participação na elaboração do projeto daquilo que seria trabalhado pelos alunos, além de definir as Quadras I e II como o campo das atividades. A justificativa dada à professora, segundo ela me informou, é de que na Quadra III já havia muita gente trabalhando, diferentemente das demais. O Uninorte estava na Quadra III.

Logo na primeira reunião com os alunos no auditório, ela revelou sua esperança de levar os moradores a participarem das atividades no ESGC. “Eles [UGPI/Prosamim] montaram isso tudo aqui e não conseguem a participação dos moradores”. Cada grupo de alunos tinha um roteiro de visitas com questões que deveriam nortear a abordagem das famílias. A professora pedia que as informações obtidas constassem num diário de campo criado para a atividade a ser preenchido por cada aluno para posterior discussão em sala de aula. Eis as questões: 1) Saúde geral: na sua casa, as pessoas têm adoecido? De quê?; 2) Aproveitamento dos espaços construídos: você faz alguma atividade de lazer ou esportes no espaço do Prosamim? Se não, por quê?; 3) Lixo: o que vocês fazem com o lixo? Quantas vezes há a coleta do lixo? Você acha interessante aprender a reaproveitar o lixo?; 4) Esgotamento sanitário: você acha importante ter água tratada e esgoto sanitário no seu bairro? Por quê?; 5) Saúde do idoso: como melhorar a vida dos idosos do Prosamim? O que você gostaria de fazer ou aprender?; 6) Saúde do adolescente. Faltava que os alunos elaborassem atividades para os adolescentes.

Ao final das visitas, os alunos e a professora me narraram as observações anotadas no diário. De acordo com eles, muitos moradores não aceitaram conversar. Os que abriram suas portas para realização da entrevista expressaram insatisfação quanto ao alto valor cobrado pelo serviço de abastecimento de água e à insegurança gerada pelo tráfico e consumo de drogas. A professora ficou bastante assustada com os valores das contas de água e da taxa de esgoto, uma vez que ela disse desconhecer tamanha cobrança no bairro de classe média onde mora. Não entendia como era possível cobrarem tanto de pessoas de baixa renda. Os alunos me revelaram uma preocupação com os idosos, que lhes manifestaram carência de atenção e de cuidados, e diziam sentir medo de sair de casa.

Diante das tentativas frustradas de atividades, propostas pela turma de medicina, como oficina de aproveitamento de lixo, e palestras sobre prevenção de doenças e adoção de maneiras saudáveis para adolescentes e idosos, professores e alunos ficaram assustados com o que chamaram de “falta de interesse” dos moradores. Nem da festa junina quiseram participar. Após aplicar questionários de casa em casa, aos moradores das Quadras I e II, e convidá-los aos eventos no ESGC, na Quadra III, aguardaram uma participação que não ocorreu. Os moradores simplesmente não foram ao ESGC no dia e no horário marcados pela turma.

Ninguém entendia o porquê de tanto “desinteresse”. Pelo meu tempo de permanência no local durante a pesquisa, avoento algumas hipóteses. Às 14h, o horário estabelecido para o início, o sol é bastante forte. O auditório não tinha aparelho de ar-condicionado. O calor era quase insuportável. E, para que os moradores das Quadras I e II participassem, a atividade

deveria ser feita no espaço de suas quadras; não no da Quadra III. O ESGC é visto por eles como um espaço da Quadra III. Mais, eles tinham que ser consultados sobre seus interesses e sua disponibilidade de tempo. Isso não aconteceu. Não foram questionados nem chamados para uma conversa. Muita gente trabalhava fora. Quem tinha o próprio comércio, não podia fechá-lo para participar do evento. As crianças pequenas não podiam ficar sozinhas em casa. Era o horário de descanso de quem trabalhava em outros turnos. Assim, tudo conduzia para a ausência de interesse no que lhes era oferecido. Embora pudesse parecer uma grande oportunidade aos olhos de quem o oferecia, para quem recebia simplesmente não era interessante.

No segundo semestre de 2011, a professora retornou com outra turma. Os técnicos foram chamados dessa vez para mobilizar os moradores a participarem. A prática da disciplina tinha que acontecer. Então, os técnicos tentaram mobilizar os moradores acionando os AV, uma vez que estavam enfrentando problemas de relacionamento com os membros da Ampare. Sobre a reunião, uma AV, membro da Ampare, me contou não ter gostado da forma como os professores falavam, subestimando seu poder de compreensão. “Ele falava como se fôssemos retardados”.

Outro aspecto de desagrado foi o fato de os técnicos não terem dito que a reunião seria para isso. Os moradores foram à reunião na expectativa de discutir sobre problemas de lixo, água e correio. Não era nada disso. Na verdade, por causa da tentativa frustrada do período anterior, os técnicos e os professores queriam saber, agora, dos moradores, se havia interesse deles na proposta – mais claramente, se haveria apoio deles para que o trabalho pudesse acontecer. “Eles já começaram errado. Tinham que ter conversado com a gente antes. E não chegar aqui daquela maneira”. Vale assinalar que o presidente da Amoparma só soube do trabalho dos alunos de medicina, do primeiro semestre, porque viu a movimentação de estudantes nas ruas da Quadra II e foi perguntar o que estava acontecendo. Aí, naquele momento, foi informado, não mais consultado, sobre a realização de um trabalho da UFAM com os moradores. “Eles tinham que ter conversado com a associação”, revelou.

Volto rapidamente aos AV para um esclarecimento. Observei que os técnicos da UGPI faziam uso da existência do AV quando queriam reunir as “lideranças da comunidade”, sem, para isso, ter que recorrer às associações. João, presidente da Ampare, confessou-me não entender mais a necessidade desses agentes diante da constituição da associação. Na prática, moradores e AV não davam muita importância a tal designação.

A dúvida por parte de outras instituições sobre quem é o gestor do PRM - associação ou UGPI - acaba criando mais elementos para tensões. Possivelmente pelo fato de ser

considerado um espaço gerido por uma entidade, o PRM pode ter se tornado alvo mais prático para aplicação de projetos. Afinal, que tipo de imagem o Prosamim formou na mentalidade desses professores? Seria uma área de laboratório para experiências de transformação social? Isso estava claro para o presidente da Ampare, que considerava inútil esse tipo de atividade, oferecida pelos professores e alunos de medicina, uma vez que a comunidade precisava era de atendimento médico. “Isso é interessante para eles [alunos], que precisam treinar e ganhar pontos na faculdade”, afirmou. Também lhe gerou incômodo o modo como os professores falaram com/ sobre os moradores numa reunião com os membros da associação, técnicos e alunos, no ESGC, antes do início das atividades do segundo semestre. “Acredita que a professora disse para que as meninas não fossem às casas [apartamentos] dos moradores de saia, que fossem de calça, porque não sabiam o que encontrariam lá?”.

3.3.2 “Precisa de ajuda?”²

Em nome da conversão dos usuários de drogas, de uma unidade habitacional menos violenta, e da restauração da vida, muitas igrejas disputavam entre si os espaços e os moradores do PRM. A eles competia escolher o caminho da salvação: Ministério da Restauração (MIR), Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Igreja Mórmon), Igreja São José Operário, Igreja São Sebastião.

Muitos evangélicos usavam as praças para pregar a palavra de Deus para crianças e adolescentes nos fins de semana. Diante da negativa da Ampare, quanto ao uso do ESCG para os cultos, outro segmento da igreja evangélica garantiu através da Amoparma a ocupação do centro social da Quadra I nas noites de sábado. Nesse caso, havia mais adeptos vindos de fora, da sede da igreja, do que moradores do PRM. A moradora responsável pela entrada deles defendia sua missão de pregar ali para ajudar a tirar os jovens do envolvimento com as drogas. O regimento da associação da Quadra III não permitia o envolvimento com igrejas. Usar o mesmo espaço da associação para cultos de determinado credo não era permitido. Abriria possibilidade para que outros também o fizessem. E isso daria muita confusão.

Os moradores católicos das três quadras dividiam-se entre duas comunidades - a Santa Edwiges (CSE) e a Santa Clara (CSC). A primeira ligada a Igreja São José Operário e a segunda a Igreja São Sebastião. Todas com suas sedes nas proximidades do PRM. A Igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias também tinha seus adeptos, e sede no entorno.

² Conforme folder da Igreja Paz e Vida, distribuído no PRM.

Havia adeptos do Candomblé, e tantas outras práticas religiosas, que, infelizmente, não pude dar conta nessa pesquisa. Assim, conforme minha proposta, limito-me a identificar a diversidade de crenças convivendo nem sempre pacificamente no mesmo espaço. Analiso suas influências dentro do contexto do mercado de ofertas de melhoria de vida no qual se transformou o PRM.

Em agradecimento a uma benção, dona Berenice decidiu construir uma capela para Santa Edwiges. Em 2002, comprou a santa e a casa de alvenaria, de dois pisos, no Igarapé de Manaus, onde morava, e os doou à Paróquia São José Operário. A capela de Santa Edwiges, antes da intervenção do Prosamim, ficava onde foi construído o “casarão”. A história da CSE foi relatada por Regina, moradora do entorno, da Rua Major Gabriel, que participava da comunidade havia sete anos, desde a época em que as águas do igarapé alagavam o primeiro piso da casa, inutilizando seu uso. “Alagava mesmo e a gente tinha que fazer maromba pra entrar na capela”. Ela vivenciou o processo de intervenção do Prosamim. A Paróquia recebera a indenização pela capela. Ainda sem uma sede, ela e cerca de trinta “comunitários”, a maioria moradores do PRM, reuniam-se em suas casas durante a semana para os trabalhos de evangelização. Na última sexta-feira de cada mês, eles faziam uma missa na praça, ao lado do “casarão”. Porém, dependendo das condições climáticas, a Ampare cedia o espaço externo e coberto do escritório para a comunidade.

Com áreas acordadas, e delimitadas em mapas pelos padres de suas igrejas, estava estabelecido que a CSE podia atuar até a Rua Ramos Ferreira. A partir dali, nas outras quadras, a CSC assumia os trabalhos em nome da Igreja São Sebastião. Apesar de minhas tentativas de acompanhar as atividades das duas, acabei conhecendo mais a CSE, cujos frequentadores eu via regularmente e tinha mais oportunidade de conversar. Moradores do PRM, ou não, eles participavam da maioria dos eventos para dar apoio a Ampare. Varriam, lavavam, decoravam, arrumavam o ESGC. Cozinham, preparavam merenda, vendiam rifas, divulgavam festas. Emprestavam palco, cadeiras, mesas e enfeites. Não havia essa intensa movimentação nas outras quadras nem um espaço como o do “casarão”.

A disputa por espaço gerava conflitos. Não se dava somente entre os espaços entre os blocos, nas áreas comuns, mas nos apartamentos, varandas e escadas. Dona Fátima, da Quadra III, a exemplo de tantos moradores, colocou uma pequena porta gradeada fechando a frente avarandada de seu apartamento, para que a vizinha não pudesse mais ali se sentar para fumar e beber com os amigos. “Isso é um abuso. A gente não bebe e não fuma, e a pessoa vem beber e fumar na porta da minha casa?!”, indignava-se. Ela dizia que o seu vizinho do andar de baixo não gostava dela, pois vivia reclamando de tudo o que fizesse. “Ele foi lá no

Prosamim [no ESGC] dar parte de mim, porque diz que faço muito barulho. Ora, não posso esperar ele acordar onze horas da manhã para fazer meu serviço. Tenho cinco filhos, comida pra fazer e casa pra limpar”. As palavras de dona Fátima reafirmam a crença dos moradores de que o ESGC é um espaço da UGPI/ Prosamim; é a materialização do Prosamim.

Em relação ao ESGC, os conflitos aumentavam. Os moradores, agrupados ou não, disputavam entre si e com os técnicos da UGPI o conjunto de salas, banheiros³, cozinha e auditório que o compunham. Havia quem apoiasse a Ampare e por ela se sentisse representado. Embora o trabalho dos “meninos da associação” - assim muitos moradores se referiam a Ampare - fosse reconhecido por todos, dentro e fora da Quadra III, e ninguém os acusasse de desonestidade ou irregularidade, havia quem os visse como um grupo “manipulado” e apadrinhado pela UGPI.

A parceria com a CSE não era bem vista por todos. Tamanho era o envolvimento dela com a associação que havia quem fizesse disso motivo para se afastar da Ampare. Dona Mariana, evangélica, moradora da Quadra III, e membro da associação, deixava de participar das atividades da Quadra III e profetizava: “a Comunidade Santa Edwiges está se apossando da Ampare e, com o tempo, vai tomar o poder da associação”. Era a ela que fora negado o pedido de realização dos cultos de sábado no ESGC. Os membros da CSE faziam cultos em suas casas. Uma vez por mês usavam a praça, ou a parte externa coberta do ESGC, dependendo do clima, para suas reuniões. Embora não fosse algo fixo, que tomasse muitas horas de vários dias da semana, como os evangélicos propunham, a CSE estava no espaço da associação. Eles não a apoiavam como a CSE. Talvez por isso não recebessem o mesmo tratamento. Só que se era proibido o envolvimento com igrejas, isso deveria valer para todas.

O primeiro arraial da padroeira ocorreu no mês de outubro de 2011, na praça, ao lado do ESGC, na Quadra III. Havia barracas de venda de comidas e bebidas. Vendedores ambulantes aproveitavam para ganhar um trocado. Bandas de música gospel apresentavam-se com suas dançarinas no palco instalado para a festa. O pequeno público de comunitários cantou e dançou ao som da banda Forró Du Céu, entre outros grupos musicais, contratados pela igreja. O grupo musical apostava na ideia de que o forró é um meio de evangelizar. O dinheiro arrecadado da venda de alimentos nas barracas seria usado para pagamento de dívidas do arraial e compra de cadeiras para a CSE.

³ Havia dois banheiros no ESGC: um para os técnicos, que ficava trancado; e outro, para os moradores, que ficava aberto para o uso coletivo.

3.3.3 “Já pensou em viver sem dor? Considere essa opção!”⁴

No âmbito político, os moradores das três quadras sabiam escolher o apoio que lhes fosse beneficiar, não fazendo distinção de partido ou de pessoa. Identifiquei certa influência do Partido dos Trabalhadores (PT) na Quadra III, mais ligado a alguns membros da Ampare, juntamente com o Sinttel-AM e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Isso não ocorria nas demais quadras. Não identifiquei membros da Amoparma filiados a partidos políticos, exceto seu presidente que se candidatara havia anos. Mas mesmo ele pouco falava sobre o assunto.

O envolvimento da Ampare com esses segmentos impulsionava-a para torná-la mais ativa, politizada e articulada com segmentos mais amplos. Na hora das necessidades, seus membros procuravam vereadores e deputados de diferentes partidos, independente de suas preferências pessoais ou filiações, para conseguir o que queriam. “Os meninos” corriam atrás daquilo que era visto como importante - problema de água, lixo, telefonia e correios. Contavam com o apoio de parte dos moradores e pessoas de fora, do entorno e dos segmentos acima citados. Eles tinham a confiança e o reconhecimento inclusive daqueles moradores que viam tudo de longe.

Paula, a vice-presidente da Ampare, sindicalista, militante e feminista, como se auto-identificava, era coordenadora geral do Sinttel, no Amazonas. Ela conseguia ajuda financeira e de produtos de empresas do distrito industrial, e do Sinttel, para os eventos da associação. A contribuição dos moradores associados, de R\$ 3 reais por mês, não era certa. Os membros da Ampare usavam o próprio dinheiro para completar as despesas de transporte, escritório e festividades. Despesas para fazer documentos, e ir aos órgãos entregá-los, para tentar resolver problemas da Quadra III e questões burocráticas de organização de eventos. O presidente da Ampare trabalhava numa empresa do distrito industrial, porém, durante parte de minha pesquisa, estava de licença por acidente de trabalho.

A Amoparma, desarticulada, tinha por meio de seu presidente, e único membro em exercício – os outros foram desistindo dos cargos ao longo dos anos –, pouca visibilidade e atuação. As festas nas Quadras I e II eram organizadas por grupos ou pessoas isoladas. Os recursos provinham dos bolsos de quem as fazia e, dependendo do caso, de vizinhos que ajudavam. Havia uma desconfiança recíproca entre aqueles moradores que se destacavam por fazer algum evento. Um acusava o outro de não prestar contas, de aceitar dinheiro de fontes

⁴ Conforme panfleto distribuído no PRM.

duvidosas e de embolsar valores indevidamente. A Amoparma era motivo de dúvidas e de descrença nas três quadras.

Não identifiquei a presença destacada de um personagem político dominando ou tentando dominar o espaço do PRM. Somente no final da etapa de trabalho de campo, começou a surgir na Quadra III um candidato antecipado para as eleições para vereador de 2012. Ele apareceu lá levando aos moradores uma equipe de profissionais para lhes dar gratuitamente serviços de Quiropraxia. Segundo os membros da associação e os técnicos, a “ação” de Quiropraxia, da UGPI e da Ampare, fora uma iniciativa de Amélia, assistente social, da equipe do social. Ela tinha ficado de licença do trabalho, porque estava terminado o curso universitário e seu marido fora candidato a deputado nas últimas eleições.

Agora, no pós-reassentamento do Prosamim, afirmava “gostar de trabalhar com o povo”. Promovia a atividade junto com Rosana, que conhecia havia anos. As duas estavam isoladas dos demais técnicos. Existia tensão entre eles gerada por disputas por prestígio. Se o trabalho de um deles aparecesse, ganhasse a simpatia dos moradores, tivesse sucesso, os outros se sentiam enciumados e faziam intrigas para isolá-lo e desmoralizá-lo. E, naquele momento, elas estavam nessa posição. Rosana tinha conseguido a inserção de jovens do Prosamim no Programa Menor Aprendiz.

A equipe de quiropraxistas, que prestava o serviço de graça a moradores de bairros da cidade, nas tardes de sábado, estava naquele dia no PRM. Amélia me contou que o contato foi do marido, que era bem relacionado, principalmente, com membros da Igreja Batista, da qual a equipe fazia parte. Os votos dos evangélicos dessa igreja não teriam sido suficientes para torná-lo deputado, segundo me informou Amélia. Ao final da sessão, os moradores recebiam um cartão com o endereço da clínica, localizada no Conjunto Vieiralves, no bairro Nossa Senhora das Graças, na zona centro-sul, para continuidade do tratamento no valor de R\$ 30 reais. A sequência das sessões era necessária para que a melhora se efetivasse.

O público de mais de cem pessoas, entre moradores do PRM, entorno e outras localidades - que souberam do serviço pelos moradores -, formava fila na porta do auditório do ESGC desde 13h30. Passava das 18h e as pessoas não paravam de chegar. Não havia sorteio de brindes. Havia lanche somente para os técnicos da UGPI, os membros da Ampare, e os profissionais da equipe. Recebi convite deles e de uma moradora, que aguardava para ser atendida. Decidi ir com ela a seu apartamento, ouvir suas histórias e conhecer suas habilidades culinárias exaltadas por muitos moradores.

Algumas pessoas apareciam com sacolas de exames para mostrar aos quiropraxistas. Muitas chegavam queixando-se de dor, e procurando a fila de atendimento médico. Não

faziam distinção entre um profissional quiropraxista e um médico. Queriam ser atendidas por quem fosse capaz de tirar a dor de seus corpos. Naquela intensa movimentação, havia até um vendedor de picolé, com sua caixa de isopor, aproveitando a espera na fila para ganhar um trocado.

Os membros da Ampare estavam visivelmente satisfeitos com o sucesso de público. Presenciava a euforia deles em expressar tamanha vitória aos técnicos com os quais as relações estavam estremecidas e desgastadas. Como de costume, havia duas listas de frequência: uma para a associação e outra para a UGPI. Uma espécie de comprovante de prestígio e motivo de muitas disputas. Todos fotografavam o acontecimento: eu, os técnicos e os moradores. Um rapaz, que acompanhava o marido de Amélia, também. Em dezembro, na festa de natal da Quadra III, ele estaria lá fotografando a visita do candidato. Os membros da Ampare depois me revelaram que ele havia pedido apoio da associação para a candidatura.

“Como você aguenta?”, perguntou-me o candidato ao ser a mim apresentado. Eu era uma presença insistente e indecifrável. Acompanhava a “ação” desde o início e não parecia me preocupar com a hora de ir embora. Nem os técnicos da UGPI nem ele sabiam o que eu estava pensando sobre aquilo tudo. Sabiam que eu estava fazendo uma pesquisa sobre os efeitos sociais do Prosamim. Já os moradores queriam meus olhos e ouvidos nas atividades. Cobravam minha presença, quando me ausentava por algum motivo.

3.3.4 “Mude: escolha o melhor”⁵.

A convite de uma moradora, os representantes da Herbalife - uma empresa de nutrição que comercializa produtos de nutrição, controle de peso e cuidados pessoais -, estiveram no “casarão” ensinando aos moradores do PRM a mudar de vida. A partir da mudança dos velhos hábitos, por outros novos e saudáveis, a empresa tinha como meta “mudar a vida das pessoas para torná-las mais saudáveis”. A palestrante dizia às mulheres, que enchiam o auditório do ESGC, que a sujeira do ar e a poluição faziam mal a pele. “Matavam as células da pele lentamente, assim como o gás carbônico”. Para combater isso, os produtos Herbalife eram a possibilidade de mudança, de reeducação alimentar, de limpeza da pele. “Os produtos Herbalife não são cosméticos, mas alimentos para a pele”, assegurava a palestrante.

⁵ Conforme catálogo de produtos distribuído no PRM.

A Herbalife era mais uma empresa que buscava no PRM os consumidores para seus produtos. Os moradores constituiriam para ela um grupo de pessoas com poder de crédito, que poderia adquirir seus produtos. Estava lá mais um ator para concorrer no mercado no qual se transformara o PRM. Mais uma entidade trazendo o bem viver para os ex-moradores de Igarapé. Não se tratava mais de como comer, mas do que comer. Se no curso de etiqueta eles eram censurados por não saber *como* comer adequadamente, agora aparecia quem dissesse o *que* eles deveriam comer. *Shakes* cremosos, fibras, ervas, barras de proteínas, chás e sopas integravam as sugestões de cardápio para as refeições diárias, que, se seguidas com disciplina, levariam seus consumidores a uma vida mais saudável. Os produtos e as orientações eram respaldados por pesquisas e equipe de especialistas.

Como a Herbalife, outras empresas de cosméticos apresentaram seus produtos aos moradores do PRM na Quadra III. Um representante da *Nawt's Life* Biocosméticos foi ao ESGC e perguntou ao presidente da Ampare se poderia oferecer a comunidade uma palestra de apresentação dos produtos da empresa. Marcaram o dia, fizeram a divulgação e o evento aconteceu. “*Nawt's Life* Biocosméticos: 23 anos oferecendo saúde e beleza. Economize tempo e dinheiro! Faça você mesmo qualquer tratamento na sua própria casa. Solicite já uma demonstração em sua casa e ganhe um tratamento facial GRÁTIS”, garantia o *folder* da empresa. O uso dos produtos da marca prometia o tratamento de dores no corpo; de caspa, seborréia e queda de cabelo; de cravos e espinhas; de manchas de sol e pós-gravidez; de enrijecimento dos seios; de redução de abdômen. Não houve interferência da UGPI. A exposição aconteceria na “sede social”; e não no “centro social do Prosamim”.

3.4 A VITRINE

A localização do PRM rende-lhe bastante visibilidade, que aumenta com o fato de ele ter sido a primeira experiência de unidade habitacional do Prosamim. Mais, ter sido escolhido pelo GEA/ UGPI para abrigar seu escritório administrativo - o ESGC. Não verifiquei semelhantes visibilidade, propaganda ou atenção do Estado nas demais. Isso me levou a pensar o PRM como uma vitrine. Uma vitrine humana de disciplina e de desenvolvimento para a UGPI, o GEA, o BID e a sociedade amazonense.

Participei de apenas um evento do pós-reassentamento fora do PRM. Uma oficina infantil de carnaval no PRJP. Mas quando algum dos técnicos se ausentava do ESGC, ouvia dos outros a justificativa de que estava em serviço numa unidade habitacional. Não tive explicação precisa de como isso funcionava. Dependendo da demanda, eles deslocavam-se do

escritório. Contudo, conversei com moradores do PRJP, com os quais mantinha contato, que me disseram ali não haver atividades da UGPI. Afirmavam não ver os técnicos por lá. Ao procurá-los, não eram atendidos. É como se o pós-reassentamento só existisse no e para PRM. O PRJP foi inaugurado em 2008, um ano depois das Quadras I e II do PRM, e meses antes da Quadra III.

Na vitrine, o senso comum oscila entre as imagens do “novo cidadão” (Lemos, 2010) e do “alagadinho”. O GEA/ Prosamim forma “novos cidadãos” para a vitrine do PRM – e da cidade e do Programa. Investe em “ações” civilizatórias na etapa de pós-reassentamento para adequar os “alagadinhos”. Como essas ações não elevam o nível de escolaridade nem econômico, e muitos “beneficiários” permanecem com um comportamento de igarapé, vem à tona a imagem do “alagadinho”. Dependendo do contexto, o morador do PRM é visto como “novo cidadão”, por adquirir dignidade, com o Prosamim; ou como “alagadinho”, estigmatizado, o eterno “morador de igarapé”. Aquele que precisou ganhar casa do Estado. Que precisa de serviços gratuitos de empresas, de orientações diversas de instituições de ensino, igrejas e políticos.

Ao mesmo tempo, o PRM é uma vitrine de possibilidades. Os “novos cidadãos” tem poder de compra a crédito. Não precisam gastar com aluguel nem compra de casa, então podem usar seu poder de crédito em bens de consumo, como eletrodomésticos e carros. Não precisam necessariamente ter uma renda ou estar ganhando mais. O endividamento é que cresceu. O PRM vira uma vitrine de possibilidades de venda e de revenda para empresas de cosméticos e alimentos.

3.5 DO ESTIGMA AO ENFRENTAMENTO

“Quem é mais importante, o homem ou o meio ambiente? É possível viver sem cuidar do meio ambiente?”. Assim, ministrando uma palestra de educação ambiental às lideranças do PRM, a geóloga da empresa contratada pelo GEA, para avaliar o Prosamim, começava seu trabalho, numa tarde de quinta-feira, no salão Maués, do Lord Hotel, no Centro. As perguntas eram feitas a eles, que assinalavam a importância dos dois e sua mútua dependência. Afinal, “o homem precisa respeitar o meio ambiente, porque precisa dele”, e “porque os dois foram criados por Deus e o homem foi criado por Ele para cuidar do meio ambiente”, respondiam.

Diante da pergunta da geóloga sobre o que eles faziam para melhorar o meio ambiente, os moradores começaram a aproveitar o espaço para apontar suas insatisfações.

Diziam fazer sua parte: jogavam o lixo na lixeira, varriam a rua e a praça próximas de sua casa, usavam a água com moderação, não ouviam música em volume alto, não lavavam o piso de cima para não escorrer água para o apartamento abaixo do seu. O problema é que por mais que fizessem, havia vizinhos que não se importassem em fazer o mesmo. Por isso, aqueles, que se importavam com a “boa convivência” na unidade habitacional, clamavam por fiscalização e punição para quem apresentasse uma conduta diferente daquela padronizada como correta no Manual (2007), nos cursos e nas oficinas da UGPI.

Os *slides* da geóloga seguiam a mesma lógica antes-depois do Prosamim, empregada nas apresentações do curso de etiqueta urbana, pela nutricionista da UGPI. Embora mais comedida nas comparações, a avaliadora mostrava fotografias de casas de madeira sobre as águas de rios, com lixo e esgoto, como situações “sem educação ambiental”. Logo depois, com o título “Prosamim”, apresentava no slide fotos do PRM, de um igarapé canalizado, e de uma mão jogando lixo na lixeira. Dizia que “morar no meio do lixo era fruto de não se ter educação ambiental”. A educação ambiental era um exemplo do que o Prosamim tinha trazido aos ex-moradores de igarapé: lixo jogado na lixeira e uma cidade mais limpa. “As obras canalizam os igarapés, aí depende de cada um continuar fazendo a sua parte, colocando o lixo no local correto. Manter as condições de limpeza, de saneamento e de conservação da casa, do seu local de convivência, é meio ambiente também”.

Eu estava lá a convite de moradores e técnicos. Logo no início, não entendi tamanho interesse desses últimos em minha participação. Quando cheguei naquela tarde ao ESGC, encontrei moradores das três quadras, sentados em cadeiras, na área externa do escritório, como se estivessem aguardando alguém. Eu nada sabia até então. Estavam esperando uma van fretada pela unidade de gerenciamento para levá-los a um hotel para a avaliação do Programa. “Se for para fazer público para a UGPI bater foto, eu venho embora. Me retiro de lá na hora”, dizia-me um morador desconfiado. De modo geral, eles viam aquilo como oportunidade de serem ouvidos e tentar resolver os problemas do PRM. “Vem com a gente!”, chamava-me o presidente da Amoparma. O mesmo convite foi refeito com entusiasmo por Roberta, quando entrei na sala dos técnicos.

No hotel, ao entrar no salão, três moças se apresentaram, entregaram uma pasta e um crachá, para cada um de nós, eu e os moradores, e pediram que assinássemos uma lista de frequência. Jurema, a geóloga, fez uma apresentação de educação ambiental. Depois, Adriana, a assistente social, dividiu todos em grupos para discutir alguns temas, escritos em tiras de papel, abordados pela UGPI em seus cursos e oficinas, para saber o que os moradores tinham a dizer sobre eles. Ela pediu que os técnicos ficassem juntos num mesmo grupo. Entre os

temas, havia: curso de etiqueta urbana, curso de educação ambiental, campanha de prevenção a gripe H1N1. Um deles deveria ser escolhido para ser foco de propostas dos próprios moradores ou técnicos, conforme o caso. Eu não fiquei em nenhum deles. Limitei-me a observar.

Na pasta, havia uma caneta, folhas em branco para anotações, um formulário de avaliação do evento, um *folder* explicativo de “Avaliação Participativa dos Impactos da Educação Ambiental – Prosamim”, com as logomarcas da empresa avaliadora e do Prosamim, e mais um de divulgação do Programa. De acordo com o ROP (2007), por uma exigência do BID, a UGPI deveria apresentar relatórios de avaliação do Programa ao Banco periodicamente, que incluíam, entre outros aspectos: os resultados da execução financeira; o cumprimento de metas; resultados e avanços; grau de cumprimento de requisitos socioambientais; relatório sobre execução de reassentamento de famílias. Logo, pude compreender que o evento no hotel se tratava de uma avaliação para posterior prestação de contas com o BID.

No hotel, com o adiantar das horas, Adriana avisou que quem terminasse podia se dirigir à sala de fora, para um lanche. Sem os técnicos, eu e parte dos moradores fomos para fora. Ao ver a mesa arrumada, um deles soltou a piada: “Atenção, olha a etiqueta, hein, pessoal”. Todos riram e se serviram de salgadinhos, bolos, pão de queijo, sucos e café. Não havia pratos, *sous-plat* nem talheres. Rapidamente, aberto, o guardanapo virou prato e inclusive os técnicos comiam com as mãos.

Na rodada de apresentações, os moradores eram orientados a dizer qual o igarapé de origem, em qual unidade habitacional do Prosamim moravam e se tinham feito algum curso da UGPI. Era sabida a existência dos cursos, mas parte dos moradores reconhecia nunca deles ter participado. Narravam suas caminhadas diárias do Igarapé Mestre Chico até a lixeira da escola técnica, hoje IFAM, na Rua Sete de Setembro, entre a Visconde de Porto Alegre e a Duque de Caxias, no Centro. Insistiam que não é porque fossem de igarapé que seriam mal educados e sujos. “Não preciso de curso para pegar numa vassoura e numa pá de lixo. Até agora não participei e estou indo bem”, assegurou seu Ribamar, morador da Quadra I, do PRM. Também da Quadra I, seu Lúcio revelou compartilhar esse pensamento ao contar o que via os vizinhos fazerem: “Vi gente que fez curso fazer coisas horríveis”. A outra parte atestava a importância das ações educativas para os outros. Eles próprios asseguravam nunca ter tido o hábito de jogar lixo no chão. Somente uma moradora confessou a antiga prática, que teria mudado por causa dos cursos. No entanto, reclamou das lixeiras, que eram pequenas e

das pessoas do entorno que entravam no parque residencial para depositar seus lixos. “Vem gente de fora usar a lixeira. Queria que mudassem de lugar ou colocassem uma maior”.

Sobre a divulgação, seu Lúcio reclamou da distinção feita pelos técnicos. “No PRM há uma panelinha, para quem tudo é divulgado. Nunca sou informado dos cursos”. Outro disse que a divulgação não atingia todos, por causa do tamanho do PRM. “A área é ampla e não chega em todas as casas”. Mais adiante, as palavras de uma moradora da Quadra III confirmaram as suspeitas de seu Lúcio. “Não acontece isso [ausência de divulgação] na minha Quadra [Quadra III]. Meu vizinho não vai porque não quer”.

De fato, na Quadra III, havia maior circulação de informações, tanto pela proximidade do casarão quanto pela mobilização da Ampare. Para divulgar para as outras quadras, era preciso seguir a Avenida Igarapé de Manaus até a Tarumã. Ou seja, atravessar a Rua Ramos Ferreira, cruzar por debaixo da Ponte da Leonardo Malcher, passar pela Doutor Machado e seguir adiante até alcançar a Tarumã. Sem esquecer, é claro, de passar entre os blocos, nos fundos deles, onde, principalmente na Quadra I, havia muitos apartamentos, quase invisíveis por quem andasse na via principal. Pareciam estar escondidos. “O BID não passa por lá quando vem aqui, fica só na entrada”, ressentia-se dona Mariana em entrevista, ao comentar o esquecimento em que estavam os moradores da Quadra I. Pude identificar o mesmo discurso em moradores das três quadras.

O estigma de morador de igarapé estava em cada palavra. Expressas por alguém, que, apesar de morar no PRM, disse continuar sendo visto como parte dos “alagados”. Para as pessoas de fora, afirmava que persistia aquela ideia de que “tiraram o chiqueiro, mas os porcos continuam”. Não adiantava sair do igarapé, porque eles ainda eram os “porcos”, os “alagados”, os “mal educados”, os “pobres”. Essa imagem não os agradava, pois lhes parecia injusta. “As pessoas tem aquele pensamento: ‘eles são pobres, vem do beco’, por isso há tratamento diferenciado”.

Quando lhes era permitido falar, aproveitavam o instante para registrar o sentimento de gratidão pelo Programa “maravilhoso” e reivindicar seus direitos. Não aceitavam as imposições de quem quer que fosse passivamente. E pude constatar que as fotos e as comparações antes-depois do Prosamim os incomodavam realmente. Eles reclamaram da empresa coletora de lixo. “O sistema está todo poluído. A gente limpa as ruas e a praça. Aí vem o carro coletor, e se o saco rasga, eles [garis] chutam o lixo pra dentro do esgoto. A foto disso não aparece aí. Só o morador leva a culpa”, questionava o presidente da Amoparma.

As calçadas estavam destruídas pelo caminhão. Os garis jogavam o lixo que caía das sacolas de plástico nos bueiros. “As pessoas de fora do Parque [PRM] passam lá de carro e

jogam copos e papel de picolé e sorvete. E quem leva a culpa? Aquele que morou no igarapé. As fotos poderiam aparecer aí, para que a gente não leve a culpa sozinho”. Os garis estouravam garrafa PET com o pneu do caminhão no meio da madrugada. Passavam somente 5h da manhã, o que gerava muito lixo, e animais reviravam os sacos durante todo o dia. O número de coletores era insuficiente para a quantidade de lixo produzida nos apartamentos. Nada disso era novidade para os técnicos da UGPI. Esses foram alguns dos pontos mencionados, além da ausência de serviço de correios, telefonia, internet, e do alto valor da taxa de água.

Em seguida, conforme a programação das avaliadoras, houve a formação de grupos e distribuição de temas. A discussão estava direcionada por elas para identificar a opinião dos moradores sobre as atividades da UGPI e o que sugeririam: “O que deveria ser trabalhado na palestra? O que você gostaria de aprender nas palestras?”. Os temas foram: semana do meio ambiente, campanha de vacinação, aulas práticas de jardinagem e arborização, curso de etiqueta urbana, palestra sobre DST/ AIDS, orientações de prevenção a dengue, curso de PET, orientações sobre destinação de lixo, oficina de materiais recicláveis, captura de cães, entre outros.

O grupo dos técnicos foi o terceiro dos seis. Para os moradores, o que incomodava no discurso deles era o que depois, em entrevista, seu Ribamar definiria como “arrogância dos técnicos da UGPI”. “Eles gostam de dizer ‘eu fiz isso’, ‘eu fiz aquilo’, quando não fazem é nada”. E era isso que acontecia ali. A nutricionista, a assistente social e os dois biólogos presentes tentavam se explicar e enumerar seus feitos a cada fala de um morador. Daí o bate-rebate que se instaurou. Bastava um morador dizer algo que desagradasse um técnico ou fosse visto como negativo para o Programa, que tinha sua fala seguida por justificativas ou esclarecimentos por parte da UGPI. E quando chegou a hora de eles falarem, o momento virou desabafo, palestra de etiqueta urbana, prestação de contas.

“Aquele parque [PRM] é um residencial. Não pode ser transformado numa favela”. Assim começava a nutricionista a assinalar as condutas inadequadas dos moradores do PRM e o seu compromisso em educá-los. “Desde o início, a gente diz: conservem, porque isso é de vocês”. Para ela, muitos que vão ao curso não precisam ouvir os ensinamentos. Porém, quem age de maneira inadequada é porque não foi. Lembrou que o Prosamim era o maior programa da América Latina. “Uma salva de palmas pra gente, porque fazemos parte disso!”. E voltava às comparações de antes-depois do Prosamim, repetindo o discurso dos cursos de etiqueta: “Antes tínhamos uma vida insalubre e hoje somos cidadãos. Vivemos num lugar privilegiado. Muitos gostariam de estar no lugar de vocês. Vamos honrar isso!”.

Os biólogos relembaram o trabalho já realizado de distribuição e plantio de mudas, e de oficina de garrafas PET nas unidades habitacionais e no Conjunto Nova Cidade. Fizeram a proposta de um Parque Sustentável, com reciclagem para fabricação e comercialização de vassouras de garrafa de plástico. Uma proposta que os moradores me disseram ser deles também. Em seguida, o presidente da Ampare pediu para fazer algumas considerações. “Ela [nutricionista] fez um desabafo, mas isso tinha que ser tratado com a gente dentro da comunidade. Aqui, nós somos lideranças e isso tinha que ser discutido com a comunidade”. A técnica respondeu e quis saber como o curso de etiqueta ficaria melhor, já que ele manifestara insatisfação. Continuou o bate-boca, que foi interrompido pela assistente social, que mediava do processo de avaliação. “Gente, acaba que todo espaço que a gente encontra acaba sendo um espaço para colocar pra fora essas coisas”. Pediu que o próximo grupo fosse para frente e se apresentasse.

Entre as propostas, dou destaque para a do grupo integrado pelos moradores do PRJP. Ao abordar os temas dos pedaços de papel, declararam que nada daquilo havia acontecido no PRJP. “Os cursos não chegam pra gente”. A proposta deles, portanto, era que as atividades chegassem lá também. Sobre se tinham recebido orientações de prevenção a dengue, seu Gustavo acrescentou, mais no sentido de acusar o “abandono” do Estado em relação ao PRJP, já a mim manifestado em outros momentos: “Sei que todos sabem o que fazer, mas também não tivemos essa orientação por parte da UGPI”.

Antônio, da Quadra III, do PRM, gostaria de ações voltadas para melhoria de renda. Ele queria que o Programa oferecesse atividades que valorizassem os artesãos. Pedia um espaço físico estratégico para expor os produtos, onde fosse possível divulgar o trabalho e os profissionais. E desse modo levar renda para os artesãos da comunidade. “Nós somos os fiscalizadores do Programa. Tem situações que não devemos calar a boca. O que é pra elogiar a gente também elogia”, justificava-se.

Adriana finalizou as atividades de avaliação daquela tarde assegurando que o processo previa outros momentos como aquele. Haveria mais etapas. Mais consulta. Fez um balanço do encontro. Considerou que um programa amplo como o Prosamim gerava expectativas. “Precisamos refletir sobre os limites do Programa. Ele não é capaz de fazer sozinho todas as mudanças que são necessárias”. De acordo com Jurema, o correio não era uma responsabilidade do Prosamim. A questão do lixo era um problema em todas as cidades brasileiras. “A gente tem que saber a hora de cobrar. A própria comunidade tem que saber quais são as suas responsabilidades. Fico feliz em saber da mobilização das associações”. Sobre a água, disse que a cobrança de taxa de esgoto não era exclusividade do Prosamim.

Onde houvesse rede de esgoto, com ou sem tratamento, seria cobrada a taxa. Citou o exemplo de Brasília, cuja taxa era de 100%.

Antes que ela desse por terminado o evento, muitos moradores colocavam a pasta debaixo do braço, fazendo menção de se levantar para ir embora. Passava das 18h e a frustração tomava conta deles. Nada do que tivessem dito ou que dissessem faria diferença. Essa foi a sensação deles a mim desabafada, quando saímos do hotel para esperar a van que nos levaria de volta ao PRM. Durante todo o trajeto, eles se questionavam sobre suas impressões em determinadas situações de enfrentamento com os técnicos, detalhadamente pontuadas e lembradas. “Você viu?”, perguntavam-me a cada narrativa.

Ao retornar, ficamos na frente do “casarão”, de pé, conversando sobre o que acontecera. Verifiquei que naquela tarde não houve distinção de grupos, de quadras, nem de unidade habitacional. Todos eram ex-moradores de igarapé, atingidos pelo Prosamim, querendo falar, ser ouvidos e atendidos. Eles unidos contra os técnicos da UGPI/ Estado e os da empresa avaliadora. “Como é que eles querem nossa opinião, se colocam os avaliados dentro da mesma sala? A parte avaliada se fez presente para coagir. Que avaliação é essa?”, surpreendiam-se. A conclusão foi de que aquilo tudo fora uma “armação”. No meio das ponderações de um e de outro, dona Meire, da Quadra III, cansada de passar a tarde inteira usando sandálias de salto alto, retirou-as na calçada, ficando com os pés no chão. “Que isso? Cadê a etiqueta?”, alguém perguntou imediatamente. Sem tom de brincadeira, ela respondeu: “Aqui não tem etiqueta, não. Ela ficou lá [no hotel]”. Ninguém conteve os risos.

3.6 OS PRISIONEIROS

Não havia quem dissesse que o Prosamim não era algo “maravilhoso” em suas vidas. Parecia discurso combinado e decorado entre os moradores e os técnicos, quando se iniciava uma primeira conversa sobre ele: “É um Programa maravilhoso”. Perdi as contas de quantas vezes ouvi isso. No entanto, dias depois, a mesma pessoa expressava alguma insatisfação. Com o tempo e a convivência, da insatisfação, ela passava a uma avaliação mais detida, pontuando o que os moradores chamavam de “falhas” ou “problemas”, a partir de sua experiência cotidiana. Sempre com a ressalva de que o Programa era “maravilhoso”.

A entrevista com um morador da Quadra I esclareceu essa aparente contradição. Aos 65 anos, com o ensino médio incompleto, seu Ribamar - citado nos demais capítulos - não tinha emprego fixo e vivia de “bicos”. Nascido em Itacoatiara (AM), quando chegou a Manaus, foi morar com parentes no igarapé Mestre Chico, onde ficou cerca de 25 anos até a

intervenção do Prosamim. O pai era pernambucano e comerciante. Viajava muito vendendo seus produtos e assim conheceu a amazonense que viria a ser a mãe de Ribamar.

Com a mulher e os filhos, seu Ribamar morava no PRM havia quatro anos desde sua inauguração. Participou das atividades de pré-reassentamento, das oficinas de “consumo consciente” de energia e de água, dos cursos de etiqueta urbana e educação sanitária, e da escolha do apartamento na unidade habitacional. Sonhava com uma moradia melhor, mas nunca quis sair do Centro. Ali não dependia de transporte nem de dinheiro para sair de casa.

O que me narrava sobre a sua vivência no Programa sintetizava muito do que me fora contado por vários moradores. A diferença é que ele não poupou exemplos nem comparações. Constatei nas palavras de todos eles um sentimento de dívida em relação ao GEA por causa do “presente” da moradia. “Falar mal” do Programa era ser “indigno” da bondade de quem tanto fez por eles. A generosidade estava personificada pelo ex-governador Eduardo Braga, o “pai do Prosamim”. A massificação da coação ficava a cargo dos técnicos, que, como a nutricionista, insistiam no dever dos moradores de “honrar” um “privilégio” concedido pelo Estado a poucos.

O Programa era visto por eles como um “presente” do ex-governador, que estava sendo destruído pelos técnicos da UGPI, que não o sabiam administrar. Braga não sabia dos rumos que o Programa tomava. Se soubesse e estivesse no cargo, tomaria providências, embora considerassem que ele sozinho não podia dar conta, e estava mal acompanhado tecnicamente. Pairava entre eles o acordo tácito de não falar qualquer coisa que desvalorizasse ou diminuísse o Prosamim. A retribuição do dom recebido era não “falar mal” do Programa. Quem o fizesse seria “indigno” do presente.

O período de negociação e de reassentamento transcorreria bem. Seu Ribamar comentou que as relações com os profissionais da UGPI eram amigáveis. Todos foram corretos. Explicavam tudo com paciência. Ele só não imaginava que isso mudaria após o reassentamento na unidade habitacional. O tratamento mudou a partir da entrega do apartamento: “Somos tratados da mesma maneira que um preso numa penitenciária”. De acordo com ele, para sair do igarapé, as pessoas eram bem tratadas. Fora de lá, os técnicos da UGPI passavam a se comportar de outra maneira. Dizia se sentir visto por eles como um “criminoso”. É como se porque “veio do igarapé, então é uma pessoa à toa, que não tem estudo. Não tem nada. Não sabe de nada. É pobre e pobre não tem direito. Não tem o que reclamar. É o vilão”. Mesmo que confessasse não saber o porquê da mudança de tratamento dos técnicos em relação aos moradores, ele próprio chegava a uma resposta ao me apresentar

a situação: “O pobre é o vilão porque o Prosamim não foi feito para dar errado. Eles [técnicos] não querem problemas”.

No início da relação, os técnicos precisavam convencer os moradores de igarapé a deixarem o local. O sucesso da empreitada dependia da negociação da boa relação. Feito isso, ao ocuparem as suas novas casas, os moradores do PRM passavam a ser um problema para a UGPI/ GEA. A unidade habitacional vitrine do Programa, localizada no Centro, não poderia parecer com uma favela nem um aglomerado de gente mal educada. Afinal, “o Prosamim não foi feito para dar errado”. E dar errado seria virar favela. Precisava retratar a melhoria de vida dos chamados pejorativamente de “alagadinhos” até para justificar o empréstimo financeiro do BID. Daí a necessidade de dar aos “novos cidadãos” (Lemos, 2010) bons modos de comportamento, de higiene e de organização do lar. Nada de “hábitos de igarapé”.

Os “hábitos de igarapé” eram rotulados como conduta irregular pela UGPI, no Manual (2007), nos cursos e no discurso de seus profissionais. Eram símbolos de estigma de pobreza. Tornavam mentirosa a promessa de dignidade e de melhoria de vida do Estado. A prática das irregularidades pelos moradores do PRM fazia deles um entrave aos objetivos do Programa. Um problema a ser resolvido pelos técnicos executores, que pouco se importavam com os interesses do público ao qual eram destinadas as atividades de pós-reassentamento. O que interessava era controlar e disciplinar os “alagadinhos”. Civilizá-los.

O público, que quase não comparecia aos eventos da UGPI, queria ser ouvido e atendido. Queria, por exemplo, a manutenção da infraestrutura da unidade habitacional, das áreas de lazer e de uso comum; a reposição de lâmpadas e melhor iluminação dos espaços; o corte regular de grama; a segurança de sua família e o controle da criminalidade do tráfico de drogas; a promoção de atividades que aumentassem a renda mensal e os níveis de escolaridade e social; um valor mais justo da taxa de água; a recuperação das calçadas da via principal, destruídas pelo caminhão da empresa coletora de lixo; a colocação de mais lixeiras para atender a demanda de lixo dos blocos; a instalação de rede de telefone e internet; o serviço dos correios.

Nada disso era novidade para os funcionários da UGPI. Após quatro anos de pedidos e de ausência de medidas efetivas, que solucionassem os problemas acima citados, ou pelo menos demonstrassem um esforço para tanto, os moradores sentiam-se “abandonados”. Não acreditavam mais no que diziam os técnicos. Para os moradores não importava mais curso disso nem daquilo. Nada lhes interessava. “Curso de jardinagem pra quê? Primeiro, eles tem que dar condições. Como vou molhar as plantas? Eles nem capinam a área verde do Parque [PRM]”, questionava seu Ribamar. Já entre os técnicos, Rosana me confessava seu sentimento

de impotência ao receber cobranças dos moradores. A ela cabia fazer as notificações aos órgãos executores responsáveis.

Os moradores queriam o sossego de suas casas. Fazer suas festas com o grupo do qual faziam parte, independente de Quadras, de UGPI, de Prosamim. E ali eles sabiam se reunir conforme seus interesses: o grupo de dança, dos amigos da ponte, da igreja evangélica, da comunidade da igreja católica, do baralho no espaço “entre blocos”, da frente da Toca da Tia Maria, da associação, do futebol, do “papagaio” (pipa) nos domingos, do teatro aos sábados, e por aí vai. “Aqui é onde podemos ficar, o nosso lugar, então vamos levando”, concluía o morador da Quadra I.

Viver num cubo. Morar numa prisão. Não se sentir realmente dono de sua casa. Sentir-se um problema, um criminoso, um pobre, um nada. Tudo isso era comum a muitos dos moradores com os quais mantive contato durante os meses de trabalho de campo. Os técnicos os tratavam como pessoas incapazes de distinguir o certo do errado. Costumavam dizer que eles não estavam acostumados a “uma vida com regras” e com contas pra pagar, o que se mostrava uma inverdade. Bastava conhecer o esforço de moradores, como dona Fátima, para pagar a conta de água no fim de mês. O que o marido ganhava, mensalmente, numa empresa contratada pela Petrobrás, só dava para pagar a conta de água. Para as demais despesas, ela usava o dinheiro da venda de merendas nos fins de semana.

A moradora começou a trabalhar aos nove anos de idade com o pai e o irmão de sete anos. Saíam de por volta das 5h da manhã para vender cuscuz. Agora, aos domingos, suas filhas de quinze e dezessete anos a ajudavam a vender cuscuz, tapioca e pastel. Uma, na feira coberta do Japiim, no bairro Japiim, na zona sul da cidade. Outra, no terminal de ônibus da Avenida Constantino Nery, na zona centro-sul. O marido vendia no mercado, na Avenida Djalma Batista, na zona centro-sul, depois do viaduto. Havia trinta anos que esses pontos pertenciam a sua família. Já tinha trabalhado em fábrica do distrito, lavado roupa para fora, cuidado de criança em casa de família. Nasceu e cresceu no Igarapé Mestre Chico, com seus irmãos, tios e primos, que se espalharam pelas unidades habitacionais do Prosamim. Outros voltaram para o interior por não se adaptarem a vida em apartamento. Morar na Quadra III, do PRM, para ela era muito bom. Seus irmãos moram nas Quadras I e II. Segundo me disse, eles sentem medo por causa das mortes ocorridas por acerto de contas entre vendedores e usuários de drogas. “Pra lá, é tiroteio, um corre-corre. Mataram um na porta da casa deles. Outro, porque foi cobrar dívida de dez reais por um fogão velho. Aqui [Quadra III] tem bebedeira, mas ninguém resolve as coisas assim”.

Diferente de dona Fátima, seu Ribamar, depois de passar um ano e meio de muito aperto, e perceber que a situação não mudaria, desistiu de pagar a conta de água. O sentimento de fracasso expresso por ele não era de quem não estivesse acostumado a uma vida com regras. Ao contrário, era de alguém que sabia muito bem o que significava não pagar suas dívidas. Brigava contra seu “autocontrole”. O resultado era frustração. Na terminologia de Elias (1997), já não se tratava de uma coação externa, mas de um “autocontrole”. A coação do Estado assimilada pelo indivíduo. Só que as raízes dessa coação não tinham a juventude do Prosamim. Vinham da convivência com um pai de conduta e valores rígidos, que botou o filho para trabalhar como seu funcionário ainda menino.

Como eles, muitos moradores do PRM consideravam abusivo o valor da conta de água, com uma taxa de esgoto de 80%. Isso gerava muitos conflitos e os levou a entrar com um processo de pedido de avaliação do sistema de contagem de água do PRM havia três anos no Ministério Público. Embora muitos tenham deixado de pagar a conta, a água de suas casas não foi cortada. Nem por isso eles deixaram de reivindicar do Estado a investigação de possíveis irregularidade dos contadores da empresa, e um valor menos abusivo e mais condizente com seu poder aquisitivo.

Não era a maioria, mas também havia quem não se importasse com as contas, o apartamento, as áreas comuns, os vizinhos e os técnicos. Usuários de drogas, “bêbados”, “assassinos”, “criminosos”. Assim eram chamados muitos daqueles que criavam problemas, ameaçavam o vizinho de morte, faziam barulho de madrugada, gritavam, brigavam, fumavam, bebiam e se drogavam. Para eles, realmente, seja no igarapé ou na unidade habitacional, nada faria diferença. Não seria um curso do Prosamim que mudaria isso. Esses “marginais” eram vistos como uma responsabilidade da UGPI. “O problema da insegurança foi criado pelo Prosamim”, disse-me seu Ribamar e, tantos moradores do PRM. Para eles, no igarapé havia um problema. Na unidade habitacional, houve a reunião de vários problemas, de vários igarapés. “Juntou os problemas de todos os igarapés num só local. A UGPI sabia disso. Diziam que não podia ter discriminação, mas agora eles fazem isso, porque somos todos taxados da mesma coisa”. Ouvi muitas histórias contadas pelos vizinhos e pelos técnicos, mas não cheguei a conversar com os “marginais”, ou as “pessoas difíceis”. Todos mantinham certo distanciamento. Decidi não me deter nisso. O contato com eles era complicado e me tomaria um tempo que eu não tinha. O PRM se mostrava grande demais para mim.

Retomando o problema da água, seu Ribamar acreditava estar pagando uma dívida do GEA. A empresa teria feito o sistema de esgoto sem cobrar nada do Estado. Agora, na conta de água, seus novos moradores estariam pagando esse sistema. Para ele, a água não era

cortada, porque mais cedo ou mais tarde o pagamento aconteceria. “Eles pensam: deixa a conta rolar. Eles vão ter que se espremer tanto pra pagar, que vão ficar sem crédito, com nome no Serasa e ter que vender o apartamento. Na hora de vender, alguém vai pagar, vendedor ou comprador”, analisava. Era isso que observava com muitos de seus vizinhos. Exemplos não lhe faltavam.

3.7 A RE-PRODUÇÃO DOS NOVOS CIDADÃOS

O Prosamim não deu somente uma nova moradia aos “alagadinhos”, mas transformou-os em “novos cidadãos” (Lemos, 2010). Tal pensamento é a opinião compartilhada pelo senso comum manauara nas filas de padarias e bancos, nos comércios e shoppings, na voz do radialista, na matéria do jornal, e também reproduzida por Lemos (2010) em seu estudo sobre o PRM. Trata-se de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da UFAM. A autora busca identificar como a transição de ambiente de moradia foi vivida pelos moradores, a partir da experiência no novo espaço físico e das relações de vizinhança. “Analisa ainda os sentimentos dos moradores, as dificuldades e expectativas em torno da transformação do ambiente de moradia” (LEMOS, 2010, p.7).

Tomando as orientações de Bourdieu (2008b), para compreender o que se passa em lugares que aproximam pessoas que tudo separa, tentei pensar o PRM a partir do confronto de visões de mundo diferentes. Os conjuntos habitacionais são lugares “difíceis de descrever e de pensar” e, por isso, o pesquisador deve “[...] substituir as imagens simplistas e unilaterais (aquelas que a imprensa, sobretudo, veicula), por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, [...] abandonar o ponto de vista único, central dominante, em suma, quase divino, no qual se situa geralmente o observador” (BOURDIEU, 2008b, p.11). Para reduzir a violência simbólica da relação de pesquisa, reconheci a importância de “estar lá” o maior tempo possível para conhecer a diversidade das realidades existentes no PRM. Acompanhar os moradores diariamente me ajudaria na aproximação e no conhecimento de suas trajetórias e de seus pontos de vista. Em caminho diferente, a pesquisa de Lemos (2010) reproduziu o discurso do Estado e do senso comum.

O novo lugar à época de sua inauguração foi elogiado pela bela estética e pela aparente organização espacial. Esses aspectos ficam mais evidentes quando comparados ao antigo lugar. A paisagem, sem sombra de dúvida orgulha não apenas o morador, mas também o cidadão de Manaus, que vê a mudança como progresso e beleza. Muito embora o modelo arquitetônico seja questionado e o tamanho desses espaços não atenda a expectativa e necessidade do morador, percebe-se uma transformação plástica externa agradável (LEMOS, 2010, p.47).

A mera opinião é considerada empirismo, algo que o pesquisador deve combater, porque, por trás das ideias e da ação social cristalizadas, há condições de produção e estruturas de dominação cobertas pelo véu da ignorância coletiva (Bourdieu, 2004). A avaliação de Lemos (2010) baseou-se em sua “observação participante” e na opinião dos cerca de quarenta moradores escolhidos para a realização de entrevistas, de trinta minutos, durante os meses de novembro e dezembro de 2009. Havia, na época, dois anos de inauguração das Quadras I e II, e um ano da Quadra III. O estudo considerou as duas primeiras quadras como sendo o PRM. Não há nenhuma menção a terceira quadra. Ainda não havia sido construído o ESGC.

Ela tenta identificar os grupos de moradores e os usos que fazem do espaço, e como se sentem em relação a ele. Descreve o que um transeunte comum é capaz de observar ao passar pela via principal. Que há ali muitos grupos de pessoas fazendo coisas diversas. Um deles usando a quadra de esportes; outro conversando com vizinhos, na frente de suas casas; bebendo cerveja debaixo da ponte da Rua Leonardo Malcher, identificados pelas palavras pintadas na parede: “Amigos da Ponte”. Mulheres fazem faxina e ouvem música em alto volume. Barracas de venda de comida durante a noite. Crianças brincando na rua.

Como os técnicos, ela acreditava que os moradores não sabiam usar os espaços urbanos. Para os primeiros, era por causa da origem de igarapé, onde se acostumaram a viver “amontoadinhos” no mesmo cômodo. Lemos (2010), também assinalando a origem de igarapé, aponta para um vazio no relacionamento afetivo trazido pela mudança. Por isso, os moradores

“[...] não sabem como utilizar certos instrumentos urbanísticos como as praças construídas nas áreas coletivas, como também não havia o hábito de se deslocar para certas atividades sociais, tudo era feito no restrito perímetro da casa, de uma janela pra outra, de uma porta para a passarela. Agora há um parcelamento do espaço, cada ação tem uma área destinada para seu uso social (LEMOS, 2010, p.73).

Minha pesquisa produziu elementos que permitiram questionar essas duas versões. Os moradores conhecem os espaços urbanos e os usos convencionados como adequados pela sociedade e, principalmente, pela UGPI, no Manual (2007). Tanto os técnicos quanto a autora sugerem uma incapacidade de ex-moradores de igarapé saberem o que querem e preferem. É como se, porque veio do igarapé, o indivíduo não soubesse fazer distinção do que é bom e ruim, ou certo e errado. Saber o que é melhor pra si. Qualquer coisa que receba ou lhe seja oferecida seria lucrativo em relação a vida prévia, porque, afinal de contas, ele veio do igarapé, “da lama”, da insalubridade. Por sinal, Lemos (2010) associa a origem do nome “Buraco do Pinto”, usado para denominar a parte do Igarapé de Manaus, entre as ruas Ramos Ferreira e Ipixuna, ao estado de sujeira e lama do local, conforme teriam lhe informado.

Essa era a versão popularmente aceita e que eu conhecia antes da pesquisa. No entanto, seu Joaquim, um dos mais antigos moradores da região, que teve grande parte de sua casa destruída com as obras de intervenção do Programa, contou-me outra história. Assegurou-me que o nome fora dado por causa do dono de um dos primeiros mercadinhos de lá, seu Pinto, que se tornara a referência para as compras no igarapé. E como estava localizado numa área de declive, mais baixa que o resto do terreno, era chamado de buraco. “Quando alguém precisava comprar alguma coisa, a gente dizia: vai lá no buraco do Pinto”, lembrava.

Não se trata de uma pesquisa etnográfica. Nem a autora se propunha a isso. Cita de modo breve Malinowski, Magnani e Augé. Reproduz o que ouve de um ou outro morador. O discurso e o trabalho dos profissionais da UGPI não são problematizados. A relação entre moradores e técnicos, no momento de criação da Amoparma, é quase ignorada. Limita-se a identificar a “inoperância” da Amoparma.

A Associação de Moradores do Parque Residencial Manaus (AMOPARMA) foi criada por incentivo da UGPI como forma de cumprir com um dos objetivos que é a participação comunitária dos moradores. Porém, a AMOPARMA é relativamente inoperante e à época dessa pesquisa passava por uma série de dificuldades como, por exemplo, a adesão dos moradores, dificuldades burocráticas como seu registro nos órgãos públicos e falta de verba para conservação da área externa do PRM, como os parques recreativos, praças, quadra e dos próprios apartamentos (LEMOS, 2010, p.48).

De fato, a Amoparma não era atuante. Os motivos, relatados em capítulo anterior, estão ligados à falta de articulação, de interesse, de condições e de credibilidade dos membros da associação. Não fazia festas nem tinha o apoio dos moradores como a Ampare. Mas o presidente da Amoparma era acordado no meio da noite para resolver problemas dos

moradores. Quando havia algum conflito, era para ele que os moradores corriam. Na época da pesquisa de Lemos (2010), eles já reclamavam da falta de serviços de correio, telefone público, iluminação e segurança. O medo gerado pela criminalidade do tráfico e do consumo de drogas. A insatisfação pela insegurança de posse da moradia e proibição de efetuar alterações.

O uso do espaço de modo diferente daquele traçado pelo Prosamim, em suas diretrizes de conduta urbana adequada, é visto por Lemos (2010) como resultado de hábitos pouco orientados aos cuidados do entorno. O descuido dos espaços coletivos manifestava o distanciamento dos moradores. Ela ressalta o programa de educação ambiental da UGPI, que já naquele período tinha “poucos resultados visíveis de transformação de comportamento coletivo com o lugar de moradia”. Os moradores são caracterizados por uma “aparente fragilidade do compromisso ambiental”. Isso se devia mais a uma falta de articulação coletiva do que a espera do cumprimento das responsabilidades do Estado. Reconhecia-os como necessitados de uma mediação de poder até que pudessem andar com as próprias pernas.

[...] De qualquer forma, esses moradores ainda estão necessitando da mediação do poder público para estabelecer essas articulações coletivas para a autonomia necessária nesse novo lugar. As articulações por sua vez, dependem também da clareza dos papéis sociais que esses moradores devem assumir, mas que ainda mostram-se confusos (LEMOS, 2010, p.76).

Na verdade, com minha pesquisa de campo, eu não encontrei pessoas confusas nem necessitadas de mediação do poder. Conheci agentes sociais capazes de pensar e agir, e conscientes de suas escolhas. Negociavam e se articulavam o tempo inteiro entre si, com o Estado e com quem mais aparecesse naquele mercado de serviços. Minha relação de pesquisa foi uma constante negociação. Nos termos de Lima (2002), considero o trabalho de pós-reassentamento como um serviço de Estado, a partir da governamentalização de tecnologias de poder, que atua sobre os moradores do PRM, como indivíduos necessitados de intervenção de uma equipe de profissionais especializada. Porém, como assinala o autor, eles se redefinem nesse processo de negociação e passam a questionar os serviços públicos. Com base no que ocorreu com Lemos (2010), acrescento que a crença de que os atingidos pelo Prosamim necessitem de uma intervenção técnica passa a ser difundida e compartilhada pela sociedade. Aliado a isso está o equívoco amplamente aceito como verdadeiro de que o Prosamim estaria voltado para pessoas necessitadas de moradia. Essas ideias contribuem para a fixação da imagem estigmatizada dos moradores do PRM como “necessitados”.

[...] o entendimento das relações entre a concepção e o exercício de distintos serviços de Estado, pode conduzir ao estudo da governamentalização de tecnologias de poder destinadas a atuar sobre determinados segmentos sociais construídos na qualidade de carentes de uma intervenção qualificada como técnica, distinta de uma ação política. Mas, ao se tornarem objeto de ação governamental, acabam por se redefinir e, num processo de negociação permanente, questionar os serviços públicos, imiscuir-se neles e induzi-los a transformação (LIMA, 2002, p.18).

Compreendi que os moradores não consideravam a manutenção desses espaços uma responsabilidade unicamente sua. Queriam que o Estado assumisse a parte que lhe cabia. Sentiam-se “abandonados”, porque isso não acontecia. Uma forma de protestar era se despreocupar, demonstrar “desinteresse”. Não era problema limpar a frente de suas casas, algo que faziam com frequência. Mas os espaços coletivos das praças, parques, quadras e áreas de lazer, usados por todos, de dentro e de fora do PRM, para eles, deveriam constar numa programação de limpeza do Estado. Se não se tratava de um condomínio fechado, se eles não possuíam o título da propriedade da moradia, logo, acreditavam ser um espaço do Estado. Os moradores não se sentiam responsáveis pelo conserto de brinquedos e instrumentos urbanos das praças. Mais, eles viam e acompanhavam a repercussão nos jornais (Martins, 2011; Prestes, 2011a) de que isso não acontecia somente ali e não era culpa deles.

O parque público PDPJ, ao lado do PRM, atravessando a Rua Ipixuna, e se estendendo até a Sete de Setembro, era um retrato disso. De acordo com a notícia de um jornal, a ausência de manutenção era resultado do desentendimento entre o GEA e a Prefeitura sobre a quem caberia a administração dos espaços criados/ transformados no âmbito do Programa.

Mais de um ano de indefinições sobre o repasse para a prefeitura da administração dos parques residenciais construídos pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) acumularam danos às obras, que já estão deterioradas e em estado de abandono. Diante do impasse sobre o gerenciamento dos parques Desembargador Paulo Jacob e Bittencourt, no Centro, e do parque Kako Caminha, no bairro Santo Antônio, na Zona Oeste, a manutenção dos espaços é precária, pois nem o Prosamim nem a prefeitura assumem a competência pela administração dos parques (PRESTES, 2011. Não paginado).

Outra maneira de reagir ao suposto “abandono” do Estado era tentar se fazer ouvir através de representantes políticos. Os membros das associações buscavam ajuda de deputados e vereadores, e pediam para que intermediassem junto à Prefeitura de Manaus pela realização de serviços de infraestrutura no PRM. “[...] as ruas necessitam urgentemente de

serviços de tapa-buraco, vários trechos do conjunto residencial estão às escuras e no local faltam lixeiras públicas” (MORADORES, 2011. Não paginado).

Lemos (2010) reafirmava o discurso do senso comum. Segundo a autora, “Apesar da construção do PRM ter sido destinado a pessoas menos favorecidas economicamente, percebe-se a existência de pessoas com distintivo poder aquisitivo (LEMOS, 2010, p.51). Fazendo uma retrospectiva descritiva de quem era o morador de Igarapé, e de como era seu ambiente de moradia inóspito, ela finaliza seu estudo, considerando que a nova configuração espacial teria trazido novas perspectivas sociais, nova identidade social e nova agenda de compromissos socioambientais. Diante disso, defende que a imagem dos ex-moradores de Igarapé mudou perante a sociedade. Que antes eles tinham uma condição marginal e, agora, com o Prosamim, são cidadãos reconhecidos e valorizados. Ressalta a importância de políticas públicas de habitação popular que incluam processos de mediação que auxiliem as pessoas na reconstrução das novas moradias. Os critérios da política de financiamento do BID não são mencionados.

A imagem dos moradores perante a sociedade modificou-se passando de uma condição marginal, de alguém que vive à margem da sociedade para a condição de cidadão incluído socialmente, reconhecido e valorizado pela sociedade Manaura. A mudança física do lugar de moradia em sua estética paisagística traz uma beleza que é reconhecida na cidade e por sua vez reconhecendo esses **novos cidadãos**. Assim, o PROSAMIM por meio do PRM proporciona uma nova realidade social para essas pessoas (LEMOS, 2010, p.78). Grifo meu.

Que morar num apartamento bonito, sem risco de desabamento e alagação, seja melhor do que ir dormir com medo de acordar com a casa de madeira sendo invadida, pelas águas sujas do Igarapé, é quase inquestionável. Quase, porque mesmo nova ainda há o risco de a casa ser destelhada num vendaval (Prestes, 2011b) conforme aconteceu com os moradores do PRGM, inaugurado em fevereiro de 2010. Porém, conforme me foi relatado pelos moradores do PRM, de fato, as condições de moradia melhoraram com o Prosamim. Moradia mais segura, com serviços legalizados de água e de energia. Serviço de esgoto. Sem lixo debaixo da casa. Sem ratos e cobras. Diminuição de doenças. As pessoas vivem agora num ambiente mais saudável. Isso qualquer observador percebe.

O Estado através de suas ações de reassentamento e remanejamento pelo PROSAMIM, **troux**e para esses moradores e suas as famílias, além da melhoria física, uma **inclusão social**. A realização do sonho de ter e morar na sua própria residência, não mais necessitando ter despesas com aluguel e viver sob ameaça do despejo, foi coroada pela forma embutida na construção. Sair de uma casa de madeira à beira de um igarapé poluído **sem endereço**, para um prédio moderno em terra firme, com acesso asfaltado e toda a urbanização própria transforma sobremaneira o status social como cidadão, com registro de residência formal (LEMOS, 2010, p.64). Grifo meu.

A imagem do morador e de sua nova vida é enaltecida por Lemos (2010), reproduzindo o discurso das propagandas do Prosamim divulgadas na televisão. A mudança de moradia não trouxe uma mudança de status social. Queiroz (2010), em dissertação do mesmo Programa de Pós-Graduação que Lemos (2010), afirma que “A relocação dos moradores também promoveu mudança no quadro econômico social, visto que anteriormente viviam em habitações extremamente precárias, a maioria contendo um ou dois compartimentos” (p.115). E depois conclui que “O Programa [Prosamim], sobretudo, contribui para reduzir as assimetrias sociais e espaciais” (p.118). O objetivo dessa autora era avaliar, em função dos aspectos ambientais, os avanços, as dificuldades e as deficiências do Prosamim, bem como a infraestrutura de saneamento básico (esgoto, água, drenagem e lixo) instalada nos bairros Cachoeirinha, Educandos, Santa Luzia, Morro da Liberdade e Betânia.

Quem insistia em dizer que no igarapé as pessoas não tinham um endereço eram os técnicos do Prosamim. Tanto elas o tinham que os carteiros chegavam às suas casas. Nunca ouvi dos moradores tal expressão. No PRM, todos com os quais conversei me relataram uma situação em que se sentiram estigmatizados. A origem de igarapé pesava. E os técnicos da UGPI, o Estado ali dentro, não os faziam esquecer isso. Pior, com suas “ações”, usavam isso de maneira pejorativa, e estimulavam segmentações e tensões entre os moradores. Diferentemente de “novos cidadãos”, os moradores se viam na situação de novos “prisioneiros”. Eles estavam aprisionados em sua unidade habitacional de enclausuramento social, vitrine do Prosamim. Destaco aqui o sentimento compartilhado pelos moradores e expresso nas palavras de seu Ribamar: “Somos prisioneiros”.

3.8 A RESISTÊNCIA

A divisão por quadras, o tráfico de drogas, a disputa de associações, a variedade de religiões, a proliferação de projetos sociais, a presença ou ausência do Estado, o futebol e a dança são todos elementos estimuladores de segmentação entre os moradores das 819

apartamentos habitacionais do PRM. Instituições de ensino, igrejas, políticos, sindicatos, associações e grupos diversos disputam a “parceria” e o “apoio” dos moradores, principalmente, da Quadra III - os estabelecidos. O PRM transformou-se numa verdadeira guerra de espaços, em que as várias instituições públicas e privadas constituem com os moradores uma “rede de interdependências” (Elias, 1994), em que estão ligados entre si, de muitas maneiras, interferindo-se mutuamente, formando eixos de tensões e segmentações.

As festas de arraial, no meio do ano de 2011, demonstraram as segmentações dos moradores das três quadras, que se davam conforme as alianças e influências das “parcerias” com os muitos atores do mercado de serviços que se convertera o PRM. Três festas ilustraram as disputas de poder e os mecanismos de resistência: o arraial da Quadra III, da Ampare; o arraial da Quadra II, da moradora Sílvia; o arraial do PRM/ UGPI, de um grupo de moradores das Quadras II e III.

A segunda edição da festa de arraial dos moradores da Quadra III, organizada por sua associação, expressou uma atitude de resistência. Embora ele tenha ocorrido no mês de julho de 2011, a mobilização dos moradores começou cerca de três meses antes. A parte burocrática exigiu paciência e persistência. Depois de muito chá de cadeira e idas e vindas de ônibus, seja para pedir ajuda financeira a representantes políticos, ou para solicitar autorização aos órgãos da prefeitura, os membros da associação finalmente reuniram um bocado de papel com carimbos e assinaturas, oficializando a permissão para fazer a festa por três noites em via pública. O apoio da UGPI se deu pelo empréstimo de três banheiros químicos da empresa construtora do Prosamim.

Nas três noites, quem por ali passava podia escolher uma barraca ao longo da rua principal, Avenida Igarapé de Manaus, em cima da calçada, para comer tacacá, banana frita, pastel, churrasco de espetinho, vatapá, maionese, maçã do amor, pipoca ou churros. Os alimentos eram preparados pelos próprios moradores, em suas casas, para serem vendidos nas barracas durante a festa. O objetivo da associação era justamente gerar dinheiro para a comunidade, embora a pessoas de fora do PRM também fosse permitido o aluguel de barracas no mesmo valor de R\$ 40 reais pelas três noites. O dinheiro arrecadado com esse aluguel foi usado para pagamento de despesas do arraial, como transporte de palco e de grupos de dança, aluguel de aparelho de som e decoração da festa.

No palco, “Mario Moral” tocava forró, axé e brega nos intervalos das apresentações de dança. Cada noite, cerca de cinco grupos se apresentavam no meio da rua, em frente ao pequeno palco. O ESGC serviu de camarim dos “brincantes”, isto é, daquelas crianças, jovens e adultos fantasiados, que foram trazidos de seus bairros, por ônibus alugado pela associação,

para “brincar” quadrilha, ou outra dança prévia e exaustivamente ensaiada. Os “brincantes” não cobram nada para dançar, mas pedem o transporte e a merenda no final da apresentação. O casamento na roça foi encenado de diversas formas engraçadas e criativas. Houve dança de ciranda, quadrilha, axé, boi-bumbá, candomblé e “*street dance*”.

A apresentação de um grupo de dança de Candomblé causou muita curiosidade no público, que não saiu da rua antes de seu término. Diferente dos demais, esse grupo só se apresentava mediante pagamento de determinado valor em dinheiro. Não foi uma ideia da Ampare, mas de moradores, adeptos e simpatizantes, que fizeram uma cota e pagaram pela dança. A associação inseriu-a na programação e acertou os detalhes. Apesar da desaprovação de alguns moradores católicos e evangélicos, a Ampare não fez oposição.

O grupo de *street dance* era formado por garotos e garotas das três quadras do PRM. Eles se mobilizaram e procuraram Celeste, moradora da Quadra II, para que os ajudasse nos ensaios de coreografias pesquisadas em vídeos na internet, programas de televisão a cabo, concursos e *workshops* locais da academia. Artesã, aposentada por motivos de saúde, ela cuidava da casa e dos filhos com a renda do emprego do marido e com os “bicos” que fazia para decoração de festinhas de aniversário no PRM. Apesar de desde pequena gostar do estilo musical, havia somente cinco anos que trabalhava com jovens e dança. Orgulhava-se do “trabalho social” que realizava com “ameninada”. O que a desagradava eram as reclamações de alguns moradores. “Tem gente que reclama dizendo que é um bando de jovem fazendo barulho. Tem que decidir se querem o jovem se drogando ou dançando. Dizem que dança não é nada. Para esses jovens é muita coisa e levam isso muito a sério!”.

Reconhecidos, dentro e fora dali, nos concursos da cidade, os jovens dançarinos do PRM treinavam ali em suas ruas e no PDPJ. Era nesses espaços públicos, de passagem para muitas pessoas de fora, que se dava o contato com interessados de grupos de dança de bairros e instituições de ensino da cidade. Eles passavam por lá e viam o bom desempenho do grupo e da “tia do Prosamim”. Abordavam Celeste e firmavam parcerias para ensaios. Não havia patrocínio, exceto a eventual colaboração financeira da empresa onde um parente dela trabalhava. As roupas usadas nas apresentações eram confeccionadas por um membro da Ampare, que era artesão e fazia serviços de costura no PRM. Por intermédio da associação, no final do ano de 2011, o grupo conseguiu a permissão da UGPI para usar o espaço do ESGC. “Sou muito agradecida à UGPI”.

Passava de 1h. Já era segunda-feira, quando foi anunciada a apresentação de encerramento da última noite. Mais de duzentas pessoas ainda estavam lá, participando do arraial e rindo muito de seus filhos, pais, tios, avós e vizinhos, que dançavam e cantavam no

grupo improvisado, chamado de “Virgens na roça”, formado pelos moradores das três quadras. Crianças, adolescentes, adultos e idosos. Homens vestidos de mulher. Mulheres vestidas de homem. Todos entraram no centro da grande roda do público, ao som de “eu só quero é ser feliz/ andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é/ e poder me orgulhar/ e ter a consciência que o pobre tem seu lugar/ fé em Deus, DJ”⁶.

Esse retrato é diferente daquele do início do segundo capítulo. Enquanto cursos como os de etiqueta urbana não contam com a adesão dos moradores, as festas feitas pela associação agregam membros de diferentes segmentos do PRM, idades e gêneros. Os moradores participaram do arraial. Podiam ir vestidos como quisessem, comer e beber o que e como preferissem. Brincar como lhes agradasse. Nos cursos e palestras, seja da UGPI ou de outras instituições, cuja proposta é sempre a de mostrar um modo correto de se fazer algo, não há variedade de público. Quando há público, ele é basicamente feminino e na faixa dos cinquenta ou sessenta anos. São mães que estão desempregadas ou trabalham em casa, e levam consigo os filhos pequenos, porque não tem com quem os deixar. Geralmente há merenda e sorteio de brindes. No curso de etiqueta, por exemplo, é arrumada uma mesa só para os brindes.

No arraial, todos se divertiram e faziam o que queriam. O público comia o pastel com a mão, o churrasco no espetinho e virava o copo descartável com farofa diretamente na boca. Alguns pegavam a maçã do amor com as mãos e se lambuzavam. Comia-se o vatapá com o prato numa mão e o garfo na outra. Tomar cerveja, cachaça ou refrigerante. Dançar axé, forró, boi-bumbá ou candomblé.

Em um espaço entre os blocos, próximo a calçada, a alguns metros do palco do arraial, seu José, com uma tela branca na parede, projetava do computador o DVD de sua banda de pagode preferida. Sentados em cadeiras de plástico, com o churrasco assando, e a cerveja gelada na caixa de isopor, sua família se reunia para se divertir e conversar. Mais adiante, dona Vera colocava o som alto da música de brega para atrair seus fregueses, que junto com seus amigos, estavam lá para comer um churrasco no espetinho, com maionese e vatapá, e bater-papo. Independentemente das apresentações do arraial, que aconteciam no palco, cada morador arrumava seu espaço para fazer sua própria festa, seja para ganhar um dinheiro, seja para confraternizar com os amigos.

Gente de fora do PRM também podia montar sua barraca. Pastel frito na hora. Espetinho de churrasco. Farofa, arroz, vatapá e maionese. Água, refrigerantes e cerveja. Tudo

⁶ Rap da felicidade (Julinho Rasta e Katia, 1994).

isso à venda na barraca da dona Lucimar. Ao contrário da maioria dos vendedores, ela não era moradora de lá. Morou durante vinte e sete anos com seus familiares numa casa de três andares, próxima ao Igarapé de Manaus. Com a intervenção do Prosamim, optou pela indenização, porque não queria morar em apartamento. Comprou uma casa no bairro Santa Luzia, próximo ao Centro. Segundo me informou, ela sempre passava os fins de semana com os amigos que vivem no PRM. Eles ainda mantêm a relação de amizade. A diferença agora era que ela não estava próxima no dia-a-dia, como antes, mas nos fins de semana e ocasiões de festas como o arraial. Contou-me não se arrepende de ter optado pela indenização. Não gostaria de morar em apartamento. “As pessoas ficam muito amontoadas e tem muita fofoca”.

“Kikão” (cachorro quente), “x-salada”, pastel, espetinho de churrasco e farofa. Dona Laura, hoje moradora da Rua Visconde de Porto Alegre, perto do PRM, era também moradora da área do Igarapé de Manaus. Como dona Lucimar, com a intervenção do Prosamim, optou pela indenização. Comprou uma casa próxima a antiga residência. A filha dela, Célia, morava em apartamento no PRM. Trabalhava no Uninorte com serviços gerais. Tinha quatro filhos. Ela era solteira e ganhava um salário mínimo. Reclamava do alto valor da conta de água. Não participava de eventos, porque trabalhava fora e tinha que cuidar dos filhos.

A “prisão do amor” era a barraca dos jovens. Debaixo da escada de um bloco, de frente para a via principal, a caixa de concreto, que abrigava o contador de água, virou um banco da prisão. Folhas de aglomerado pintadas de tinta branca, enfeitadas de corações vermelhos, fechavam-na e mantinham a privacidade do possível casal. Funcionava assim: o interessado chegava lá, pagava R\$ 0,50 centavos, e determinava quem deveria ser preso. O indicado era recolhido por duas garotas para a prisão, de onde só sairia pagando o mesmo valor de aprisionamento. Preso, ele ficaria na companhia de alguém que nele estivesse interessado amorosamente. Lá dentro, a iluminação era de um pequeno globo giratório, de luzes coloridas, dando a impressão de penumbra de boate, para dar um clima mais aconchegante ao casal.

O arraial de Sílvia, moradora da Quadra II, era bastante conhecido. Nesse ano, foram dois finais de semana de festa. Sozinha, ela organizou o arraial que teve barracas de comidas, bebidas, jogos e brincadeiras. Pipoca, batata-frita, maçã do amor, churrasquinho, sanduíches, salgados e bolos. Pescaria e pula-pula. A CSC tinha uma barraca de doces. A caixa de som improvisada do vizinho, dono de um mercadinho, animava o pequeno público de moradores, que se espalhava na rua, na praça, nos espaços “entre blocos” e nas varandas, enquanto os grupos de dança não chegavam. Músicas de pagode, forró e dos anos 1980 tocavam. Um vizinho fazia naquele momento a festa de quinze anos da filha, recebia convidados e

transformara a sala em boate. Mesas e cadeiras ornamentadas enchiam o espaço “entre-blocos”.

Se no arraial da Ampare havia muita gente das outras quadras, e de fora do PRM, o arraial de Sílvia ficava mais restrito aos moradores da Quadra II. Foi menos divulgado e menos organizado. Poucas barracas e poucos grupos de dança. Ela disse ter procurado a UGPI em vão, pois não teve apoio. Os moradores sabiam cobrar que a festa fosse realizada, mas não colaboravam com dinheiro nem trabalho. No entanto, o desejo de reconhecimento, apesar de suas reais condições, levava-a a querer fazer tudo sozinha, e formava na porta de seu apartamento uma fila de cobradores. Nem o presidente da Amoparma trabalhou pela festa. “Não teve faixa de divulgação, porque ele [presidente da Amoparma] cobrou pela faixa e eu não tinha como pagar”. Sílvia me afirmou que o presidente reclamou porque seu nome não foi anunciado por ela pelo microfone como organizador/ apoiador do evento.

Na disputa por prestígio, um acusava o outro de desonestidade, de não saber prestar contas, de querer ser reconhecido como aquele que fez a festa. Eu não precisava perguntar nem dizer nada. Eles se antecipavam em me explicar suas condutas, como que já prevendo o que o outro me confidenciaria. Calada, sentia-me no meio de fogo cruzado. Temia parecer partidária de um deles. Fiquei aliviada ao constatar que não queriam saber o que eu pensava. Queriam que eu os ouvisse falar, tomar conhecimento do que eles pensavam.

A terceira festa de arraial foi promovida por um grupo de moradores das Quadras II e III. Insatisfeitos com aquelas duas festas, e buscando sua cota de prestígio, eles procuraram a UGPI para fazer uma maior e em nome das três quadras no PDPJ (ou Prosamim da Sete de Setembro, como também é conhecido). “A doutora Ângela está cansada, porque as lideranças não fazem as coisas como ela quer”, justificava-me de modo gratuito uma das organizadoras. Logo, pude entender como eles, ao contrário de Silvia e da Ampare, conseguiram o apoio da UGPI tão rapidamente.

Por um lado, no discurso, seus representantes exaltavam o papel do Programa de estimulador da participação e da autonomia dos moradores, de suas associações e iniciativas, sem o associar ao princípio participativo do BID. Por outro, entretanto, nas ações diárias de seus técnicos, a gestão mostrava-se assimétrica, hierárquica e discriminatória. Recebia apoio quem aceitasse as imposições e compartilhasse dos interesses da UGPI.

“Ela [Ângela] é uma sargentona que toma conta do presídio”, concluía seu Ribamar. O pensamento dele era o de muitos moradores com os quais conversei. Um dia, por exemplo, contou-me ter ficado chateado, porque Ângela teria criticado o fato de encontrar, ao passar de carro por lá, um morador bebendo cerveja e lavando o carro na frente de um bloco. “O cara

não pode tomar cerveja? Toma como fazia no igarapé. Agora não pode mais? Ela sempre nos trata assim, com diferença”.

Seu Ribamar me informou que quando alguém reclamava de alguma coisa, depois da mudança, ela respondia: “Quem manda vocês morarem num lugar bonito, agora tem que arcar com as consequências”. Esse tipo de argumentação reforça aquele sentimento de dívida para com o Estado nos moradores. O “respeito pelo Programa”, manifesto no silêncio a seus pontos negativos, para “não cometer ingratidão”, era diariamente fortalecido por palavras e ações dos técnicos da UGPI. Os próprios moradores avigoravam-no ao se sentirem endividados e reproduzirem isso aos demais e a mim.

E não terminava aí. Tanto ele, quanto os membros das associações, reconheciam que só conseguiam as coisas por lá “na briga”. Se quisessem fazer uma festa, o conserto da iluminação da rua, a instalação de telefonia pública, o curso do SEBRAE desejado, “os meninos” da Ampare sabiam que tinham que ir atrás disso em muitos lugares e insistir. A determinação os levava a procurar seus representantes na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). Daí também a colaboração de tantos “parceiros” em seus eventos. A Amoparma não tinha a mesma disposição e habilidade que eles na hora de se articular mesmo com quem os procurasse. O telefone público instalado na Quadra III, inclusive, foi uma conquista da Ampare junto a ALEAM.

“Quando o pobre fala alguma coisa, ele já é mal educado. Só conseguimos alguma coisa brigando e batendo panela. É por isso que aqui no PRM não temos nada. Respeitamos o Programa”. Seu Ribamar se considerava “um pobre”, o que não o tornava passivo. De forma semelhante ao camponês que alimenta sua honra com os sentimentos de rejeição e de vergonha (Bourdieu, 2006), por se sentir inadequado em seu próprio corpo, no confronto entre o rural e o urbano franceses, ele faz da humilhação do estigma de pobre, reforçada pelos técnicos, um estímulo para reagir às imposições do Estado. O contato com a etiqueta urbana da UGPI torna forte nele a etiqueta de igarapé, em direção oposta ao assujeitamento daquela. Não fazer público para a UGPI, preparar documento para reclamar da conta de água no Ministério Público, ir às festas da Ampare sem o apoio do Estado e dizer o que pensa são estratégias diferenciais, que para Bourdieu (2006) decorrem da imposição de ideologias. “Mas vai chegar uma hora, que não tem jeito, a gente vai gritar. Já são quatro anos!”, avisou-me seu Ribamar.

O espaço do PRM expressa um processo de luta contra padrões, impostos compulsoriamente, que trazem consigo não apenas uma mudança espacial, mas também a dominação sociocultural e civilizatória. Isso se evidencia em cursos, como o de etiqueta,

realizado pelo Prosamim, para “adequar” os moradores a nova moradia. A emergência de grupos no PRM é resultado do confronto e da resistência. Contra a etiqueta e o manual do Prosamim, muitos deles não participam dos cursos e das festas dos técnicos e daqueles que ali aparecem para lhes impor um modelo a ser seguido. A favor de uma etiqueta de igarapé, no sentido de um campo maior de possibilidades de ser e de agir, eles organizam seus próprios grupos e fazem suas festas. Porque o igarapé ainda está dentro deles, eles refundam socialmente o urbano e produzem novas sociabilidades, independentemente do espaço constituído pelo GEA/ UGPI. Independente de se morar na Quadra I, II ou III.

3.9 VOLTE PARA O SEU LAR

A música *Volte para o seu lar*, que abre o texto desta dissertação, manifesta aquilo que depois de onze meses de pesquisa de campo pude constatar ser o sentimento compartilhado pelos moradores do PRM – a resistência. Desejo de fazer do “casarão” um centro social comunitário. Um lar de todos os moradores. Que os técnicos da UGPI voltassem para seus lares. Os moradores queriam, sim, que os serviços públicos de segurança, limpeza, saúde e educação fossem assegurados pelo Estado. E, nesse sentido, queriam a sua presença no PRM. Mas dispensavam a equipe de profissionais da UGPI, que nada fazia além de dizer-lhes a todo instante o que e como tinham que fazer isso ou aquilo. Mais, disputavam o espaço. Por falta de condições financeiras para mantê-lo, os moradores aceitavam a “gestão compartilhada”, embora nela não acreditassem e dissessem não entender o que era feito com o dinheiro destinado ao pós-reassentamento do Programa. “Se a comunidade não sabe, como pode ser gestão compartilhada?”, questionava um membro da Ampare.

Não aceitavam trabalhar sozinhos, para que depois outro assumisse a autoria e ganhasse o prestígio. Aliás, era em nome desse prestígio junto à comunidade que grupos de moradores do PRM se formavam e se esforçavam para dar a melhor festa e organizar o maior evento. Um prestígio que nesses momentos diminuía neles o estigma de “alagadinhos”, de “almas necessitadas” de salvação. O auge do reconhecimento era quando alguém de outro bairro da cidade comentava a grandiosidade da festa do PRM.

As atividades da UGPI, quaisquer que fossem, aumentavam nos moradores o estigma de “alagadinhos”. A distinção constantemente reforçada pelos técnicos na relação com os moradores mostrava a assimetria de poder existente. Colocava cada um em seu lugar. Lugares demarcados por quem dominava – o Estado manifesto nas “ações” de seus técnicos. Os moradores não queriam a boa educação da etiqueta e do manual, que os ensinava a rir à toa

para parecerem civilizados. Eles sabiam se portar nas diferentes situações do dia-a-dia. Não precisavam de cursos para aprender a usar a vassoura nem a jogar o lixo na lixeira. Se havia quem não o fizesse, era por escolha, não por desconhecimento ou incapacidade de entendimento. E não seriam os cursos da UGPI que os fariam agir de modo diverso. Pelo contrário, os mecanismos de distinção praticados pelos técnicos, como o curso de etiqueta urbana, afastavam os moradores e despertavam neles mais antipatia e menos participação. Daí a falta de apoio e o “desinteresse” deles. Os técnicos diziam querer o “apoio” da associação, na forma de propostas e organização de eventos, e mobilização do público, porém se isso aparecesse mais do que a UGPI gerava incômodo. Quando os representantes maiores da unidade de gerenciamento apareciam para conferir os resultados do trabalho de pós-reassentamento, a autoria declarada era da “gestão compartilhada”. Uma gestão onde quem mandava era o Estado e quem trabalhava eram os moradores/ associação. A tensão entre eles se estabelecia. A disputa podia ser visualizada nos cartazes e convites dos eventos, indicando quem era o seu promotor. Uma faixa da Ampare com sua logomarca. Ou um *banner* da UGPI, que apareceu junto com outros, cheios de fotografias de “ações” ali realizadas, depois de uma visita de representantes do BID, com os dizeres: “Este é um evento da equipe de sustentabilidade socioambiental”. No meio desse cabo de guerra, apareciam outros atores disputando fiéis, consumidores, eleitores, vendedores, cobaias ou beneficiários de experimentos e de extensão universitária. Para ser lembrado, o Sinttel-AM, por exemplo, na festa do dia das mães, tinha o seu nome e o número de telefone gravados num espelho de bolso feminino, distribuído para as mães como brinde.

O interesse da UGPI na constituição das associações de moradores era torná-la um mecanismo de fiscalização no PRM, um aparelho repressivo. “Eles [técnicos] queriam a associação para fazer o lado chato, ruim, mas a última palavra tinha que ser deles”, dizia seu Ribamar. Tentaram isso com os AV, por blocos de apartamentos, mas não funcionou. Nem com a Ampare e com a Amoparma. Ninguém ali estava disposto a se sujeitar ao papel que lhes era imposto. A busca da UGPI por alguém que fizesse esse papel delicado oscilava entre a associação e o AV, uma espécie de síndico de cada bloco. Para desespero dela, o AV só se lembrava de seu cargo na hora de ser chamado para alguma reunião. Na esperança de resolver aqueles problemas de sempre.

Os moradores dispensavam a orientação e a catequização dos técnicos da UGPI. Já que não eram ouvidas as suas reclamações nem atendidas suas sugestões, eles também não aceitariam convites de palestras, oficinas, cursos e festas por ela oferecidos. Quando a relação com os técnicos ficava ruim, os membros da associação podiam usar o espaço da praça ao

lado do “casarão” para fazer suas atividades com os moradores. A praça era deles. Ali, fora do “casarão”, quem dominava o espaço eram os moradores. Era onde eles revelavam preferir se reunir e nela haver mais participação. Faziam o “cinema na praça”, estendendo uma tela branca, no muro do bloco de apartamentos, para a projeção do filme. Lá promoviam bingos e mobilizavam as crianças para atividades de leitura, pintura e desenho. O desentendimento com os técnicos fazia os moradores voltarem a usá-la cada vez mais.

A festa de natal de 2011 foi feita na praça. Sem apoio da UGPI, com a ajuda dos moradores, dos donos de mercadinhos do PRM, do Sinttel-AM e da CSE, a Ampare ofereceu aos moradores da Quadra III uma ceia natalina e a apresentação do coral das crianças. Rosana e Amélia levaram o arroz e participaram da comemoração. Amélia levou também o marido que foi bastante fotografado por um rapaz que o acompanhava enquanto conversava com os moradores. Outros poucos funcionários da UGPI estiveram lá a convite da associação, que, apesar de tudo, reconhecia a importância de manter uma boa relação com a unidade gerenciamento. A assessora de comunicação do Programa registrou o evento.

As comemorações do mês de dezembro deram fim à movimentação daquele ano do mercado de serviços no PRM, e das festas de seus moradores, momentos de reunião de “parceiros” e de negociações. Por trás da mesa arrumada, dos brindes e merendas ofertados, e das informações dos *slides* do curso de etiqueta urbana e social, tentei desvelar as relações de dominação entre os profissionais da UGPI e os moradores do PRM.

Através da pesquisa de campo, constatei não serem estes meros atingidos do Prosamim, como são considerados pelos técnicos, por parte da academia e pelo senso comum. São agentes sociais capazes e conscientes de fazer suas escolhas. O estigma reforçado neles pela segregação das “ações” no âmbito do pós-reassentamento do Programa não está em conformidade com a política de reassentamento involuntário do BID. Tais ações não capacitam. Não elevam os níveis de escolaridade nem socioeconômico.

CONCLUSÃO

Este estudo etnográfico analisou os efeitos sociais do Prosamim a partir da etapa de pós-reassentamento executada pelos técnicos do GEA/ UGPI no PRM. A escolha do PRM se deu por ser ele a unidade habitacional mais antiga; concentrar o maior número de apartamentos; e ser a única, entre as demais, criadas no âmbito do Programa, a abrigar uma base administrativa do Estado – o ESGC.

Os técnicos permaneciam no PRM após cerca de quatro anos de inauguração de suas três quadras. Eles estabeleciam com os moradores relações de disputa por espaços, poder e prestígio. Isso gerava tensões, dificultava o trabalho de técnicos e de associações, e interferia nos laços afetivos existentes entre eles. De um lado, os técnicos impunham um modelo de comportamento. De outro, os moradores resistiam a ele, ora unindo-se, ora fragmentando-se em diferentes grupos. Intensificando as disputas, havia outros grupos, que com o Estado, disputavam os moradores, tais como igrejas, instituições de ensino, empresas e políticos.

Lembrei-me de personagens da literatura amazonense, ao ouvir as narrativas dos ex-moradores de igarapé de “carne e osso”. O uso da literatura se deve somente a semelhanças nas histórias da realidade e da ficção. Além da base etnográfica, realizei levantamento documental. Reuni trabalhos sobre Manaus (Freire, 1994; Monteiro, 1994; Mesquita, 2009; Pinheiro, 2003), o Prosamim (Azevedo, 2006; Barbosa, 2008; Carvalho, 2009; Pinheiro, 2008; Souza, 2006), as palafitas e a cidade flutuante (Salazar, 1985; Souza, 2010). Consultei documentos oficiais do BID e do Prosamim/ UGPI/ GEA/ SUHAB. Também empreguei, como suporte, notícias de jornais locais e informações dos sites dos órgãos acima citados.

Em geral, o aporte teórico ficou por conta do estudo de Foucault (2009) sobre métodos punitivos que orientou a reflexão sobre as práticas desenvolvidas no pós-reassentamento. Analisei as diversas relações e situações de campo a partir das noções de poder, disciplina e resistência. O curso de etiqueta e o manual do proprietário, bem como o código posturas municipal, foram abordados enquanto mecanismos de poder. A obra de Elias (1987) sobre a corte francesa conduziu os entendimentos do que vem a ser a etiqueta. Permitiu uma observação mais detida do processo civilizador (1994) executado pelo Estado. Processo civilizador que se mostrou presente na política de remoção de favelas do Rio de Janeiro (Valladares, 1978; 2005). E o Estado é discutido por Bourdieu (1996) enquanto manifestação do poder simbólico. As ideias desse autor também foram importantes para pensar os procedimentos e a relação de pesquisa (Bourdieu, 2008b). O estigma identificado entre os moradores do PRM foi debatido com o auxílio de Goffman (2008).

O trabalho de campo, entre os meses de fevereiro e dezembro de 2011, conduziu-me a avaliar o Prosamim através das diferentes relações existentes no PRM – entre moradores, técnicos do Estado e visitantes/ “parceiros”. Constatei o PRM ter se tornado uma vitrine, cuja visibilidade atraía cada vez mais interessados no mercado de serviços ali instalado. Os moradores eram vistos como segmento de baixo nível socioeconômico, e “necessitados” de salvação. Uma salvação oferecida por Estado, igrejas, universidades, políticos e empresas diversas. Todos querendo aproveitar a visibilidade da vitrine para sua propaganda e o aglomerado de “necessitados” para venda/ experimento de seus produtos e serviços.

Nesse mercado, cada “parceiro” estabelecia um tipo de conduta como a mais adequada para se adquirir uma vida melhor. Ofereciam aos moradores uma disciplina, para transformá-los e torná-los úteis a seus interesses. Para o GEA/ UGPI, o processo civilizador, produzindo novos cidadãos disciplinados, garantiria o sucesso do Prosamim. O pós-reassentamento faria o controle para assegurar a mudança de comportamento dos “alagadinhos”, para que as soluções ao problema de “sub-moradia” nos igarapés não fracassassem. O Prosamim não podia virar favela.

O curso de etiqueta urbana e o manual do proprietário são como versões atualizadas e mais direcionadas do Código de Postura de Manaus. Verifico a reforma urbana como correlato da reforma de comportamento. O Prosamim mostra-se uma continuação de governos anteriores, da política de deslocamento populacional e de embelezamento da cidade. Isso representaria para o Estado a melhoria de vida das pessoas “necessitadas”. Era o GEA cumprindo o compromisso de dar suporte aos atingidos pelo reassentamento involuntário, conforme a política do BID. No entanto, os moradores demonstraram ter concepção e interesse diferentes daqueles dos técnicos executores - Estado. O curso de etiqueta urbana e social não proporciona melhoria de vida para os moradores. Não eleva o nível socioeconômico nem de escolaridade.

Os moradores do PRM resistiam às imposições, dos diversos grupos, de muitas maneiras. E, por isso, suas atitudes eram rotuladas por tais grupos como representativas de: “desinteresse” e “hábito de igarapé”. A ausência dos moradores nos eventos, ou sua pouca participação, eram vistas como resultado de “desinteresse”. Isso ocorria por conta da falta de interesse no tipo de atividade oferecida. Demonstravam enfado com tantos convites. E também por causa da falta de credibilidade no trabalho dos técnicos. Ali, no ESGC, os técnicos da UGPI eram o Estado. Pediam deles a solução dos problemas existentes no PRM – telefonia, correios, água, internet, violência, tráfico de drogas, limpeza e iluminação pública.

Como não eram atendidos, os moradores se diziam “abandonados”. Não iriam “fazer público para a UGPI bater foto”.

Estender roupas nas janelas e varandas. Fazer “puxadinho”. Ouvir música em alto volume. Transformar a sala em comércio. Esses eram considerados “hábitos de igarapé”, condenados nos cursos e discursos dos técnicos, e pelo senso comum. Hábitos que deviam ser trocados por outros condizentes com os de novos cidadãos. Afinal, agora eles têm casa digna e regularizada, com serviços de abastecimento de água e energia. São “novos cidadãos” (Lemos, 2010) quando assim é conveniente chamá-los. Para a vitrine do Prosamim, é interessante mostrar que o Programa é um sucesso do GEA. Muda a vida das pessoas. Para o senso comum, mesmo sendo novos cidadãos, eles são os “alagadinhos” e não podiam ter acesso aos bens das classes mais favorecidas economicamente.

Para não cometer “indignidade nem “ingratidão”, os moradores recebiam comentar sobre as “falhas” do Prosamim, que foi um “presente” do então governador Eduardo Braga. Os técnicos reforçavam isso ao lembrá-los de “honrar” o apartamento que lhes fora dado. Daí o sentimento de aprisionamento revelado pelos moradores. O PRM virou uma prisão. Um parque residencial monitorado diariamente por diversos grupos, onde eram impostas disciplinas, que determinavam como os moradores deviam se comportar. A etiqueta urbana e social do Estado estava em confronto permanente com uma etiqueta de igarapé – esta caracterizada pelas diversas possibilidades de ser e agir. A resistência se manifestava nas festas dos moradores, como o arraial, e em atividades na praça. Momentos nos quais não lhes eram censurados os “hábitos de igarapé”.

Ao longo dos meses de trabalho de campo, o PRM foi se mostrando muito grande para este estudo. Eu tinha um prazo de execução para respeitar. Assinalei nos três capítulos muitos aspectos que renderiam análises – e outra pesquisa. Precisei fazer escolhas. Meu empenho em dar um tratamento simétrico a moradores e técnicos foi inviabilizado pelas condições da pesquisa. Os técnicos não eram acessíveis como os moradores. Talvez me faltasse habilidade em lidar com a desconfiança deles, seja por causa de minha constante presença no ESGC, ou por meu interesse em tantos documentos do Prosamim. Isso acabou comprometendo o andamento da pesquisa. Mas fica aqui um registro de uma pequena parte do Programa, que tem reformado a cidade de Manaus, e tentado disciplinar seus resistentes problemas.

REFERÊNCIAS

A EXPERIÊNCIA do Prosamim em ações de reassentamento involuntário: componente de sustentabilidade socioambiental. Manaus: GEA/ UGPI, dez. 2010.

AZEVEDO, Renildo. Revitalização dos igarapés: para quem? Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2006. Disponível: http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_humano_adm_pub_renildo_v_azevedo.pdf>. Acesso em: 28 set. 2009.

BARBOSA, Tatiana Rocha. Manaus, a paisagem em movimento: conflitos ambientais e a construção das moradias populares. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2008. Disponível em: <http://www.geogra.uah.es/web_11_cig/cdXICIG/docs/01-PDF_Comunicaciones_coloquio/pdf-3/com-P3-42.pdf>. Acesso em: 28 set. 2009.

BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). **Reassentamento involuntário: política operacional e documento de antecedentes**. Washington, DC. Out. 1998. Nº IND-103.

BOURDIEU, Pierre. Espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 5 ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o sabir cultural. In: **Dossiê Pierre Bourdieu no campo**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n.26, jun, 2006.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. In: **Dossiê Pierre Bourdieu no campo**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n.26, jun, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008a.

BOURDIEU, Pierre [et.al.]. **A miséria do mundo**. 7 ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2008b.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs). **Um século de favela**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGA, Eduardo. Palavra do Governador. In: **Manual do proprietário**. Manaus: GEA/ UGPI, 2007, p.3.

CARVALHO, Roberto. Os impactos do Prosamim. **Contra Corrente**. v.1. 2009. Disponível em: <http://www.rbrasil.org.br/boletim-eletronico/Revista_ContraCorrente0.pdf>. Acesso em: 29 set. 2009.

CASTELO BRANCO, Guilherme. Michel Foucault: anti-humanista, libertário. **Kalagatos: Revista de Filosofia**. Fortaleza; v.4, n.7, p.97-114, 2007.

CASTRO, João Paulo Macedo e. Desenvolvimento e tecnologia de controle populacional. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org). **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará; Núcleo de Antropologia Política/ UFRJ, 2002 (Coleção Antropologia da Política; 18).

CÓDIGO de Posturas Municipais. Lei nº 693 de 13 de setembro de 1910. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1910.

COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. De Eduardo a Eduardo: a cidade sobre os igarapés. **Revista Eletrônica Aboré**. Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus. Edição 05 dez. 2010.p.190-209. Disponível em: http://www.revistas.uea.edu.br/old/aboré/artigos/artigos_5/190.pdf. Acesso em: out. 2011.

COBRA, Rubem. **Os talheres**. Brasília, 2001. Disponível em: www.cobra.pages.nom.br. Acesso em: 12 set. 2011.

CURSO de etiqueta urbana e social. Manaus: UGPI, fev/ 2011.

DADOS do Prosamim. Release. Manaus: ASCOM/ UGPI, mar/ 2011.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

ELIAS, Norbert. **Sobre el tiempo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994 (vol 1).

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGRÁCIO, Arthur. **Vinte contos amazônicos**. Manaus: Puxirum, 1986.

ENGRÁCIO, Arthur. **Histórias de submundo**. 2 ed. Manaus: Valer, GEA, EDUA, Uninorte, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36 ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Barés, Manáos e Tarumãs. In: Amazônia em Cadernos. História em novos cenários. **Revista do Museu Amazônico**. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, v.2, n.2 e 3. 1994.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GOVERNO do Amazonas promove curso de etiqueta para moradores do Prosamim. **A Crítica**. Manaus, 27 set. 2009. Disponível em: <http://www.acritica.com.br/content/not-detail2.asp?materia_id=152337>. Acesso em: 29 set. 2009. Não paginado.

HERZFELD, Michael. **Intimidade cultural: poética social no Estado-Nação**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2008.

KALIL, Glória. **Alô, chics: na linha com Glória Kalil**. São Paulo: Ediouro, 2008.

LE MOS, Janeth de Araujo. **Vivendo a transição de ambiente de moradia: um estudo com moradores do Parque Residencial Manaus – Prosamim**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG/CASA). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2010.

LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org). Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará; Núcleo de Antropologia Política/ UFRJ, 2002 (Coleção Antropologia da Política; 18).

MANUAL do Proprietário: conhecendo e cuidando da sua residência. Manaus: GEA/ UGPI, 2007.

MARTINS, Tayana. Parques e praças vivem num estado de abandono. **A Crítica**, Cidades, p.C4. Manaus, 26 jun. 2011.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MESQUITA, Otoni. **La belle vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MORADORES do Residencial Manaus pedem ajuda. Disponível em: <http://www.josueneto.com.br/moradores-do-residencial-manaus-pedem-ajuda,noticia936.html>. Acesso em: 22 dez. 2011. Não paginado.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. **Fundação de Manaus**. 4 ed. Manaus: Metro Cúbico, 1994.

O PROSAMIM. Disponível em: www.prosamim.am.gov.br. Acesso em: 05 mar. 2010.

PDDR (Plano Diretor da Reposição de Moradias, Remanejamento de População e Reinstalação de Atividades Econômicas das Áreas Requeridas para Implantação do Prosamim). Manaus: GEA/ UGPI, 2005.

PEPAC (Plano Executivo de Participação Comunitária). Manaus: GEA/ UGPI/ BID, 2007.

PER 1(Plano Específico de Remanejamento: Igarapés Manaus, Mestre Chico e Bittencourt). 1ª Revisão. Manaus: GEA/ UGPI, 2006.

PER 1 (Plano Específico de Remanejamento: Igarapés Manaus, Mestre Chico e Bittencourt). 2ª Revisão. Manaus: GEA/ UGPI, 2007.

PER 2 (Plano Executivo de Reassentamento Involuntário de População e Atividades Econômicas). 1ª Revisão. Manaus: GEA/ UGPI/ SSPS/ BID/ CONCREMAT, 2010.

PINHEIRO, Lady Mariana Siqueira. **As mulheres do Prosamim: ambiente, gênero e cidade**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura; Editora da Universidade Federal do Amazonas; Universidade do Estado do Amazonas, 2003 (Série Amazônia: a terra do homem).

PINTO, Antísthenes. **Várzea dos afogados**. 2 ed. Manaus: Casa Editora Madrugada, 1986.

PROSAMIM capacita e orienta beneficiários. Manaus: Governo do Amazonas/ UGPI, 2011.

PROGRAMA habitacional. Disponível em: www.suhab.am.gov.br. Acesso em: 26 set. 2009.

PRESTES, Monica. Espaços do Prosamim estão deteriorados e em estado de abandono. **A Crítica Digital**. Manaus, 31 ago.2011a. Não Paginado. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/noticias/Manaus-Amazonia-Amazonas-Espacos-Prosamim-deterioradas-estado-abandono_0_545945792.html. Acesso em: 29 dez. 2011.

PRESTES, Monica. Vendaval atinge Prosamim. **A Crítica**. Manaus, 11 out. 2011b. Cidades na capital, p. C2.

QUEIROZ, Aldenira Rodrigues. **Prosamim: desafios de implantação e infraestrutura de saneamento e ocupação do solo urbano na cidade de Manaus, Amazonas**. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

RIBEIRO, Celia. **Boas maneiras à mesa: comer e beber segundo as regras de etiqueta moderna**. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

RIBEIRO, Celia. **Etiqueta na prática: um guia moderno de boas maneiras**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

RIMA (Relatório de Impacto Ambiental do Prosamim). Manaus: jul, 2004.

ROP (Regulamento Operacional do Prosamim). 1º Financiamento. Manaus: GEA/ UGPI, 2007.

ROP (Regulamento Operacional do Prosamim). 2º Financiamento. Manaus: GEA/ UGPI, 2008.

SALAZAR, João Pinheiro. **O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores das cidades flutuantes e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda de Manaus.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - FFLCH/USP, São Paulo, 1985.

SANTOS, Bárbara. **Prosamim e participação comunitária: uma proposta democrática.** Manaus: UGPI/ GEA, [200-].

SOUZA, Nadja. A quem pertence a vista dos rios? A questão estética no meio ambiente urbano e o direito à paisagem hídrica no município de Manaus. Programa de Pós-Graduação Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2006. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/manaus/novos_desafios_nadja_de_castro_souza.pdf>. Acesso em: 26 set. 2009.

SOUZA, Leno José Barata. **Cidade flutuante: uma Manaus sobre as águas (1920-1967).** Tese (Programa Pós-Graduação Capes. PUC/ SP/ História) 2010.

SUHAB(Superintendência Estadual de Habitação). Título Definitivo de Domínio com força de Escritura Pública. Manaus: GEA, 2007.

SUHAB (Superintendência Estadual de Habitação). Disponível em: www.suhab.am.gov.br. Acesso em: set. 2009.

TESTE do curso de etiqueta urbana para o sucesso pessoal e profissional. GEA/ UGPI: fev. 2011.

VALLADARES, Licia do Prado de. **Passa-se uma casa: análise do Programa de Favelas do Rio de Janeiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, Licia do Prado de. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VEYNE, Paul M. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** 4 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004 (vol 1).

WERK, Alcides. **Trilha d'água.** 3 ed. Manaus: Casa Editora Madrugada, 1985.

WIKIMAPIA. Mapas do Google. Disponível em: <http://wikimapia.org/#lat=-3.135578&lon=-60.010189&z=18&l=9&m=b>
Acesso em: 26 fev. 2012.

ANEXOS

ANEXO A – Teste do curso de etiqueta urbana. As respostas estão em conformidade com a correção realizada pela palestrante (Curso, 2011).



BID



TESTE DO CURSO
ETIQUETA URBANA PARA O SUCESSO PESSOAL E PROFISSIONAL

1) Assinale as alternativas: (V) verdadeiro ou (F) Falso quanto ao Conceito de Etiqueta Urbana:

- a) O conhecimento de Etiqueta abre caminhos na vida Social e Profissional (V)
- b) As regras de etiqueta devem ser ensinadas desde a infância (V)
- c) As regras são tão difíceis e levam anos para serem assimiladas (F)
- d) As regras de etiqueta tem tudo a ver com a civilidade (V)
- e) Hoje em dia este conhecimento é chamado de inteligência social (V)
- f) Ouvir música bem alto no horário em que meus vizinhos estão dormindo (F)

2) Marque a alternativa Certo (C) ou Errado (E) quanto às Regras Essências da “Boa convivência” em relação à Etiqueta Urbana:

- a) Aceite as pessoas como elas são, com seus hábitos e modo de ser (C)
- b) Não reprove as pessoas com as quais convive por não serem tão educadas quanto você ou quando demonstrarem desconhecer as regras de etiqueta (C)
- c) Evite promover julgamentos ou falar mal de qualquer pessoa (fofoca) (C)
- d) Sempre que possível, procure expor seu ponto de vista sobre comportamentos e peça sempre que todos pensem ou ajam de acordo com as regras da etiqueta, em relação ao som, barulho de vizinhos, roupas estendidas etc... Orientando que compromete o Visual do Parque; (C)
- e) Agradeça sempre favores recebidos (C)
- f) Cumprimente sempre as pessoas com vontade e atenção especial e não somente quando estiver de bom humor. (C)

3) Se ocorrer um acidente doméstico com você ou com um dos seus filhos, quem provavelmente irá socorrer? Meu vizinho?

(X) Sim () Não



UGPI

Unidade de Gerenciamento
do Programa Social e Ambiental
dos Igarapés de Manaus



BID



4) Todos os gestos abaixo listados são incorretos, exceto:

- a) Devolva tudo que pedir emprestado em estado impecável (✓)
- b) Apontar com o dedo (✗)
- c) Fazer aceno exagerado (✗)
- d) Mascar chiclete em público (✗)
- e) Mastigar de boca aberta (✗)

5) Na conversação, algumas observações são muito importantes, exceto:

- a) A arte da conversação é essencial para o nosso sucesso pessoal. Seja em primeiro lugar você mesmo, sem artificialismo;
- ✗ b) O tom de voz, a entonação, os gestos e o vocabulário são características pessoais e não precisam ser desenvolvidas;
- c) A linguagem deve ser simples, correta e atualizada, sem exageros nem exibicionismo;
- d) O tom de voz revela nossa personalidade, mas podemos nos educar para tornar nossa convivência mais agradável possível (brigas de família)
- e) A voz deve ser suave, clara e limpa.

6) Enumere a segunda coluna de acordo com a primeira

(1) É permitido. (2) É condenado.

- (2) Assoprar e cheirar os alimentos.
- (2) Deixar objetos em cima da mesa durante a refeição.
- (2) Não beba em excesso, pois a pessoa embriagada fica chata e inconveniente ...
- (1) Repetir o prato...
- (2) Guardanapo preso no colarinho.
- (1) Mastigar de boca fechada.
- (2) Palitar os dentes a mesa.
- (2) Cortar o macarrão.
- (1) Segurar o vinho pela haste.
- (2) Não colocar braços e cotovelos a mesa.
- (1) Aguardar a dona da casa para iniciar.